



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
GABINETE DO MINISTRO
ASSESSORIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

OFÍCIO Nº 2014/2023/ASPAR/GM

Brasília, na data da assinatura.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **Luciano Bivar**
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação nº 2332/2023, de autoria do Deputado Juninho do Pneu.

Senhor Secretário,

1. Reporto-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 367, de 25 de setembro de 2023, o qual encaminha o Requerimento de Informação nº 2332/2023, de autoria do Deputado Juninho do Pneu (UNIÃO/RJ), que requer informações referente ao plano de concessão das rodovias federais.
2. De início, ressalta-se que no Brasil o processo de expansão da malha rodoviária nacional teve início em 1944, chegando a somar 1,5 milhão de quilômetros até 1994, dos quais apenas 157,3 mil quilômetros eram trechos federais, estaduais e municipais pavimentados.
3. Nesse contexto, em 1993, instituiu-se o PROCROFE – Programa de Concessões Rodoviárias com o objetivo de reduzir os custos públicos e de reduzir o papel do Estado provedor por meio do repasse à iniciativa privada de trechos pavimentados da malha rodoviária federal.
4. Tal movimento foi influenciado em grande parte por um ambiente macroeconômico com alto grau de incerteza, resultante da estabilização monetária vivenciada após o processo inflacionário agudo da década de 80. Assim, ao mesmo tempo em que o país se encontrava em estado de restrição fiscal, observava-se uma crescente necessidade de incremento dos investimentos na infraestrutura rodoviária nacional. Dessa forma, na prática, a única alternativa capaz de garantir os investimentos necessários para o setor rodoviário foi o envolvimento dos atores privados por meio de concessões.
5. Iniciando-se em 1994, a 1ª Etapa do PROCROFE surgiu em meio a um cenário de instabilidade econômica e antes que fosse estabelecido um marco regulatório para o setor, o qual se tornaria mais consolidado apenas com a publicação da Lei de Concessões (Lei nº 8.987/1995) e com a criação da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT pela Lei nº 10.233/2001.
6. Atualmente a ANTT administra 24 contratos de concessões de rodovias, dos quais 6 foram realizados nos 4 anos do governo anterior, totalizando aproximadamente 13 mil km de rodovias sob gestão da iniciativa privada.
7. A meta do atual governo é realizar 35 leilões nos próximos 4 anos. Este ano vamos publicar 5 editais e realizar 4 leilões. Já fizemos 2 - lotes 1 e 2 das rodovias do Paraná, o terceiro será o da BR-381/MG que acontecerá no dia 24 de novembro e o quarto será o da BR-040/MG em dezembro. Para 2024 estão previstos mais 10 leilões.
8. Especificamente a respeito dos questionamentos apresentados pelo Deputado Juninho do Pneu, ressalta-se que o assunto foi analisado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT que se manifestou mediante Ofício SEI Nº 31944/2023/COALE/AESPI/DIR-ANTT (SUPER nº 7625794) e

Despacho SUROD (SUPER nº 7625793); e pela Secretaria Nacional de Transportes Rodoviário - SNTR, conforme Ofício 1327/2023/SNTR (SUPER nº 7669532) e seus anexos: Nota Informativa nº 42/2023/CGCR/DOUT-SNTR/SNTR (SUPER nº 7630487), Caderno de Transportes 2022 (SUPER nº 7651184), Boletim Anual dos Indicadores do PROCROFE (SUPER nº 7651285, Tabela de Autos de Infração (SUPER nº 7669325).

9. Por fim, informamos que as equipes técnicas desta Pasta permanecem à disposição para esclarecimentos adicionais.

Anexos: I - Ofício SEI Nº 31944/2023/COALE/AESPI/DIR-ANTT (SUPER nº 7625794)
II - Despacho SUROD (SUPER nº 7625793)
III - Ofício 1327/2023/SNTR (SUPER nº 7669532)
IV - Nota Informativa nº 42/2023/CGCR/DOUT-SNTR/SNTR (SUPER nº 7630487)
V - Caderno de Transportes 2022 (SUPER nº 7651184)
VI - Boletim Anual dos Indicadores do PROCROFE (SUPER nº 7651285)
VII - Tabela de Autos de Infração (SUPER nº 7669325)

Atenciosamente,

RENAN FILHO

Ministro de Estado de Transportes



Documento assinado eletronicamente por **José Renan Vasconcelos Calheiros Filho**, **Ministro de Estado dos Transportes**, em 27/10/2023, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7698565** e o código CRC **FF7C1E34**.



Referência: Processo nº 50000.027102/2023-45



SEI nº 7698565

Esplanada dos Ministérios, Bloco R - 6º andar - Bairro Zona Cívica Administrativa
Brasília/DF, CEP 70044-902
Telefone: (61) 2029-7007 / 7051 - www.infraestrutura.gov.br



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
ASSESSORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES PARLAMENTARES E INSTITUCIONAIS
COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO

OFÍCIO SEI Nº 31944/2023/COALE/AESPI/DIR-ANTT

Brasília/DF, na data da assinatura

À Senhora

VIVIANE ESSE

Secretária

Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, Ala Oeste, Sala 401

CEP.: 70.044-902 - Brasília/DF

apoio.sntr@transportes.gov.br

C/C

Ao Senhor

BRUNO LEITÃO PRAXEDES

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

Esplanada dos Ministérios, Bloco R

CEP.: 70.044-902 - Brasília/DF

aspar@transportes.gov.br

Assunto: Requerimento de Informação nº 2332/2023 do Deputado Juninho do Pneu (UNIÃO/RJ).

Referência: Caso responda este Ofício, por gentileza indicar expressamente o Processo nº 50500.300072/2023-96.

Senhora Secretária,

1. Reporto-me ao Ofício nº 40/2023/CGCR/DOUT-SNTR/SNTR (19005651), de 18/09/2023, que versa sobre o assunto em epígrafe de autoria do Deputado Federal Juninho do Pneu (UNIÃO/RJ).
2. A título de resposta desta Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, envio o Despacho SUROD (19140428), elaborado pela Superintendência de Infraestrutura Rodoviária.
3. Ademais, esta Agência se coloca à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários através do e-mail aspar@antt.gov.br ou pelo telefone desta Assessoria Especial de Relações Parlamentares e Institucionais: (61) 3410-1841.

Atenciosamente,

MAURÍCIO DRUMMOND UZEDA

Chefe da Assessoria Especial de Relações Parlamentares e Institucionais



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO DRUMMOND UZEDA**, **Chefe da Assessoria Especial**, em 26/09/2023, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **19165778** e o código CRC **EAB11AEB**.

Referência: Processo nº 50500.300072/2023-96

SEI nº 19165778

St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Telefone: - Ouvidoria ANTT: 166

CEP 70200-003 - Brasília/DF - www.antt.gov.br



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

SUOD

DESPACHO

Processo nº: 50500.300072/2023-96

Destinatário: Assessoria Especial de Relações Parlamentares e Institucionais - AESPI

Assunto: Requerimento de Informação nº 2.332/2023.

Data: (na data da assinatura eletrônica)

1. Trata-se do Despacho COALE (SEI nº 18937127), que encaminha o pleito do Deputado Federal Juninho do Pneu (UNIÃO/RJ), que, por meio do Ofício nº 120/2023/GAB/JR (SEI nº 19005469), de 05/09/2023, solicita informações quanto às realizações de concessões das rodovias federais.

2. Sobre o assunto, cumpre informar que as indagações solicitadas no **Item 1**, referentes às concessões rodoviárias estão descritas conforme as informações a seguir:

Concessionária	Trecho Objeto da Concessão	Data de Início	Data Prevista Término
Autopista Fernão Dias	BR-381/MG/SP - Belo Horizonte - São Paulo	18/02/2008	02/2033
Autopista Fluminense	BR-101/RJ – Divisa RJ/ES – Ponte Presidente Costa e Silva	18/02/2008	Em processo de Relicitação
Autopista Litoral Sul	BR-116/376/PR e BR-101/SC – Trecho Curitiba – Palhoça	18/02/2008	02/2033
Autopista Planalto Sul	BR-116/PR/SC – Curitiba – Divisa SC/RS	18/02/2008	02/2033
Autopista Régis Bittencourt	BR-116/SP/PR – São Paulo – Curitiba	18/02/2008	02/2033
CONCEBRA	BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG	05/03/2014	Em processo de Relicitação
CONCER	BR 040/MG/RJ - trecho Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ	01/03/1996	Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) manteve a CONCER no trecho até a conclusão da licitação em andamento e a entrega dos serviços à nova concessionária
ECO050	BR-050/GO/MG	08/01/2014	01/2044
ECO101	BR 101/ES/BA - Entroncamento BA-698 (acesso a Mucuri) - Divisa ES/RJ	10/05/2013	Em processo de Relicitação
Ecoponte	BR-101/RJ	01/06/2015	06/2045
EcoRioMinas	BR-116/465/493/RJ/MG	22/09/2022	09/2052

Ecosul	BR 116/RS, 392/RS	30/11/1998	11/2026
Ecovias do Araguaia	BR-153/TO/GO, BR-080/GO, BR-414/GO	8/10/2021	10/2056
Ecovias do Cerrado	BR-364/365/MG/GO	20/01/2020	01/2050
MS Via	BR-163/MS - Início na divisa com o estado do MT e término na divisa com o PR	11/04/2014	Em processo de Relicitação
CCR RIO/SP	BR-116/101/SP/RJ (Rodovia Presidente Dutra): Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento com a BR-465, no município de Seropédica (RJ), e a divisa RJ/SP; Rodovia BR-116/SP, entre a divisa RJ/SP e o entroncamento com a BR-381/SP-015, Marginal Tietê; Rodovia BR-101/RJ, entre o entroncamento com a BR-465(A)/RJ-095 e a divisa RJ/SP; e Rodovia BR-101/SP – entre a divisa RJ/SP e Praia Grande, Ubatuba	01/03/2022	03/2052
Rodovia do Aço	BR-393/RJ – Divisa MG/RJ – Entroncamento BR-116 (DUTRA)	28/03/2008	Instauração de processo administrativo de caducidade
Rodovia Transbrasiliana	BR-153/SP – Divisa MG/SP – Divisa SP/PR	18/02/2008	02/2033
Nova Rota do Oeste	BR-163/MT - BR-163 e MT-407 do MS até o entroncamento com a MT-220	21/03/2014	03/2044
VIA 040	BR-040/DF/GO/MG - Trecho Brasília-DF - Juiz de Fora-MG	22/04/2014	Em processo de Relicitação
Via Bahia	BR 116/324/BA e BA 526/528	20/10/2009	10/2034
Via Brasil	BR-163/MT, entre o entroncamento com a MT-220 no município de Sinop (km 868,6) e a divisa MT/PA no município de Guarantã do Norte (km 1.131,4); Rodovia BR-163/PA, entre a divisa MT/PA no município de Novo Progresso (km 0,0) e o entroncamento com a BR-230/PA no município de Itaituba (km 674,4); e Rodovia BR-230/PA, entre o entroncamento com a BR-163/PA no município de Itaituba (km 1.113,4) e o início da travessia do Rio Tapajós no distrito de Miritituba (km 1.146,4).	04/05/2022	05/2032
CCR ViaCosteira	BR-101/SC	07/08/2020	08/2050
ViaSul	BR-101/290/448/386/RS	15/02/2019	02/2049

3. Sobre o **Item 2**, cumpre esclarecer que todos os detalhes referentes aos projetos de expansão, duplicação, melhorias, o estado de cada projeto e os prazos das rodovias concedidas, estão disponíveis no site da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no campo Concessionárias > Anexos do contrato > Programa de Exploração de Rodovia - PER, conforme o link: - <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/rodovias/concessionarias> .

4. Para o **Item 3**, o qual dispõe sobre os valores das tarifas de pedágio praticadas nas rodovias federais, podem ser encontrados em Concessionárias > Tarifas de Pedágio, no link: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/rodovias/concessionarias> .
5. Em atenção ao **Item 4**, a solicitação deve ser encaminhada à AUDIT, responsável pelas auditorias realizadas pela ANTT.
6. Por fim, sobre o **Item 5** as informações estão disponíveis no Portal de Dados Abertos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pelo link <https://dados.antt.gov.br/group/rodovias?page=2> , no qual é possível acessar os dados referentes a arrecadação de pedágio das concessionárias.
7. Nesse sentido, restitua-se os autos à AESPI, para conhecimento e encaminhamentos subsequentes.

(assinado digitalmente)

ROGER DA SILVA PÊGAS

Superintendente de Infraestrutura Rodoviária



Documento assinado eletronicamente por **ROGER DA SILVA PÊGAS**, Superintendente, em 25/09/2023, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **19140428** e o código CRC **71CD6540**.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

OFÍCIO Nº 1327/2023/SNTR

Brasília, na data da assinatura.

À
SECRETARIA EXECUTIVA
Ministério dos Transportes

Assunto: Requerimento de Informação nº 2332/2023, de autoria do Deputado Juninho do Pneu.

Senhor Secretário-Executivo,

1. Refiro-me ao OFÍCIO Nº 1659/2023/ASPAR/GM, de 14 de setembro de 2023 (SUPER nº 7541023), da Assessoria de Assuntos Parlamentares desta pasta, que solicita providências no intuito de que seja emitido posicionamento sobre o Requerimento de Informação nº 2332/2023, de autoria do Deputado Juninho do Pneu (UNIÃO/RJ), que requer informações referente ao plano de concessão das rodovias federais (SUPER nº 7541022).
2. Sobre o assunto, encaminho a Nota Informativa nº 42/2023/CGCR/DOUT-SNTR/SNTR, de 06 de outubro de 2023 (SUPER nº 7630487), com informações do Departamento de Outorgas Rodoviárias desta Secretaria.
3. Considerando a instrução processual, esta Secretaria, alinhada aos entendimentos do Departamento de Outorgas Rodoviárias - DOUT (SUPER nº 7630487), encaminha os autos para avaliação e providências julgadas pertinentes.

Respeitosamente,

VIVIANE ESSE
Secretária Nacional de Transporte Rodoviário



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Esse, Secretária Nacional de Transporte Rodoviário**, em 20/10/2023, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://super.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0,
informando o código verificador **7669532** e o código CRC **3447398D**.



Referência: Processo nº 50000.027102/2023-45



SEI nº 7669532

Esplanada dos Ministérios, Bloco R
Brasília/DF, CEP 70044-902
Telefone: - www.infraestrutura.gov.br



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS RODOVIÁRIAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Nota Informativa nº 42/2023/CGCR/DOUT-SNTR/SNTR

Brasília, 06 de outubro de 2023

Referência: Processo nº 50000.027102/2023-45

Assunto: **Requerimento de Informação nº 2332/2023, de autoria do Deputado Juninho do Pneu.iel.**

Senhora Secretária,

1. RELATÓRIO.

1.1. Trata-se do Requerimento de Informação nº 2332/2023 (SUPER nº 7541022), de autoria do Deputado Juninho do Pneu (UNIÃO/RJ), através do qual foram solicitadas ao Sr. Ministro de Estado do Transportes informações referente ao plano de concessões das rodovias federais.

1.2. Os autos foram encaminhados para esta Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário (SNTR) por meio do Ofício nº 1659/2023/ASPAR/GM (SUPER nº 7541023), por meio do qual foi solicitada análise e a manifestação preliminar por parte desta Setorial.

1.3. Os Autos foram então encaminhados a este Departamento de Outorgas Rodoviárias (DOUT) para atendimento ao pleito.

2. SOLICITAÇÃO

2.1. Com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Deputado Juninho do Pneu reivindica a prestação de contas através do contrato, cronograma e demais informações constantes no Ofício anexo. Segundo o Parlamentar o requerimento tem como objetivo esclarecer algumas informações necessárias para a fiscalização do Poder Legislativo previsto na Constituição.

2.2. Por meio do Ofício nº 120/2023/GAB/JR (SUPER 7554804), o Parlamentar apresenta os seguintes questionamentos:

1. Lista de todas as concessões rodoviárias atualmente em vigor no território brasileiro, incluindo nome das concessionárias, trechos rodoviários concedidos e data de início e término de cada contrato de concessão.
2. Detalhamento dos projetos de expansão, duplicação, ou outras melhorias planejadas ou em andamento nas rodovias concedidas, indicando o estado atual de cada projeto, cronogramas e os prazos previstos para conclusão.
3. Informações sobre os valores das tarifas de pedágio praticadas em cada uma das concessões rodoviárias, incluindo eventuais reajustes e critérios para sua definição.
4. Relatórios de auditorias, fiscalizações e avaliações de desempenho realizadas pela ANTT em relação às concessões rodoviárias nos últimos 5 anos, incluindo eventuais infrações ou irregularidades identificadas e as medidas tomadas para corrigi-las.
5. Dados sobre a arrecadação de pedágio em cada uma das concessões rodoviárias, bem como a destinação dos recursos arrecadados, especificando os investimentos em melhorias nas rodovias e outros destinos.
6. Qualquer outra informação relevante relacionada às concessões rodoviárias que não tenha sido mencionada anteriormente, mas que possa contribuir para uma compreensão abrangente do tema.

2.3. O Parlamentar utilizou das seguintes justificativas para elaborar seu pedido:

A infraestrutura de transportes é a base do desenvolvimento e crescimento econômico de um país, pois promove a integração nacional que, por sua vez, permite a movimentação das riquezas naturais, produtos industrializados, bens de consumo e pessoas entre todas as regiões do país e para o exterior. A concessão de rodovias garante o investimento e a manutenção necessária em trechos rodoviários estratégicos para o desenvolvimento da infraestrutura do país.

Neste cenário, a concessão de rodovias à iniciativa privada tornou-se a melhor solução para suprir as necessidades do País. A ANTT administra atualmente 23 concessões de rodovias, totalizando aproximadamente 10.935 km.

O objeto de uma concessão rodoviária federal envolve os serviços de recuperação, operação, manutenção, conservação, monitoração, implantação de melhorias e ampliação de capacidade e, em alguns casos, manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário.

3. FUNDAMENTAÇÃO

3.1. Inicialmente, é importante lembrar que as competências desta Pasta e desta SNTR relacionam-se às Políticas Públicas de Transporte e foram estabelecidas pelo [Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023](#), de onde se extrai:

“Art. 1º O Ministério dos Transportes, órgão da administração pública federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

I – Política Nacional dos Transportes Ferroviários e Rodoviário;

(...)

Art. 18. À Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário compete:

(...)

II – Propor, implementar, monitorar e avaliar a Política Nacional de Transporte Rodoviário e as atualizações do Sistema Nacional de Viação, no que diz respeito ao Setor Rodoviário.

(...)

Art. 20. Ao Departamento de Outorgas Rodoviárias compete:

(...)

II – **Propor e acompanhar a Política de Outorgas;**”

(...)

3.2. Por outro lado, a gestão dos contratos de concessão são de exclusividade da ANTT, que possui vinculação, mas não subordinação a esta Pasta Ministerial, conforme se verifica através da [Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001](#):

(...)

Art. 21. Ficam instituídas a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, entidades integrantes da administração federal indireta, submetidas ao regime autárquico especial e vinculadas, respectivamente, ao Ministério dos Transportes e à Secretaria de Portos da Presidência da República, nos termos desta Lei.

§ 1º A ANTT e a ANTAQ terão sede e foro no Distrito Federal, podendo instalar unidades administrativas regionais.

§ 2º O regime autárquico especial conferido à ANTT e à ANTAQ é caracterizado pela independência administrativa, autonomia financeira e funcional e mandato fixo de seus dirigentes.

(...)

Art. 24. Cabe à ANTT, em sua esfera de atuação, como atribuições gerais:

(...)

VII – proceder à revisão e ao reajuste de tarifas dos serviços prestados, segundo as disposições contratuais, após prévia comunicação ao Ministério da Fazenda;

VIII – fiscalizar a prestação dos serviços e a manutenção dos bens arrendados, cumprindo e fazendo cumprir as cláusulas e condições avençadas nas outorgas e aplicando penalidades pelo seu descumprimento;

(...)

3.3. Por essa razão, esta SNTR solicitou à ANTT que fosse emitida manifestação a respeito dos questionamentos apresentados pelo Deputado Juninho do Pneu, no Requerimento de Informação nº 2332/2023, conforme se verifica pelo Ofício nº 40/2023/CGCR/DOUT-SNTR/SNTR (SUPER nº 7556631), de 18 de setembro de 2023. Naquela ocasião, foi solicitado que a resposta fosse encaminhada até o dia 28 de setembro de 2023, para que o prazo estipulado fosse respeitado.

3.4. A Agência Nacional de Transportes Terrestres encaminhou os esclarecimentos solicitados, por meio do Ofício nº 31944/2023/COALE/AESPI/DIR-ANTT (SUPER 7625794) e do seu Anexo o Despacho SUROD (SUPER 7625793), e posteriormente encaminhou o E-mail ANTT (SUPER nº 7669321) e a Tabela de Autos de Infração (SUPER nº 7669325) de onde se extrai as seguintes informações:

I - Lista de todas as concessões rodoviárias atualmente em vigor no território brasileiro, incluindo nome das concessionárias, trechos rodoviários concedidos e data de início e término de cada contrato de concessão.

Concessionária	Trecho Objeto da Concessão	Data de Início	Data Prevista Término
Autopista Fernão Dias	BR-381/MG/SP - Belo Horizonte - São Paulo	18/02/2008	fev/33
Autopista Fluminense	BR-101/RJ – Divisa RJ/ES – Ponte Presidente Costa e Silva	18/02/2008	Em processo de Relicitação
Autopista Litoral Sul	BR-116/376/PR e BR-101/SC – Trecho Curitiba – Palhoça	18/02/2008	fev/33
Autopista Planalto Sul	BR-116/PR/SC – Curitiba – Divisa SC/RS	18/02/2008	fev/33
Autopista Régis Bittencourt	BR-116/SP/PR – São Paulo – Curitiba	18/02/2008	fev/33
CONCEBRA	BR 060, BR 153 e BR 262 DF/ GO/MG	05/03/2014	Em processo de Relicitação
CONCER	BR 040/MG/RJ - trecho Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ	01/03/1996	Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) manteve a CONCER no trecho até a conclusão da licitação em andamento e a entrega dos serviços à nova concessionária
ECO050	BR-050/GO/MG	08/01/2014	jan/44

ECO101	BR 101/ES/BA - Entroncamento BA-698 (acesso a Mucuri) - Divisa ES/RJ	10/05/2013	Em processo de Relicitação
Ecoponte	BR-101/RJ	01/06/2015	jun/45
EcoRioMinas	BR-116/465/493/RJ/MG	22/09/2022	set/52
Ecosul	BR 116/RS, 392/RS	30/11/1998	nov/26
Ecovias do Araguaia	BR-153/TO/GO, BR-080/GO, BR-414/GO	08/10/2021	out/56
Ecovias do Cerrado	BR-364/365/MG/GO	20/01/2020	jan/50
MS Via	BR-163/MS - Início na divisa com o estado do MT e término na divisa com o PR	11/04/2014	Em processo de Relicitação
CCR RIO/SP	BR-116/101/SP/RJ (Rodovia Presidente Dutra): Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento com a BR-465, no município de Seropédica (RJ), e a divisa RJ/SP; Rodovia BR-116/SP, entre a divisa RJ/SP e o entroncamento com a BR-381/SP-015, Marginal Tietê; Rodovia BR-101/RJ, entre o entroncamento com a BR-465(A)/RJ-095 e a divisa RJ/SP; e Rodovia BR-101/SP – entre a divisa RJ/SP e Praia Grande, Ubatuba	01/03/2022	mar/52
Rodovia do Aço	BR-393/RJ – Divisa MG/RJ – Entroncamento BR-116 (DUTRA)	28/03/2008	Instauração de processo administrativo de caducidade
Rodovia Transbrasiliana	BR-153/SP – Divisa MG/SP – Divisa SP/PR	18/02/2008	fev/33
Nova Rota do Oeste	BR-163/MT - BR-163 e MT-407 do MS até o entroncamento com a MT-220	21/03/2014	mar/44
VIA 040	BR-040/DF/GO/MG - Trecho Brasília-DF - Juiz de Fora-MG	22/04/2014	Em processo de Relicitação
Via Bahia	BR 116/324/BA e BA 526/528	20/10/2009	out/34
Via Brasil	BR-163/MT, entre o entroncamento com a MT-220 no município de Sinop (km 868,6) e a divisa MT/PA no município de Guarantã do Norte (km 1.131,4); Rodovia BR-163/PA, entre a divisa MT/PA no município de Novo Progresso (km 0,0) e o entroncamento com a BR-230/PA no município de Itaituba (km 674,4); e Rodovia BR-230/PA, entre o entroncamento com a BR-163/PA no município de Itaituba (km 1.113,4) e o início da travessia do Rio Tapajós no distrito de Miritituba (km 1.146,4).	04/05/2022	mai/32
CCR ViaCosteira	BR-101/SC	07/08/2020	ago/50
ViaSul	BR-101/290/448/386/RS	15/02/2019	fev/49

II - Detalhamento dos projetos de expansão, duplicação, ou outras melhorias planejadas ou em andamento nas rodovias concedidas, indicando o estado atual de cada projeto, cronogramas e os prazos previstos para conclusão.

Conforme relatado pela ANTT, todos os detalhamentos referentes aos projetos de expansão, duplicação, melhorias, o estado de cada projeto e os prazos das rodovias concedidas, estão disponíveis em seu site oficial. A consulta pode ser feita através do campo Concessionárias > Anexos do contrato > Programa de Exploração de Rodovia - PER, conforme o link: - <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/rodovias/concessionarias>.

Em complemento à resposta encaminhada pela ANTT, este Departamento de Outorgas Rodoviárias realizou levantamento sobre as principais obras a serem realizadas pelas concessionárias de rodovias federais nos próximos anos, sem prejuízo das informações pormenorizadas disponíveis nos Programa de Exploração de Rodovia - PER de cada Concessionária no site da ANTT.

					Informação da Obra			
								Data

Concessionária	Rodovia	UF	Municípios	Tipo de Obra	Descrição	Unid	Quantidade	Data de Início	prevista de conclusão
Autopista Litoral Sul	BR-101	SC	Florianópolis, Palhoça, São José e Biguaçu	Contorno	BR-101/SC - Construção do Contorno de Florianópolis	km	50,94	28/05/2014	08/02/2024
CCR RioSP	BR-116	SP	Guarulhos, São Paulo	Ampliação de Capacidade	BR-116/SP - Ampliação de Capacidade na Região Metropolitana de São Paulo	km	27	01/04/2023	28/02/2025
CCR RioSP	BR-116	SP	São Jose dos Campos	Ampliação de Capacidade	BR-116/SP - Ampliação de Capacidade na Região Metropolitana de São José dos Campos - Obras ano 3 e 4 - km124+900 ao 157,800	km	32,9	17/04/2023	28/02/2028
CCR RioSP	BR-116	RJ	Piraí	Ampliação de Capacidade	BR-116/RJ - Ampliação de Capacidade da Serra das Araras	km	8	01/03/2024	28/02/2028
Eco050	BR-050	GO	Cristalina	Duplicação	BR-050/GO - Duplicação da Travessia Urbana de Cristalina	km	5	12/04/2023	30/04/2024
Eco050	BR-050	GO	Catalão	Duplicação	BR-050/GO - Duplicação da Travessia Urbana de Catalão	km	11	01/08/2023	01/09/2025
EcoRio Minas	BR-116	MG	Governador Valadares, Alpercata	Duplicação	Duplicação da BR-116/MG do km 412,576 ao km 421,627 entre Governador Valadares e Alpercata	km	12,59	03/03/2024	22/09/2026
EcoRio Minas	BR-116	MG	Inhapim, Ubaporanga, Caratinga	Duplicação	Duplicação e outras melhorias da BR-116/MG do km 499,33 ao 527,53 entre Inhapim e Caratinga	km	28,2	01/03/2025	22/09/2027
					Duplicação da BR-116/MG do km 520,517				

EcoRio Minas	BR-116	MG	Caratinga	Duplicação	ao km 526,621 e entre o km 528,2 ao km 528,345 em Caratinga	km	6,25	01/06/2024	23/09/2027
EcoRio Minas	BR-493	RJ	Itaboraí, Guapimirim	Duplicação	Duplicação da BR-493/RJ do km 0 ao km 0,8 e do km 5,3 ao km 15,6 entre Itaboraí e Guapimirim	km	11,1	03/03/2024	22/09/2026
EcoRio Minas	BR-493	RJ	Guapimirim, Magé	Duplicação	Duplicação e outras melhorias da BR-493/RJ do km 0,00 ao 25,37 entre Itaboraí e Magé	km	25,37	03/03/2024	22/09/2026
EcoRio Minas	BR-493	RJ	Magé	Duplicação	Duplicação da BR-493/RJ do km 19,8 ao km 25,614 em Magé	km	5,81	03/03/2024	22/09/2026
Ecovias do Araguaia	BR-153	TO	Aliança do Tocantins	Duplicação	Duplicação da BR-153/TO em Aliança do Tocantins, km 622,7 ao km 624,3	km	1,6	08/10/2023	08/10/2024
Ecovias do Araguaia	BR-153	TO	Aliança do Tocantins, Dueré, Gurupi	Duplicação	Duplicação da BR-153/TO entre Aliança do Tocantins e Gurupi, km 663,0 ao km 671,2	km	8,2	08/10/2023	08/10/2024
Ecovias do Araguaia	BR-153	TO	Gurupi	Duplicação	Duplicação da BR-153/TO em Gurupi, km 671,2 ao km 677	km	5,8	08/10/2023	08/10/2024
Ecovias do Araguaia	BR-153	TO	Gurupi, Cariri do Tocantins	Duplicação	Duplicação da BR-153/TO entre Gurupi e Cariri do Tocantins, km 677 ao 701,9	km	24,9	08/10/2025	08/10/2026
			Gurupi, Cariri do		Duplicação da BR-153/TO entre Figueirópolis				

Ecovias do Araguaia	BR-153	TO	Tocantins, Figueirópolis	Duplicação	e Cariri do Tocantins, km 720,8 ao km 724	km	3,2	08/10/2024	08/10/2025
Ecovias do Araguaia	BR-153	TO	Alvorada	Duplicação	Duplicação da BR-153/TO em Alvorada, km 759,5 ao km 760,6	km	1,1	08/10/2024	08/10/2025
Ecovias do Araguaia	BR-153	TO	Talismã	Duplicação	Duplicação da BR-153/TO em Talismã, km 797,3 ao km 800	km	2,7	08/10/2024	08/10/2025
Ecovias do Araguaia	BR-153	GO	Campinorte, Uruaçu	Duplicação	Duplicação da BR-153/GO entre Campinorte e Uruaçu, km 176,0 ao km 199,4	km	23,4	08/10/2024	08/10/2025
Ecovias do Araguaia	BR-153	GO	Ceres, Rialma	Duplicação	Duplicação da BR-153/GO em Rialma, km 288,5 ao km 302,4	km	13,9	08/10/2024	08/10/2025
Ecovias do Araguaia	BR-153	GO	Ceres, Rialma e Rianópolis	Duplicação	Duplicação da BR-153/GO entre Rialma e Rianópolis, km 302,4 ao km 319,2	km	15,4	08/10/2024	08/10/2025
Ecovias do Araguaia	BR-153	GO	Uruaçu, São Luiz do Norte	Duplicação	Duplicação da BR-153/GO entre Uruaçu e São Luiz do Norte, km 212,5 ao km 242,5	km	30,1	08/10/2025	08/10/2026
Ecovias do Araguaia	BR-153	GO	São Luiz do Norte, Nova Glória	Duplicação	Duplicação da BR-153/GO entre São Luiz do Norte e Nova Glória, km 242,5 ao km 274,9	km	32,4	08/10/2025	08/10/2026
Ecovias do Araguaia	BR-153	GO	Nova Glória	Duplicação	Duplicação da BR-153/GO em Nova Glória, km 274,9 ao km 284,5	km	9,6	08/10/2025	08/10/2026
Ecovias do Araguaia	BR-153	GO	Nova Glória, Rialma	Duplicação	Duplicação da BR-153/GO entre Nova Glória e Rialma, km 284,5 ao km 288,5	km	4	08/10/2025	08/10/2026

Ecovias do Araguaia	BR-153	GO	Rianópolis	Duplicação	Duplicação da BR-153/GO em Rianópolis, km 319,2 ao km 321,9	km	2,6	08/10/2025	08/10/2026
Ecovias do Araguaia	BR-153	GO	Rianópolis, Jaraguá	Duplicação	Duplicação da BR-153/GO entre Rianópolis e Jaraguá, km 321,9 ao km 357,3	km	35,4	08/10/2026	08/10/2027
EcoVias do Cerrado	BR-365	MG	Monte Alegre de Minas	Interconexão	BR-365/MG - Construção do Viaduto do Trevão (Entr. BR-153)	km	3	18/04/2022	20/01/2024
Fernão Dias	BR-381	SP	Bragança Paulista, Atibaia, Mairiporã	Faixa Adicional	BR-381/SP - Construção de Terceiras Faixas de Bragança Paulista a Mairiporã	km	47,58	01/11/2022	31/01/2025
Fernão Dias	BR-381	SP	Bragança Paulista, Atibaia, Mairiporã	Faixa Adicional	BR-381/SP - Construção de Terceiras Faixas de Bragança Paulista a Mairiporã - Trecho 01 - SUL - 22+300 à 41+000	km	18,89	01/11/2022	30/09/2024
Fernão Dias	BR-381	SP	Bragança Paulista, Atibaia, Mairiporã	Faixa Adicional	BR-381/SP - Construção de Terceiras Faixas de Bragança Paulista a Mairiporã - Trecho 02 - NORTE - 35+360 à 41+000	km	5,69	01/11/2022	30/06/2024
Fernão Dias	BR-381	SP	Bragança Paulista, Atibaia, Mairiporã	Faixa Adicional	BR-381/SP - Construção de Terceiras Faixas de Bragança Paulista a Mairiporã - Trecho 03 - SUL - 48+720 à 50+370	km	1,58		30/06/2024
			Bragança		BR-381/SP - Construção de Terceiras Faixas de Bragança				

Fernão Dias	BR-381	SP	Paulista, Atibaia, Mairiporã	Faixa Adicional	Paulista a Mairiporã - Trecho 04 - NORTE - 48+810 à 58+860	km	9,93		31/01/2025
Fernão Dias	BR-381	SP	Bragança Paulista, Atibaia, Mairiporã	Faixa Adicional	BR-381/SP - Construção de Terceiras Faixas de Bragança Paulista a Mairiporã - Trecho 05 - SUL - 52+140 à 54+080	km	2,11		31/07/2024
Fernão Dias	BR-381	SP	Bragança Paulista, Atibaia, Mairiporã	Faixa Adicional	BR-381/SP - Construção de Terceiras Faixas de Bragança Paulista a Mairiporã - Trecho 06 - SUL - 56+200 à 65+800	km	9,38		31/01/2025
Rota do Oeste	BR-163	MT	Cuiabá	Duplicação	Duplicação da BR-163/MT - SH 13 - km 321,3 ao km 339,3	km	18	01/06/2024	30/06/2026
Rota do Oeste	BR-163	MT	Cuiabá, Várzea Grande	Duplicação	Duplicação da BR-163/MT - SH 14 - km 339,3 ao km 353,5	km	10,1	01/06/2024	30/06/2026
Rota do Oeste	BR-163	MT	Nobres, Diamantino, Nova Mutum	Duplicação	Duplicação da BR-163/MT - SH 20 - km 507 ao km 590	km	83,1	01/08/2023	30/06/2026
Rota do Oeste	BR-163	MT	Nova Mutum	Duplicação	Duplicação da BR-163/MT - SH 21- km 590 ao km 603	km	5,2		31/12/2026
Rota do Oeste	BR-163	MT	Nova Mutum, Lucas do Rio Verde	Duplicação	Duplicação da BR-163/MT - SH 22- km 603 ao km 685 (apenas 36,8 km em 2026)	km	82	01/06/2026	30/06/2027
Rota do Oeste	BR-164	MT	Sinop	Duplicação	Duplicação da BR-163/MT - SH 27- km 820 ao km 821,6	km	1,6	01/06/2026	30/06/2027
					Duplicação				

Rota do Oeste	BR-165	MT	Sinop	Duplicação	da BR-163/MT - SH 28- km 839 ao km 855	km	15,2	01/06/2025	30/06/2026
Transbrasiliana	BR-153/SP	SP	Bady Bassit, José Bonifácio	Duplicação	BR-153/SP - Duplicação de Bady Bassit a José Bonifácio	km	25	01/06/2021	01/07/2024
Via Brasil	BR-230	PA	Miritituba	Acesso viário	BR-230/PA - Construção do Acesso ao Terminal Portuário de Miritituba	km	8,3		01/05/2025
Via Sul	BR-386	RS	Tio Hugo, Mormaço, Soledade	Duplicação	Duplicação da BR-386/RS, km 213,1 ao km 243,6	km	30,5	15/02/2024	15/02/2026
Via Sul	BR-386	RS	Soledade, Fontoura Xavier	Duplicação	Duplicação da BR-386/RS, km 243,6 ao km 269,2	km	25,6	10/08/2023	15/02/2025
Via Sul	BR-386	RS	Marques de Souza, Lajeado, Forquetinha	Duplicação	Duplicação da BR-386/RS, km 324,1 ao km 344,4	km	20,3	01/07/2021	31/10/2023
Via Sul	BR-386	RS	Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Marques de Souza	Duplicação	Duplicação da BR-386/RS, km 369,2 a 324,1	km	54,9	15/02/2026	15/02/2029

III - Informações sobre os valores das tarifas de pedágio praticadas em cada uma das concessões rodoviárias, incluindo eventuais reajustes e critérios para sua definição.

Conforme informado pela ANTT, os valores das tarifas de pedágio praticadas nas rodovias federais também são informação de domínio público e podem ser encontrados diretamente em seu site oficial. Para tanto é necessário acessar o item Concessionárias > Tarifas de Pedágio, através do link: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/rodovias/concessionarias>.

Importante esclarecer que os reajustes tarifários são realizados através de análise técnica efetuado pela Agência Reguladora, que leva em conta os critérios estabelecidos em cada contrato de concessão. Dessa forma, não há um critério único para realizar os reajustes contratuais, haja vista que contratos diferentes possuem regras distintas. A documentação que embasa cada reajuste contratual efetuado pela ANTT também é de domínio público, e pode ser obtido diretamente através do link acima informado. Para tanto, deve-se clicar na concessionária de interesse e, logo após, clicar no item *Revisão e reajuste da tarifa de pedágio*.

IV - Relatórios de auditorias, fiscalizações e avaliações de desempenho realizadas pela ANTT em relação às concessões rodoviárias nos últimos 5 anos, incluindo eventuais infrações ou irregularidades identificadas e as medidas tomadas para corrigi-las.

RESPOSTA: Compete à ANTT realizar a fiscalização e gestão dos contratos de concessão de rodovias federais, cuja principal objetivo é acompanhar a execução de investimentos de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER, afim de verificar o nível de cumprimento das metas e prazos, além do escopo da obra ou serviço executados pelas Concessionárias. Tal procedimento gera centenas de processos administrativos e produção de documentos todos os meses no âmbito da Superintendência responsável na ANTT, cuja quantidade de documentos técnicos no período de 5 anos soma elevada quantidade de dados que torna a operação altamente complexa por parte da equipe técnica da Agência para enviar tais informações mediante anexo em algum documento no SEI.

Caso esta casa tenha o interesse de ter acesso a todos os dados de todas as Concessionárias, sugerimos que seja

realizada audiência junto a equipe técnica da ANTT para verificar a melhor forma de disponibilizar tal volume de dados para avaliação do poder legislativo. Para tanto, esta Secretaria está disponível para eventual intermediação junto à ANTT no que for possível.

Ainda assim, ressaltamos que durante as ações de fiscalização e avaliação de desempenho das Concessionárias, a Agência tem como um de seus principais instrumentos regulatórios a possibilidade de lavrar autos de infração em desfavor das empresas, em que são aplicadas multas conforme valores definidos em cada contrato de concessão, sempre que verificado que alguma inconformidade como por exemplo, atraso na execução de obras, não atendimento de parâmetros de qualidade no pavimento e sinalização, atrasos no atendimento médico e mecânicos, dentre outros. Sobre esse tipo de ação da ANTT, a ANTT informou que entre os anos de 2018 a 2023 foram autuados mais de 3700 Autos de Infração em desfavor das empresas por infrações decorrentes da má execução contratual, demonstrando a atuação da Agência frente às empresas.

V - Dados sobre a arrecadação de pedágio em cada uma das concessões rodoviárias, bem como a destinação dos recursos arrecadados, especificando os investimentos em melhorias nas rodovias e outros destinos.

RESPOSTA: Por fim, sobre o **Item 5** as informações estão disponíveis no Portal de Dados Abertos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pelo link <https://dados.antt.gov.br/group/rodovias?page=2>, no qual é possível acessar os dados no item "Receita por Praça".

VI - Qualquer outra informação relevante relacionada às concessões rodoviárias que não tenha sido mencionada anteriormente, mas que possa contribuir para uma compreensão abrangente do tema.

Em resposta ao solicitado informa-se que este Ministério dos Transportes elabora anualmente o Boletim Anual dos Indicadores do PROCROFE (SUPER nº 7651285), contendo indicadores que esta Pasta utiliza para acompanhar o Programa de Concessões de Rodovias Federais - PROCROFE. Além disso o Ministério publica anualmente o Caderno de Transportes, contendo informações sobre todos os modais de transporte cujas políticas são definidas por esta Pasta. As principais informações sobre investimentos e operações das rodovias concedidas publicadas no Caderno de Transportes 2022 (SUPER nº 7651184) podem ser conferidas nas páginas 28 e 29 do referido documento.

4. CONCLUSÃO

4.1. Considerando os esclarecimentos apresentados pela Agência Reguladora, acerca do Requerimento de Informação nº 2332/2023 (SUPER nº 7541022), de autoria do Deputado Juninho do Pneu (UNIÃO/RJ), encaminha-se a presente Nota Informativa à SNTR para subsidiar resposta a ser encaminhada à ASPAR.

EDNILSON OLIVEIRA FERREIRA
Coordenador
Coordenação Geral de Outorgas Rodoviárias

De acordo. Encaminhe-se à SNTR para subsidiar resposta ao Ofício nº 1659/2023/ASPAR/GM (SUPER nº 7541023).

ANDERSON SANTOS BELLAS
Coordenador-Geral de Outorgas Rodoviárias
Departamento de Outorgas Rodoviárias



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Santos Bellas, Coordenador-Geral de Concessões Rodoviárias**, em 19/10/2023, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Ednilson Oliveira Ferreira, Coordenador**, em 19/10/2023, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



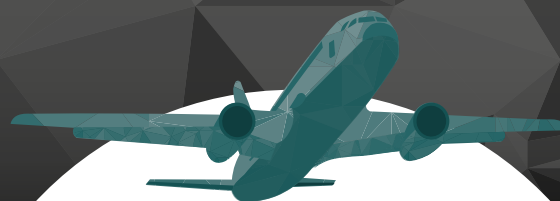
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7630487** e o código CRC **072A8654**.



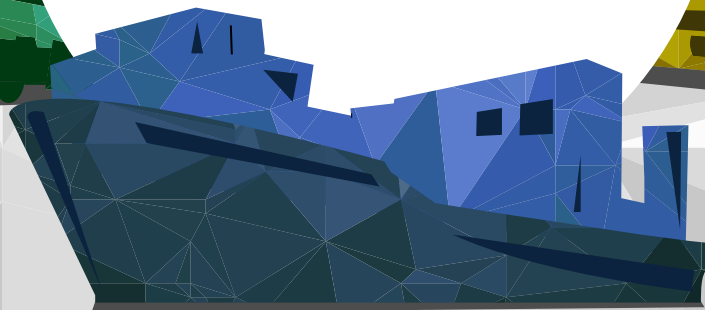
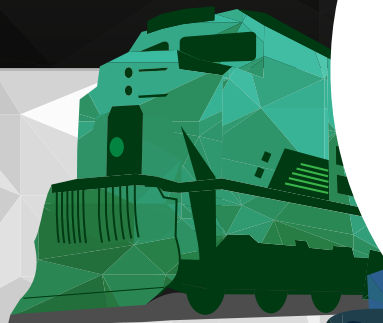
Referência: Processo nº 50000.027102/2023-45



SEI nº 7630487



TRANSPORTES 2022



Ficha técnica

Presidente da República: **Luiz Inácio Lula da Silva**

Ministro dos Transportes: **José Renan Vasconcelos Calheiros Filho**

Coordenação do trabalho

Paulo Sérgio da Silva Souza

Coordenador-Geral de Gestão da Informação

Sirléa de Fátima Ferreira Leal Moura

Coordenadora

Equipe técnica

Joana Maria Habbema Soledade

Luciano Bandeira Campos

Paulo Sérgio da Silva Souza

Sirléa de Fátima Ferreira Leal Moura

Arte, projeto gráfico e diagramação

Fernando Machado Saliba Steele Fusaro

Glauco Pereira de Jesus Barbosa

Maria Eduarda Domingues Lucena

Rayellen Mesquita de Souza

Mapas

Iria Fabíola do Rêgo Luna



Obs.: Os órgãos citados nessa publicação consideram a estrutura do então Ministério da Infraestrutura - Minfra em dezembro de 2022



Índice



Mensagem

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Mensagem do Ministro dos Transportes

O Caderno Transportes 2022 sintetiza as realizações do então Ministério da Infraestrutura, reforçando o compromisso institucional em dar transparência ao setor.

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de recriar o Ministério dos Transportes, com foco nos setores ferroviário, rodoviário e nas políticas públicas de trânsito, recompõe a importância estratégica das vias terrestres para a logística nacional e a recuperação da economia. Um país de dimensões continentais e grande produtor de "commodities", como minérios e grãos, precisa desenvolver uma infraestrutura de transporte integrada e adequada para o escoamento da produção até os nossos portos.

A partir de 2023, o Ministério dos Transportes dá início a um novo ciclo da sua história. Com a recuperação da capacidade de investimento pelo Estado, que vem sendo conquistada com diálogo e espírito republicano, estaremos em condições de modernizar a logística nacional de transportes, reduzindo custos e contribuindo para aumentar a competitividade do setor produtivo.

Para honrar o nosso compromisso com a sociedade, estabelecemos como prioridades ampliar a participação do modo ferroviário na matriz de transportes, investir para recuperar e melhorar as ligações rodoviárias, além de promover a segurança no trânsito e o respeito à vida. Não serão tarefas fáceis, mas, com muito trabalho e diálogo, acreditamos que será possível o Brasil avançar.

**FAZER POLÍTICA
PÚBLICA DE QUALIDADE,
TRANSFORMANDO PARA
MELHOR O DIA A DIA DO
POVO BRASILEIRO.**

Esse é o nosso maior compromisso à frente ao Ministério dos Transportes.



Planejamento

Principais resultados



Planejamento



O **Planejamento Integrado de Transportes - PIT**, ao longo do ano de 2022, foi marcado pela elaboração dos quatro Planos Setoriais previstos na Portaria nº 123/2020. O Plano Aeroviário Nacional foi elaborado pela **Secretaria Nacional de Aviação Civil** com auxílio da **Universidade Federal de Santa Catarina**, enquanto os demais planos, de responsabilidade da **Secretaria Nacional de Transportes Terrestres** e da **Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários**, foram elaborados com auxílio da **Infra S.A.**.



Os **planos setoriais** devem indicar, sob uma perspectiva tática, como serão tratadas as necessidades e oportunidades inicialmente apontadas no Plano Nacional de Logística 2035 (PNL 2035) considerando o horizonte estabelecido e aprimorando a seleção de ações, obras, empreendimentos e iniciativas, visando o atingimento dos objetivos e metas estabelecidos para os respectivos setores. Os planos setoriais irão servir como insumo para a elaboração do **Plano Geral de Ações Públicas** e do **Plano Geral de Parcerias**, os quais, por sua vez, serão a base para o **Plano Plurianual 2024-2027**.

No período de 31 de agosto a 11 de setembro de 2022, os capítulos metodológicos, as diretrizes, os objetivos e as principais ações previamente consideradas pelos planos foram enviadas para tomada de subsídios da sociedade.



Fonte: Subsecretaria de Fomento e Planejamento/MT

Planos setoriais

Plano Setorial de Transportes Terrestres

Delineia a situação atual e futura das rodovias e ferrovias federais, considerando o transporte de cargas e de passageiros. Indica as iniciativas e investimentos necessários ao aperfeiçoamento dos subsistemas federais de transporte rodoviário e ferroviário, classificando as infraestruturas conforme a prioridade para o atendimento das políticas de transporte. Nesse aspecto, destaca-se a necessidade de investimento na ordem de R\$ 383 bilhões no modo ferroviário e de R\$ 400 bilhões no rodoviário, totalizando R\$ 783 bilhões até 2035. A participação do modo ferroviário pode ampliar em até 3,5 vezes o volume transportado até o ano de 2035, enquanto a participação do rodoviário pode reduzir até 35% do volume transportado nesse período.



Plano Setorial Portuário

Apresenta o diagnóstico do setor com previsões de demanda, instalações portuárias e capacidade dos portos previstos e a serem implantados. Foi realizada a classificação dos empreendimentos considerando os impactos em diferentes indicadores para auxílio na tomada de decisão. São previstos 416 empreendimentos, totalizando cerca de R\$ 42 bilhões de investimentos até o ano de 2035.

Plano Aeroviário Nacional

Consolida a necessidade de oferta de infraestrutura e serviços para o setor de aviação civil, avaliando desde os impactos da Pandemia de Covid-19 as novas projeções de demanda de passageiros, cargas e aeronaves para os próximos trinta anos. São previstos para o ano de 2052 mais de 540 milhões de passageiros, 6 milhões de toneladas de carga e 3,5 milhões de aeronaves movimentadas, em uma rede de 164 aeroportos no país.



Plano Setorial Hidroviário

Traz as principais ações planejadas para a redução dos gargalos históricos para o desenvolvimento do setor hidroviário. Com o objetivo de ampliar a participação hidroviária na matriz modal brasileira, são previstos 101 empreendimentos, totalizando cerca de R\$ 79 bilhões de investimento em infraestrutura. Nessa perspectiva, observa-se um incremento de até seis vezes no volume transportado por hidrovias até 2035.



Fonte: Subsecretaria de Fomento e Planejamento/MT



Empreendimentos

Os planos setoriais consideraram 1.930 empreendimentos para fins de simulações de cenários. Os Planos Terrestre, Portuário e Hidroviário tiveram cenários e redes simuladas de forma conjunta, permitindo pela primeira vez que os planos setoriais sejam produzidos considerando uma rede unificada e uma visão intermodal do transporte, aprimorando a capacidade de planejar, já que considera a integração, competição e complementaridade entre os modos de transporte, obtendo resultados mais assertivos.



Rodoviário	315
Ferrovário	157
Aeroportuário	941
Portuário	416
Hidroviário	101

Total Geral	1.930
-------------	-------

Parcerias

Principais resultados





Fonte: Subsecretaria de Parcerias/MT



Realizações 2022 - Projetos concluídos (ativos entregues)

R\$ 29,40 bilhões

Investimentos

R\$ 7,18 bilhões

Outorgas

21 ativos

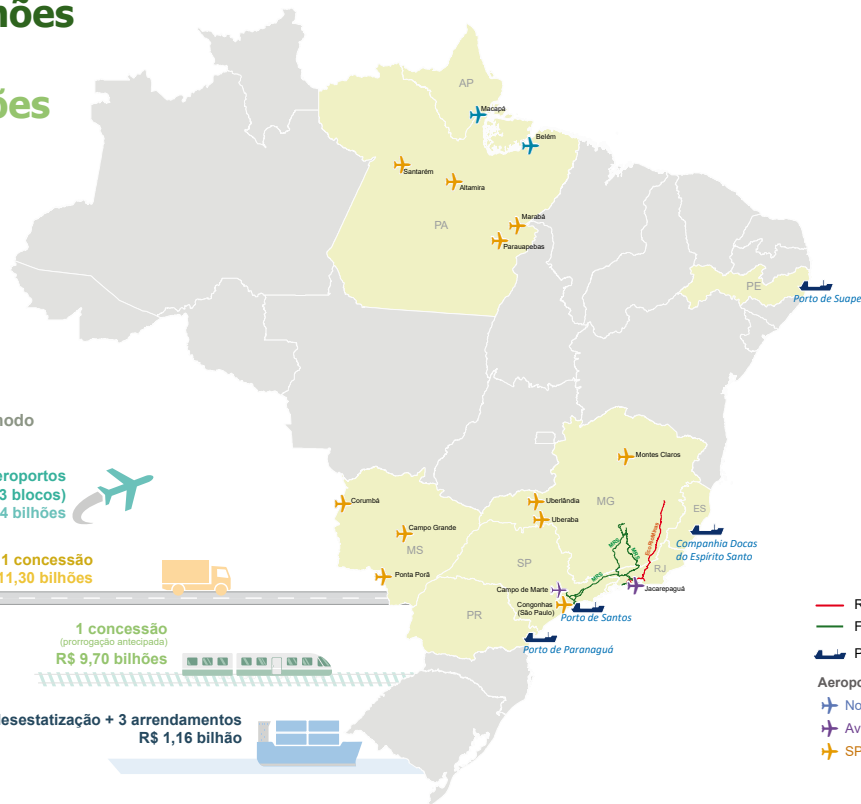
Investimentos por modo

15 aeroportos
concedidos (3 blocos)
R\$ 7,24 bilhões

1 concessão
R\$ 11,30 bilhões

1 concessão
(prorrogação antecipada)
R\$ 9,70 bilhões

1 desestatização + 3 arrendamentos
R\$ 1,16 bilhão



Fonte: Subsecretaria de Parcerias/MT



Projetos concluídos - Rodovias e Ferrovias

R\$ 21,00 bilhões

Investimentos

R\$ 4,30 bilhões

Outorgas

2 ativos

1 concessão
726,9 km

R\$ 11,30 bilhões
Investimentos

previsão de mais de 155 mil empregos gerados ao longo da concessão

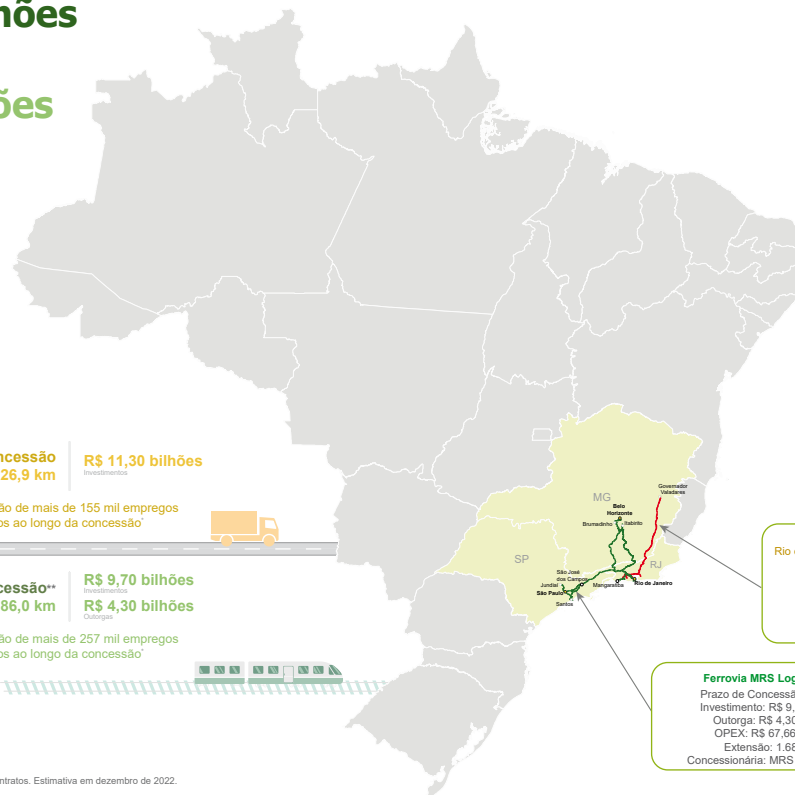


1 concessão**
1.686,0 km

R\$ 9,70 bilhões
Investimentos

R\$ 4,30 bilhões
Outorgas

previsão de mais de 257 mil empregos gerados ao longo da concessão



BR-116/493/465/RJ/MG
Rio de Janeiro/RJ - Governador Valadares/MG

Prazo de Concessão: 30 anos
Investimento: R\$ 11,30 bilhões
Outorga: n/a
OPEX: R\$ 9,86 bilhões
Extensão: 726,9 km
Concessionária: Eco Rodovias

Ferrovia MRS Logística S/A*

Prazo de Concessão: 30 anos
Investimento: R\$ 9,70 bilhões
Outorga: R\$ 4,30 bilhões
OPEX: R\$ 67,66 bilhões
Extensão: 1.686 km
Concessionária: MRS Logística S/A

* Empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo dos contratos. Estimativa em dezembro de 2022.

** Promulgação antecipada

Projetos concluídos - Portos e Aeroportos

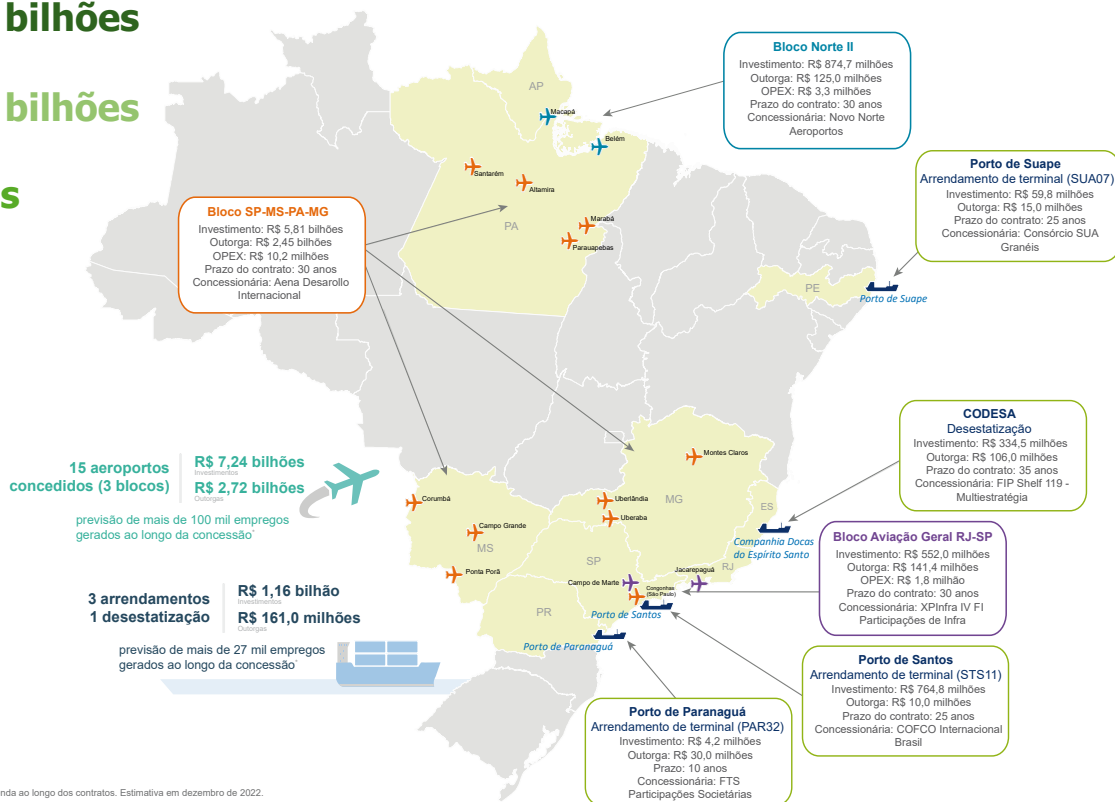
R\$ 8,40 bilhões

Investimentos

R\$ 2,88 bilhões

Outorgas

19 ativos



*Empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo dos contratos. Estimativa em dezembro de 2022.

Fonte: Subsecretaria de Parcerias/MT

Projetos com edital publicado e protocolados no TCU

1 Edital publicado

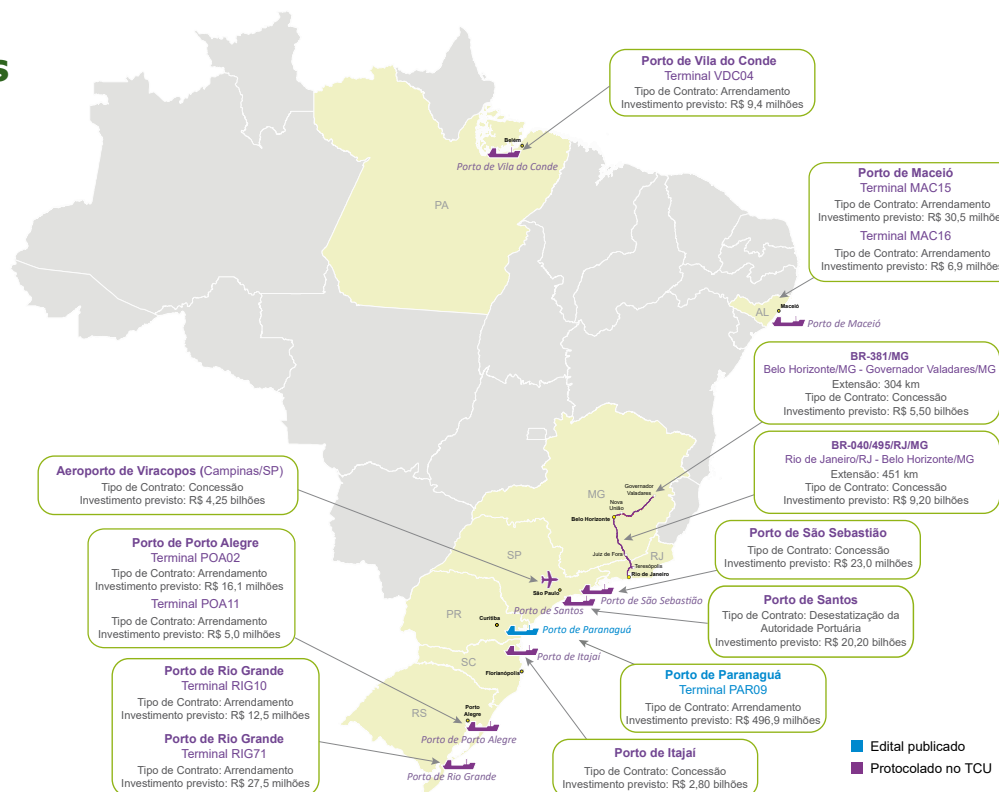
R\$ 496,9 milhões

Investimentos previstos

13 ativos protocolados no TCU

R\$ 42,08 bilhões

Investimentos previstos

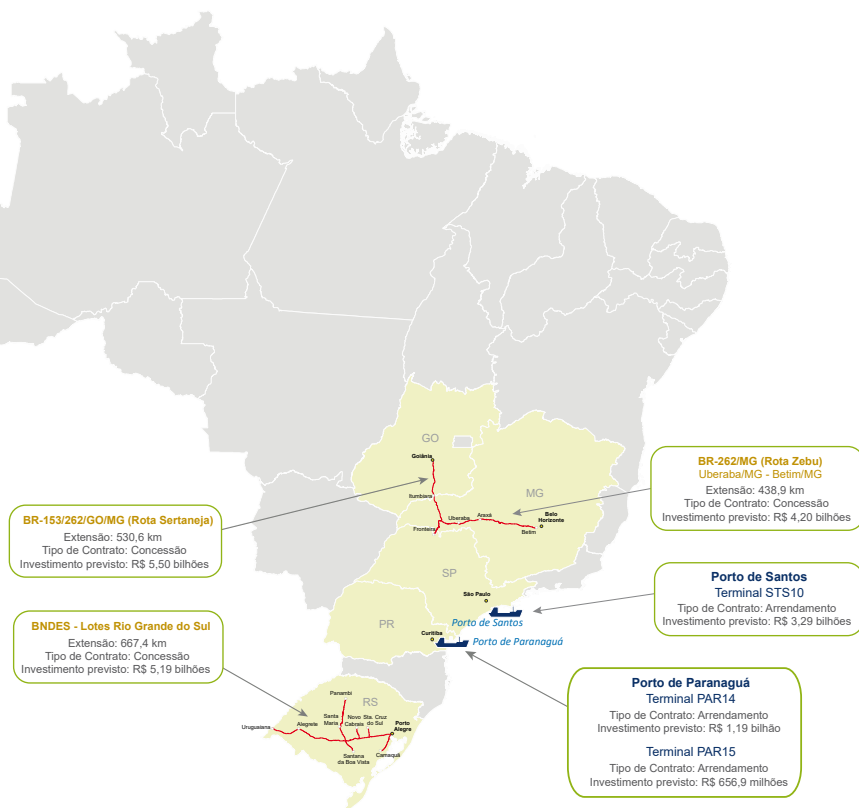


Fonte: Subsecretaria de Parcerias/MT

**6 ativos
em audiência pública**

R\$ 20,02 bilhões

Investimentos previstos



Fonte: Subsecretaria de Parcerias/MT

Projetos qualificados

7 ativos qualificados

+ de R\$ 3,12 bilhões

Em investimentos previstos*



*O investimento previsto em alguns ativos está em estudo.

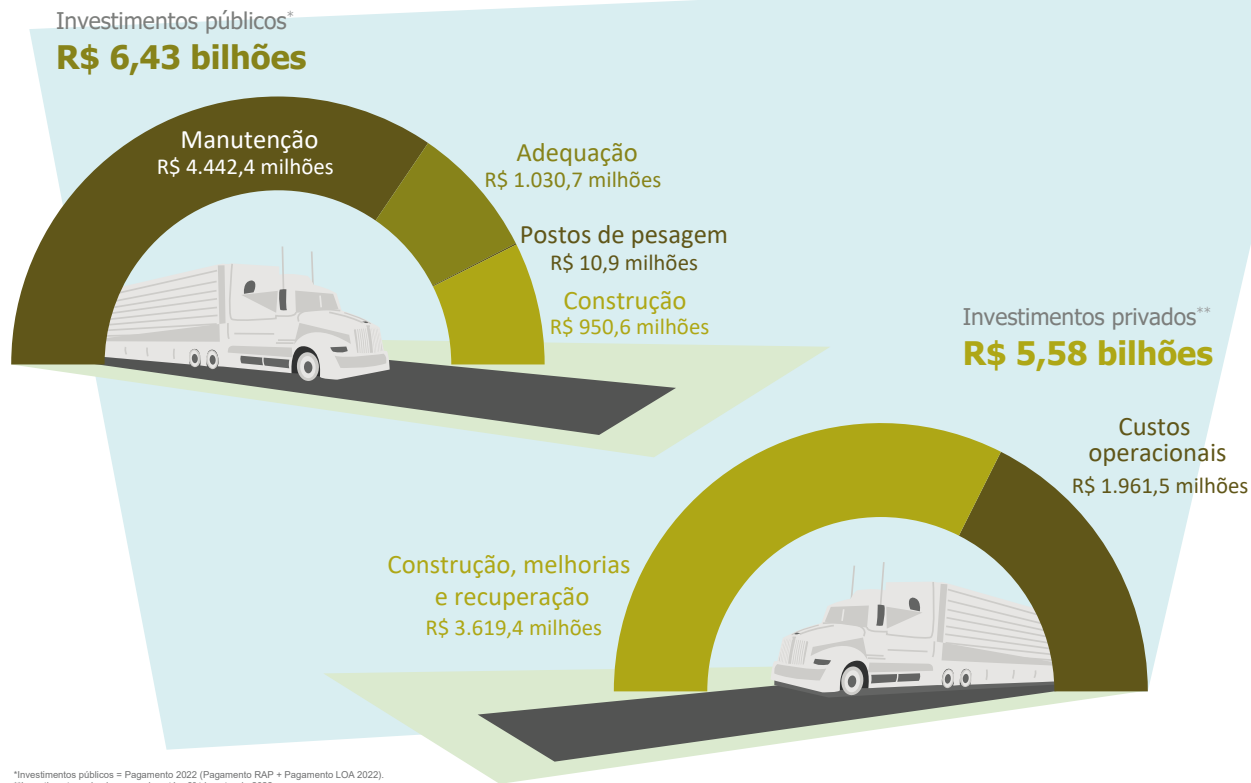
Fonte: Subsecretaria de Parcerias/MT

Rodovias

Principais resultados



Investimentos no setor rodoviário



*Investimentos públicos = Pagamento 2022 (Pagamento RAP + Pagamento LOA 2022).

**Investimentos privados apurados até o 3º trimestre de 2022.

Fonte: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/MT e Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário/MT

Rodovias - Principais obras públicas

R\$ 1,92 bilhão

Investimentos em 2022*

Região Norte
R\$ 308,2 milhões

Região Nordeste
R\$ 640,1 milhões

Região Centro-Oeste
R\$ 274,7 milhões

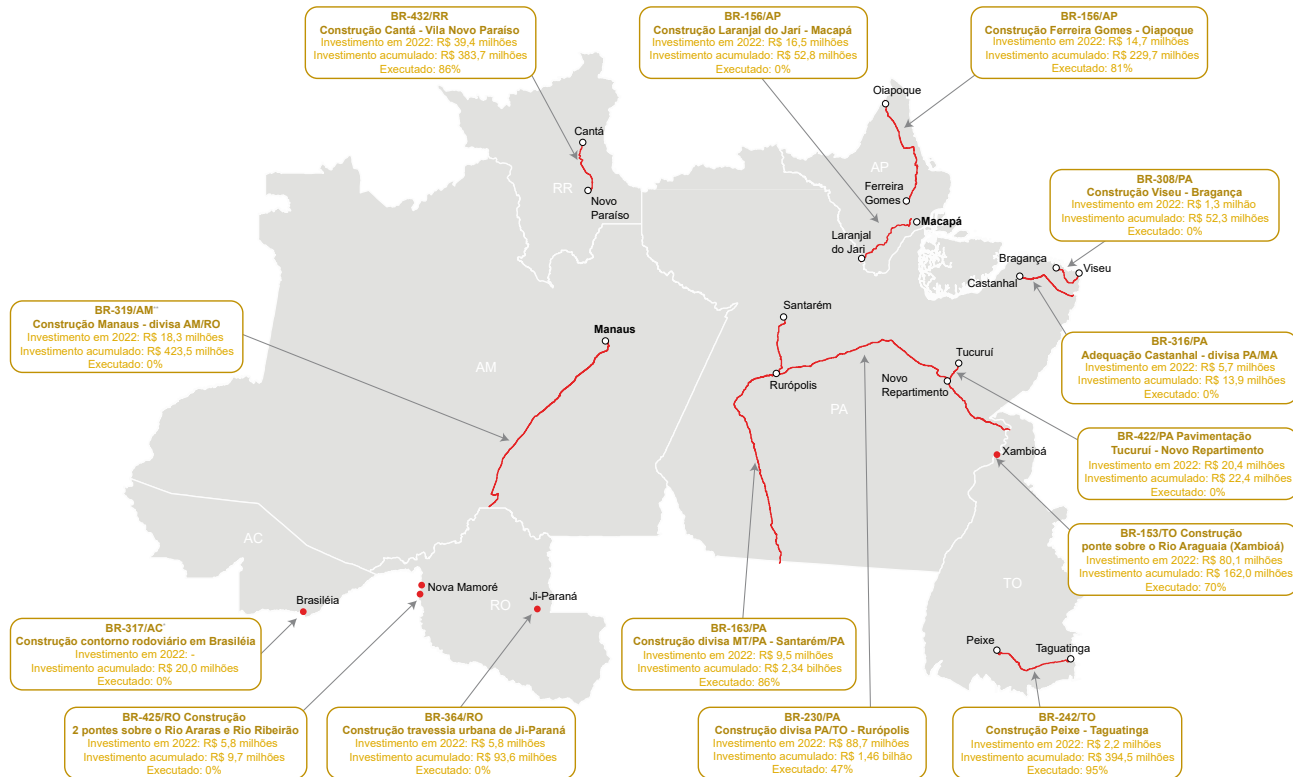
Região Sul
R\$ 384,2 milhões

Região Sudeste
R\$ 312,0 milhões

* Não inclui investimentos em manutenção

Fonte: Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário/MT

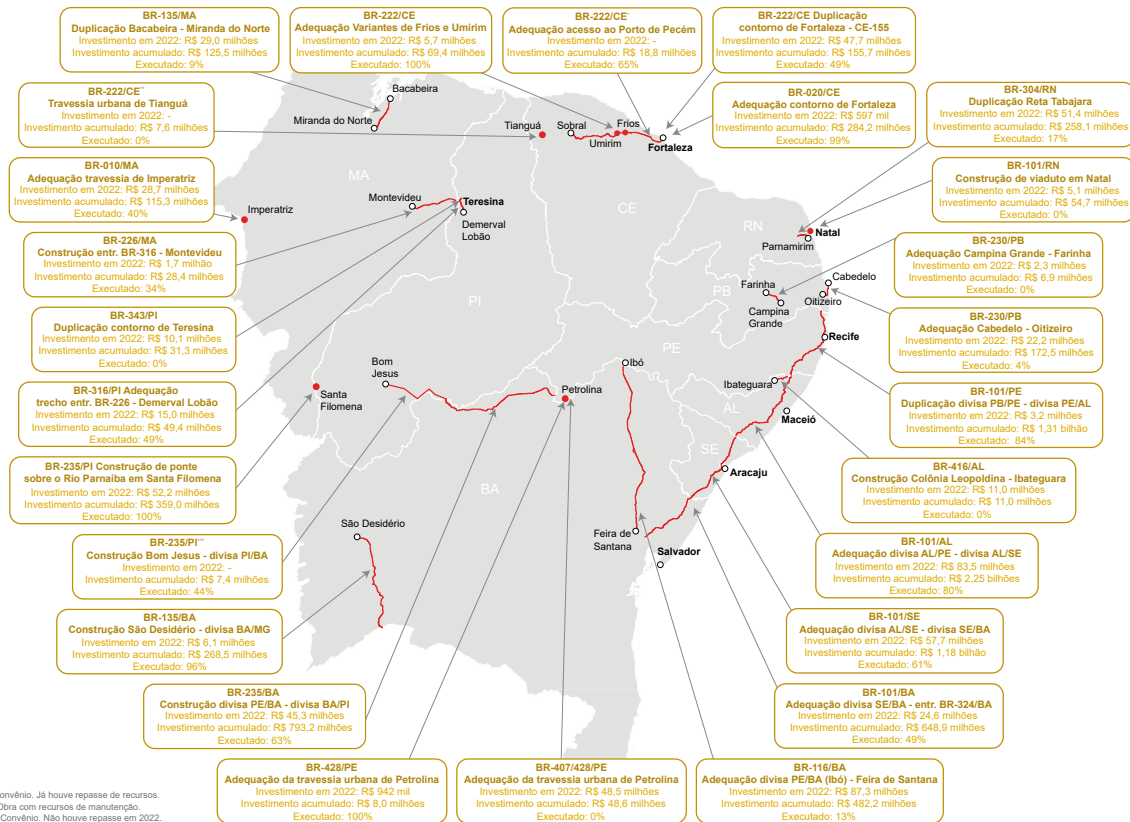
Principais obras públicas - Região Norte



*Convênio. Já houve repasse de recursos.
**Obra com retomada da execução de canteiros.

Fonte: Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário/MT

Principais obras públicas - Região Nordeste



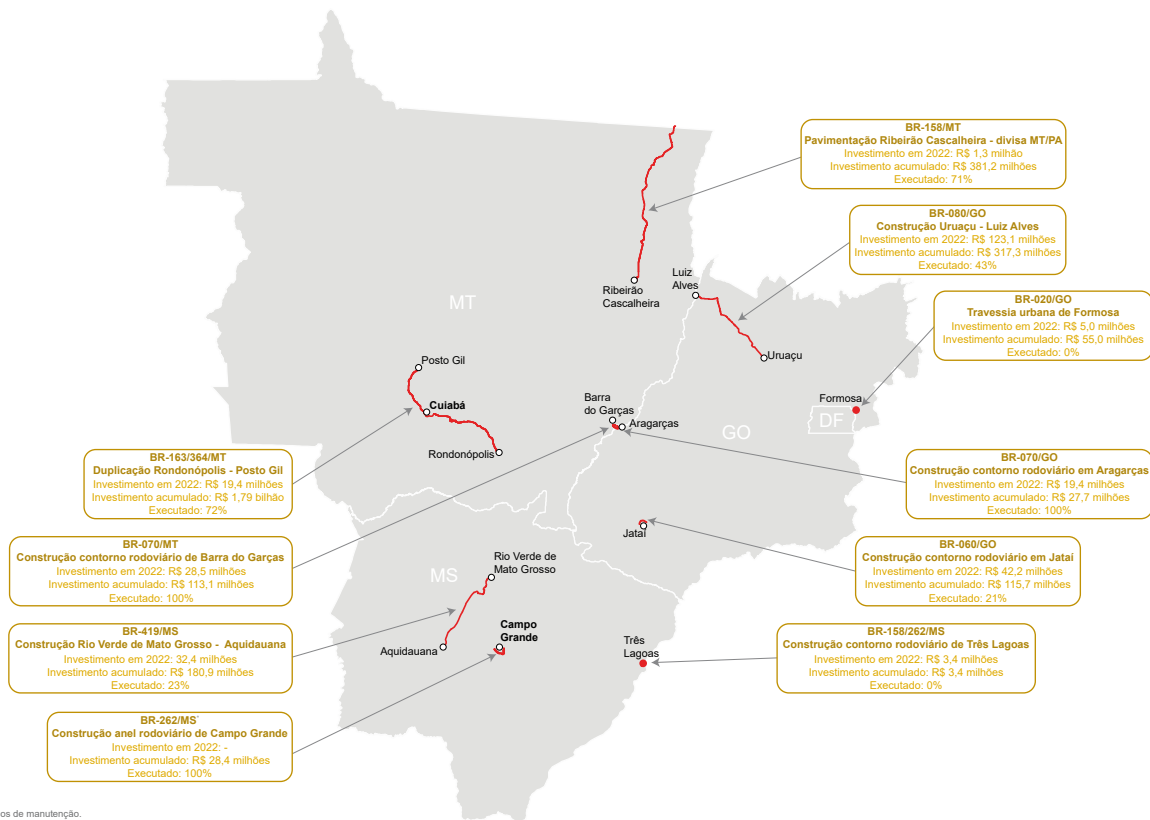
*Convênio. Já houve repasse de recursos.

**Obra com recursos de manutenção.

***Convênio. Não houve repasse em 2022.

Fonte: Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário/MT

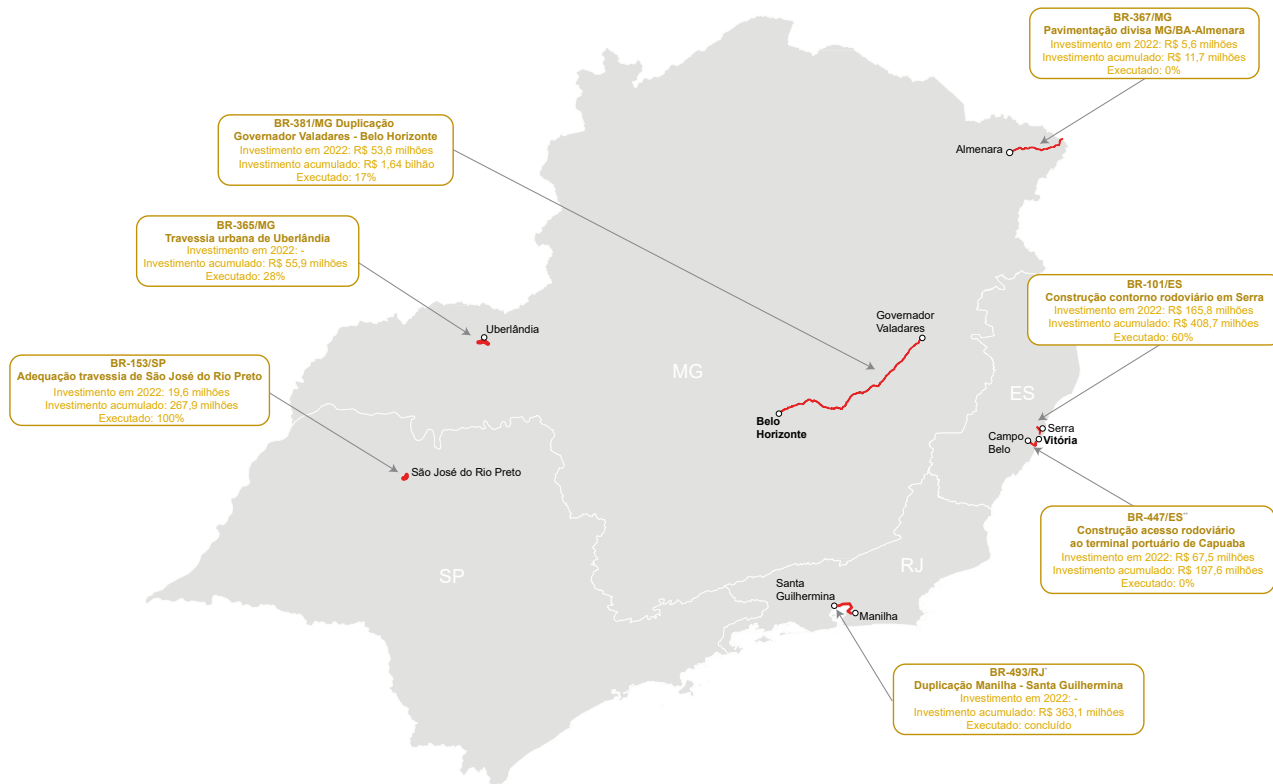
Principais obras públicas - Região Centro-Oeste



*Obra com recursos de manutenção.

Fonte: Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário/MT

Principais obras públicas - Região Sudeste

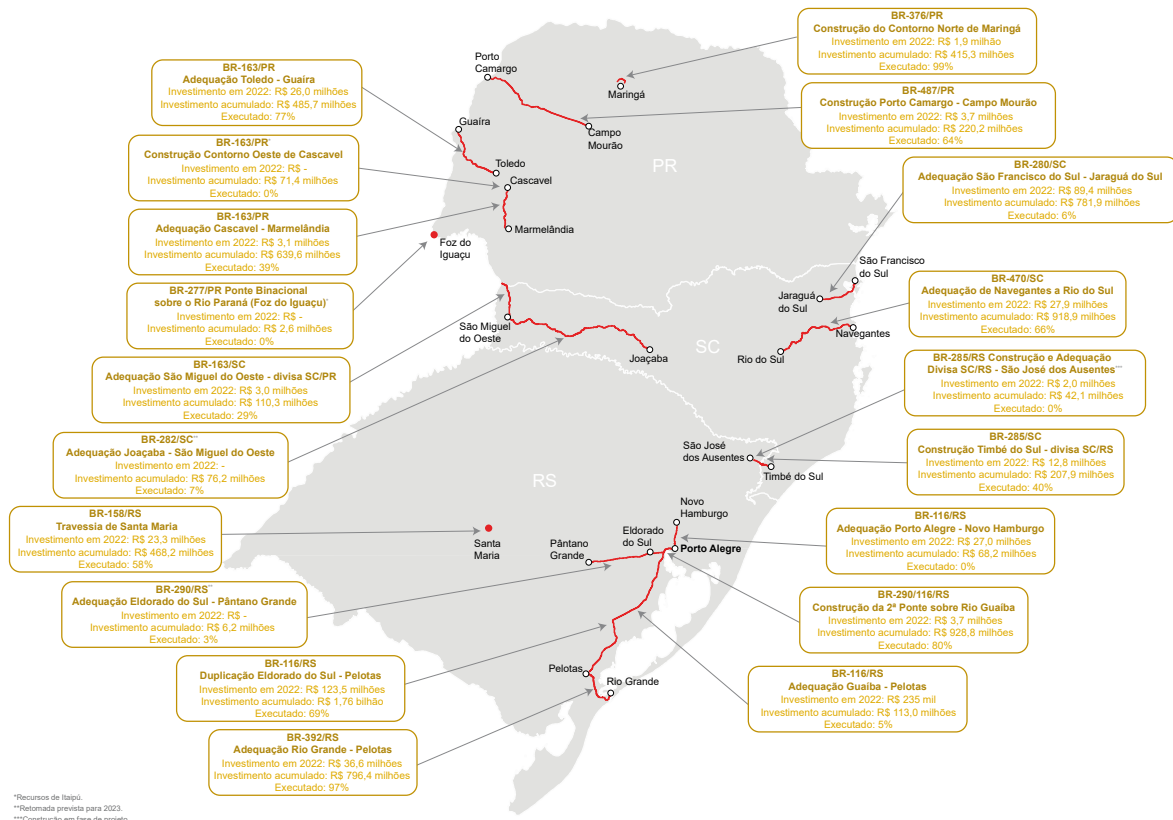


*Trecho concedido em Agosto/2022.

**Pavimentação concluída; aguardando entrega.

Fonte: Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário/MT

Principais obras públicas - Região Sul



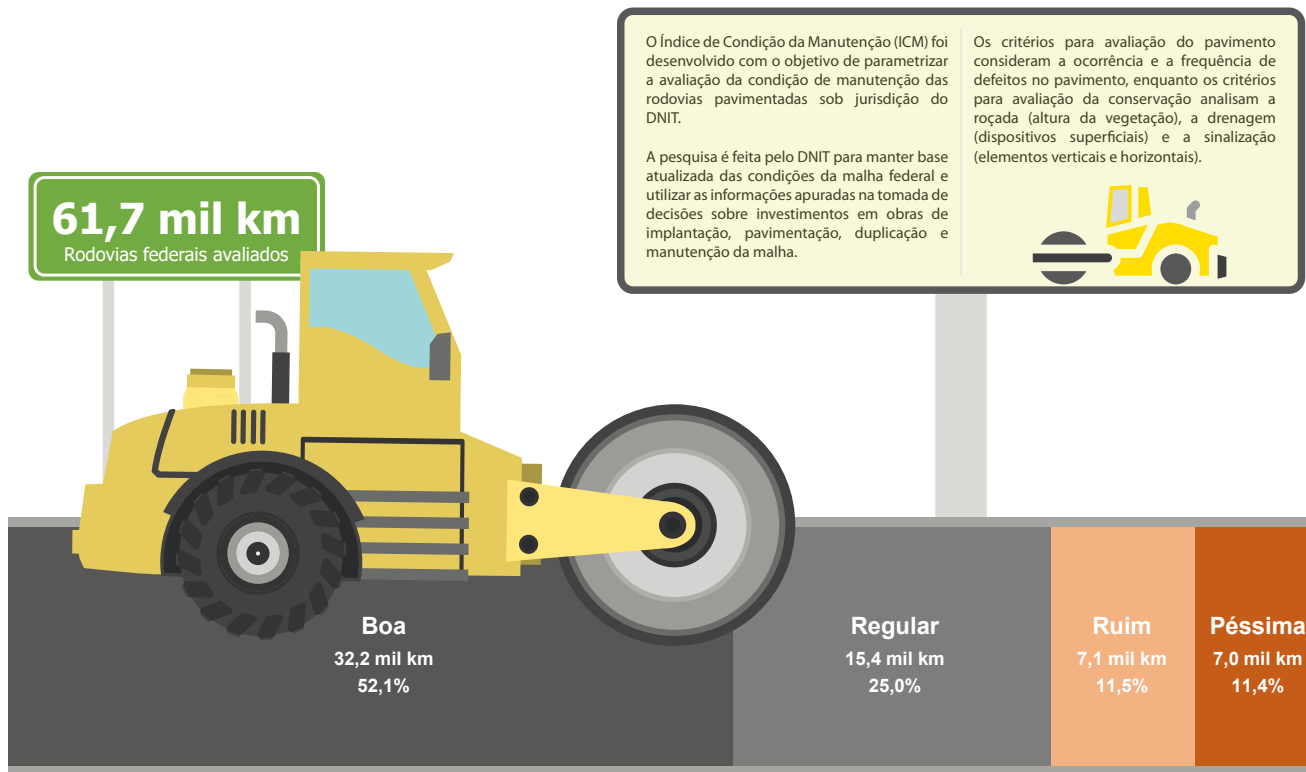
*Recursos de Itaipu.

**Retomada prevista para 2023.

***Construção em fase de projeto.

Fonte: Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário/MT

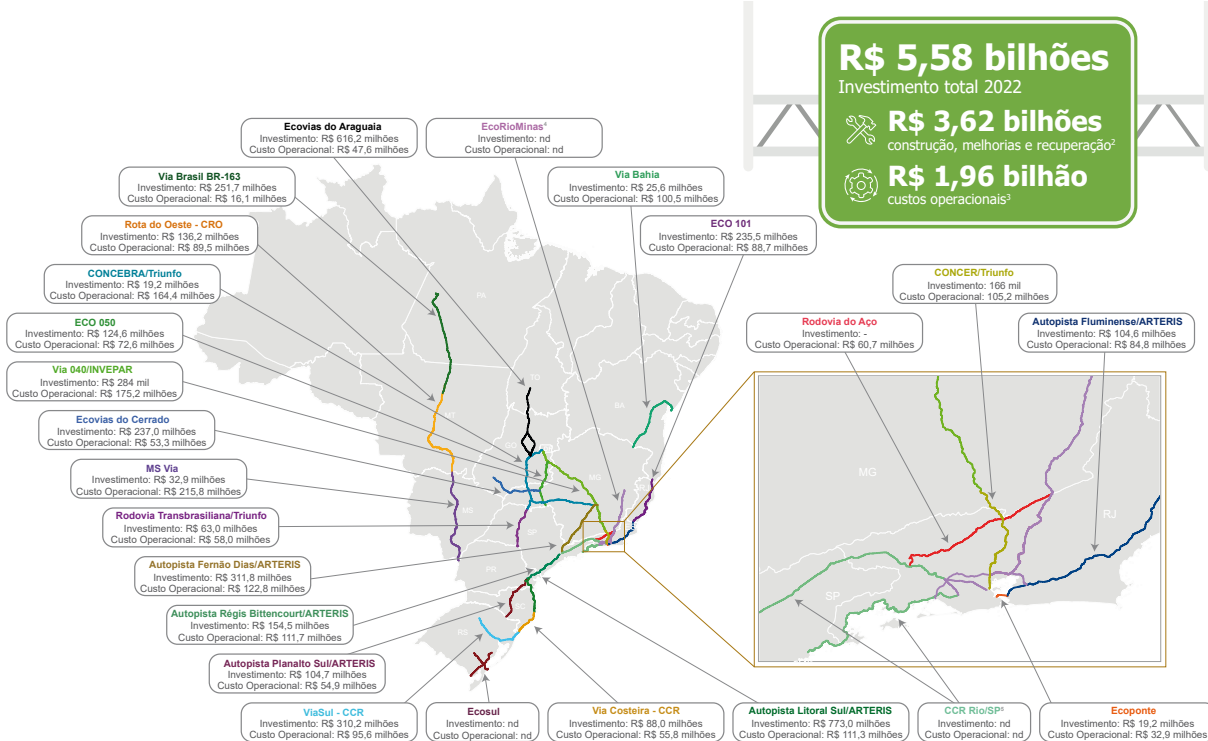
Índice de Condição da Manutenção



Obs.: O ICM não contempla as rodovias federais concedidas.

Fonte: Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário/MT

Rodovias federais concedidas - Investimentos e custos de operacionais¹



nd - não disponível

¹Valores até o 3º trimestre

²Investimentos relacionados a obras de ampliação de capacidade (duplicações e terceira faixa), melhorias (viadutos, vias marginais, passarelas e acessos) e atividades de recuperação.

³Custos Operacionais contemplam serviços de manutenção e conservação dos elementos da rodovia (pavimento, sinalização, roçada, drenagem, pontes etc.) e operação da rodovia, bem como os custos gerais para funcionamento da concessão. Não incluem valores gastos com construções.

⁴Contrato de concessão assinado em agosto/2022 (abrange o traçado da antiga CRT). Durante a gestão CRT foram apurados R\$ 11,1 milhões de investimento e R\$ 44,0 milhões de custo operacional.

⁵Contrato de concessão assinado em janeiro/2022 (abrange o traçado da antiga Nova Dutra).

Rodovias federais concedidas - Dados de operação



*Empregos diretos relacionados à operação rodoviária (socorristas, motoristas, operadores de guinchos, arrecadadores etc.).

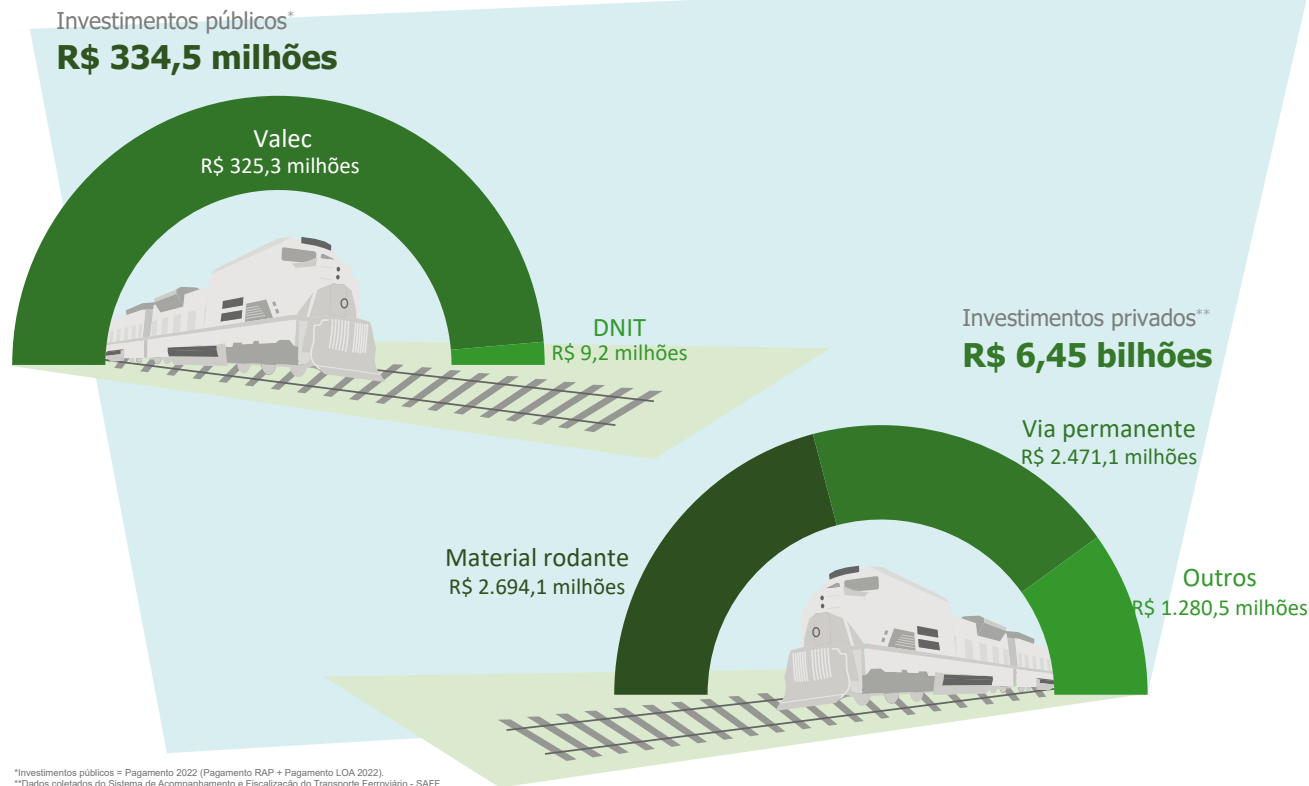
Fonte: Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário/MT

Ferrovias

Principais resultados



Investimentos no setor ferroviário



*Investimentos públicos = Pagamento 2022 (Pagamento RAP + Pagamento LOA 2022).

**Dados coletados do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário - SAFF

Fonte: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/MT e Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

Ferrovias - Principais obras públicas

R\$ 2,83 bilhões

Investimentos acumulados

R\$ 334,5 milhões

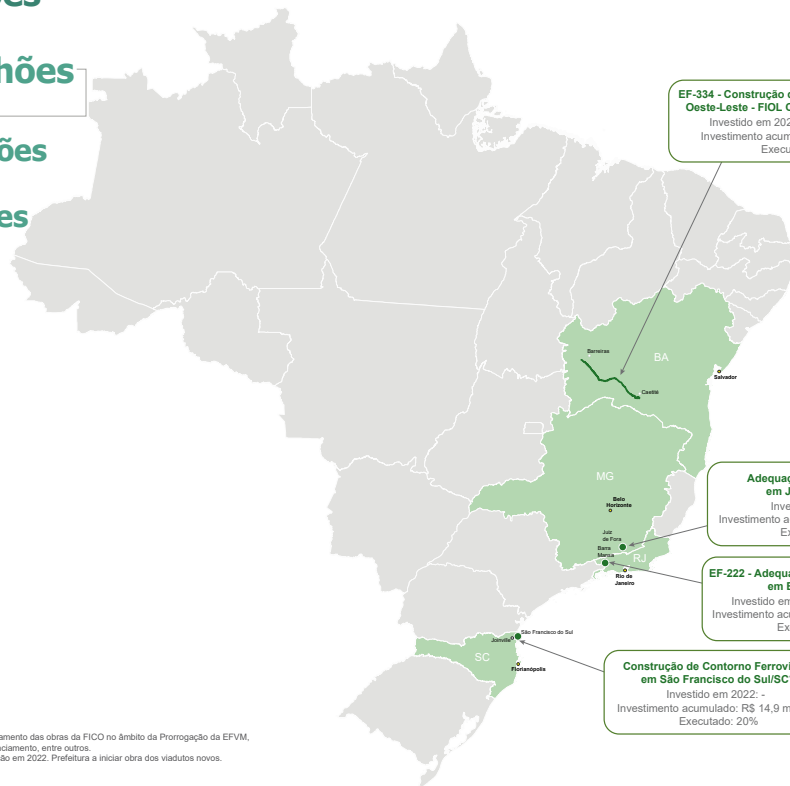
Investidos em 2022

R\$ 323,3 milhões

em construção e adequação

R\$ 11,2 milhões

em outros investimentos*



* Gastos com gestão feita pela Valeo (Infra S.A.) e monitoramento das obras da FICO no âmbito da Prorrogação da EFVM, atualização dos projetos em São Francisco do Sul e licenciamento, entre outros.

** Em Juiz de Fora obras em andamento, mas sem execução em 2022. Prefeitura a iniciar obra dos viadutos novos.

Empenhados pouco mais de R\$ 6 milhões.

*** Aguardando licenciamento ambiental.

Ferrovias concedidas - Investimentos

R\$ 6,45 bilhões

Investidos em 2022*

R\$ 2,69 bilhões

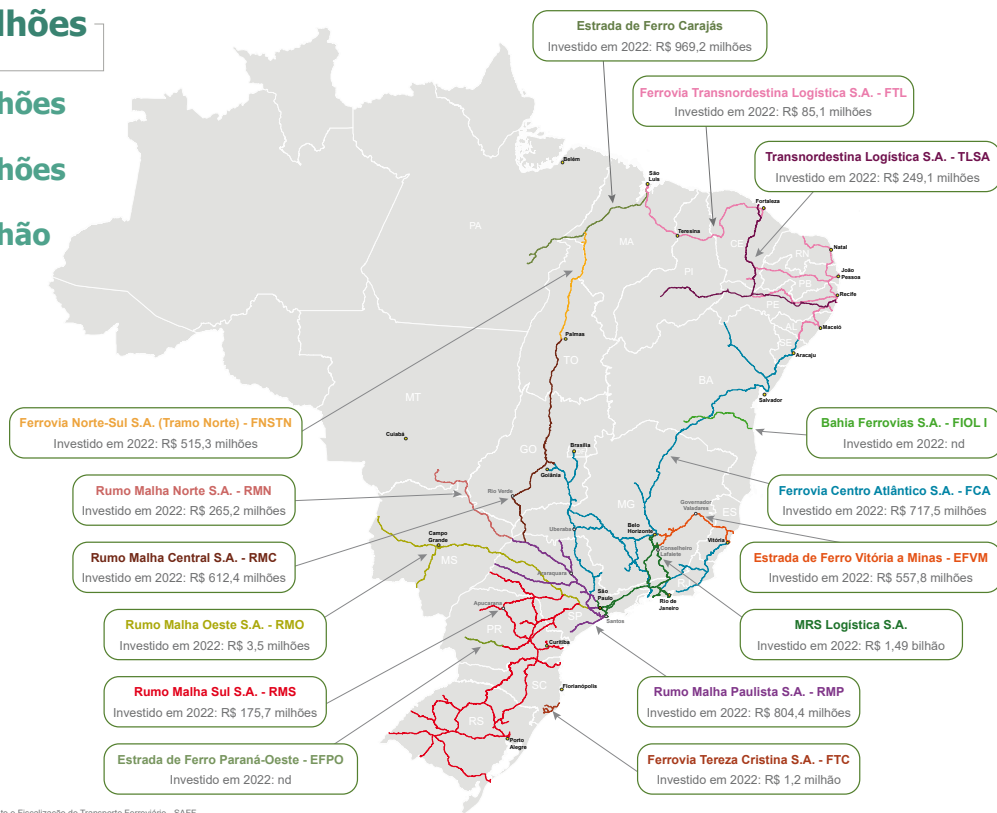
material rodante

R\$ 2,47 bilhões

via permanente

R\$ 1,28 bilhão

outros investimentos



nd - não disponível

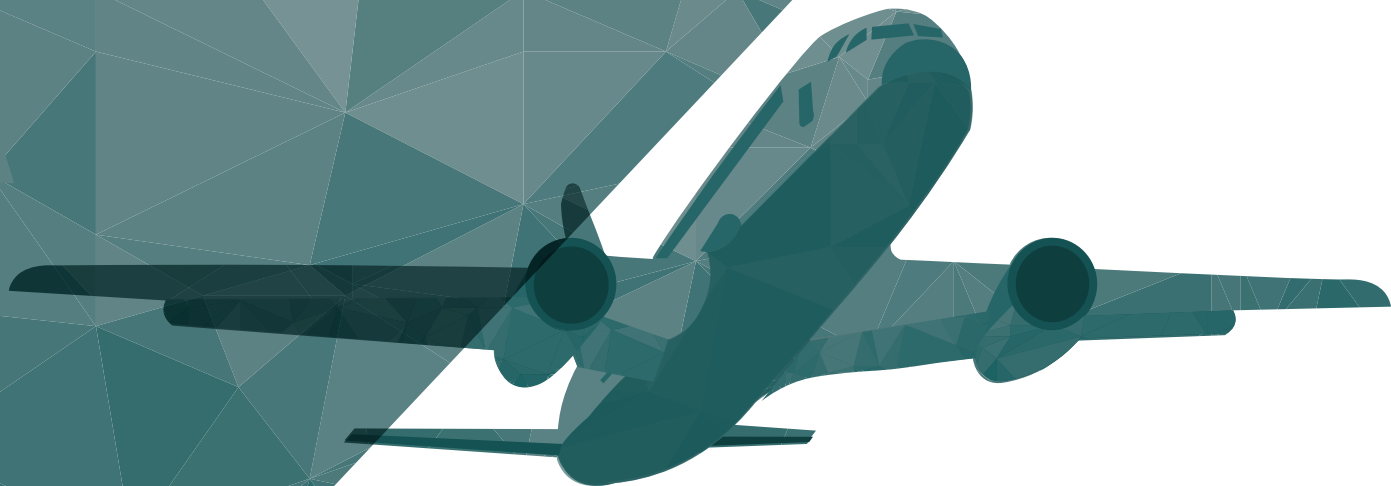
*Dados coletados do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário - SAFF

Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

Aeroportos

Principais resultados

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Investimentos no setor aeroportuário



Investimentos públicos*

R\$ 130,8 milhões



Investimentos privados**

R\$ 950,4 milhões



*Construção, reforma e ampliação de aeroportos e aeródromos de interesse estadual; construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos de interesse regional; construção, reforma e reaparelhamento das infraestruturas aeronáutica civil e aeroportuária de interesse federal.
**Investimentos realizados até o 3º trimestre de 2022.

Fonte: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/MT e Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

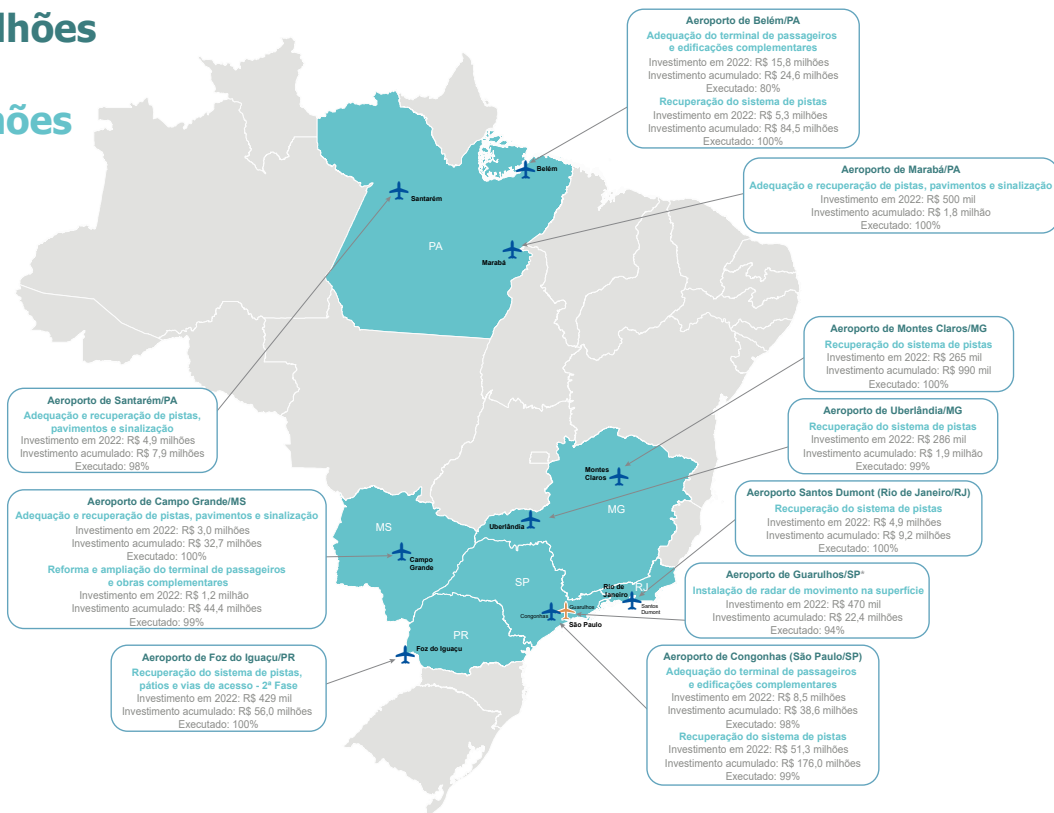
Aeroportos da Rede Infraero - Principais obras

R\$ 500,9 milhões

Investimentos acumulados

R\$ 96,7 milhões

Investimentos em 2022



*Aeroporto concedido com participação da Infraero

Fonte: Secretaria Nacional de Aviação Civil/MPOR

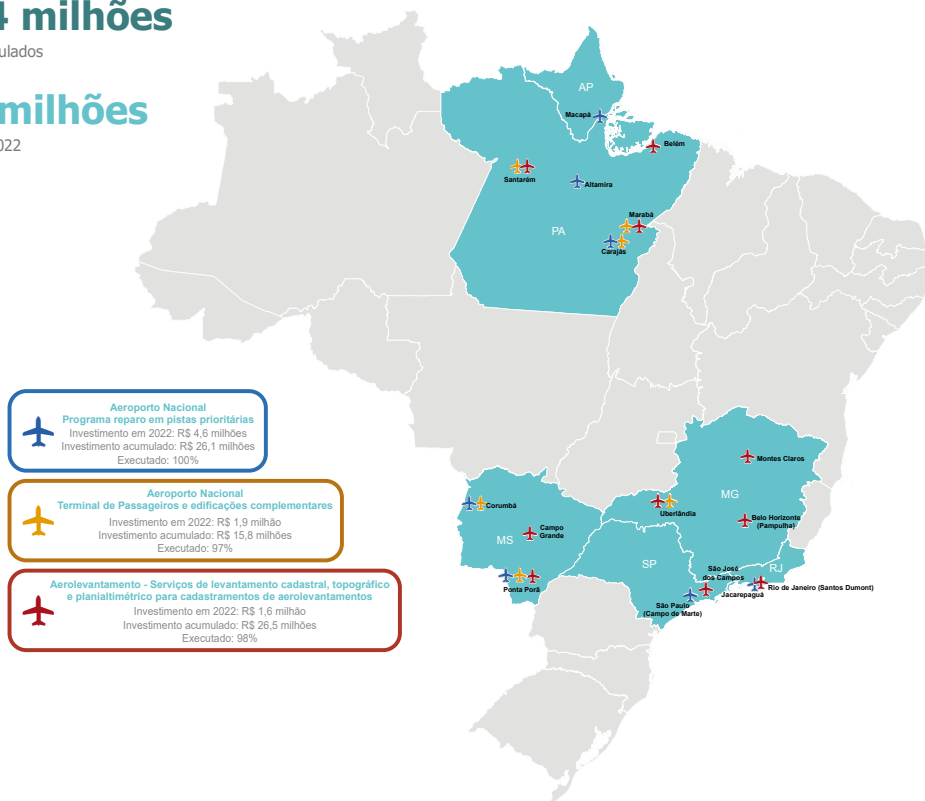
Aeroportos da Rede Infraero - Programas Nacionais

R\$ 68,4 milhões

Investimentos acumulados

R\$ 8,1 milhões

Investimentos em 2022



Fonte: Secretaria Nacional de Aviação Civil/MPOR

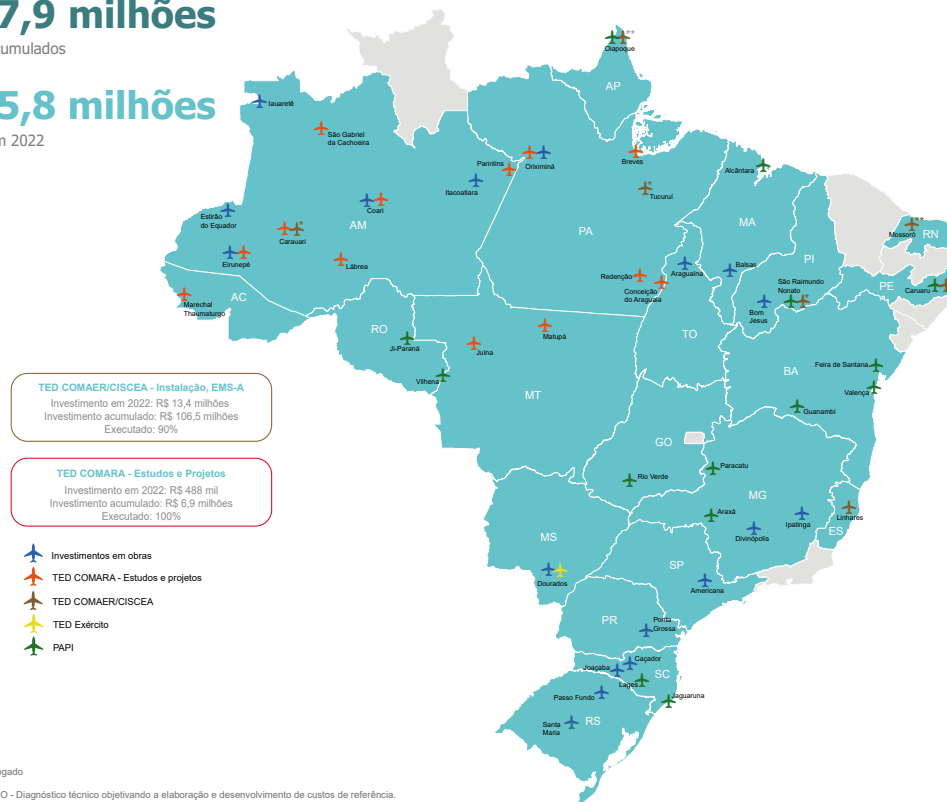
Aeroportos regionais - Principais obras

R\$ 457,9 milhões

Investimentos acumulados

R\$ 125,8 milhões

Investimentos em 2022

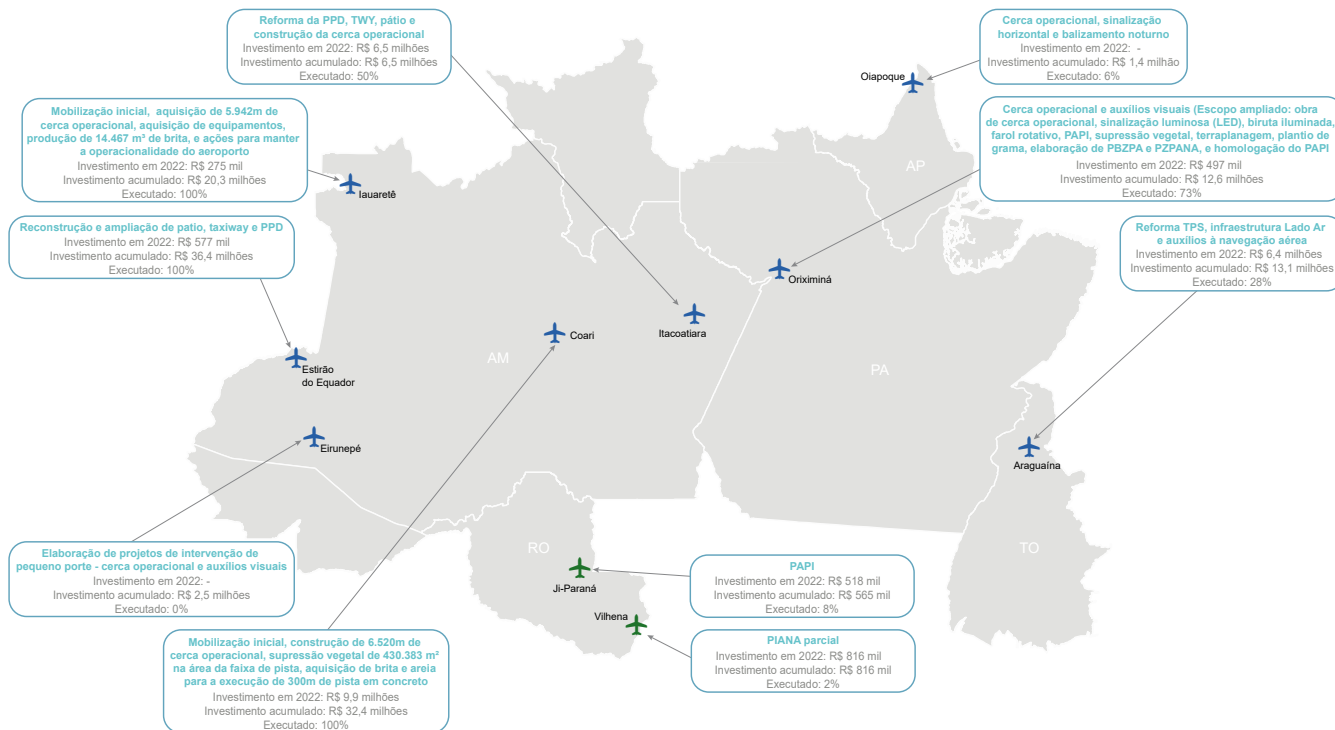


*EMS-A instalado e homologado

**EMS-A instalado

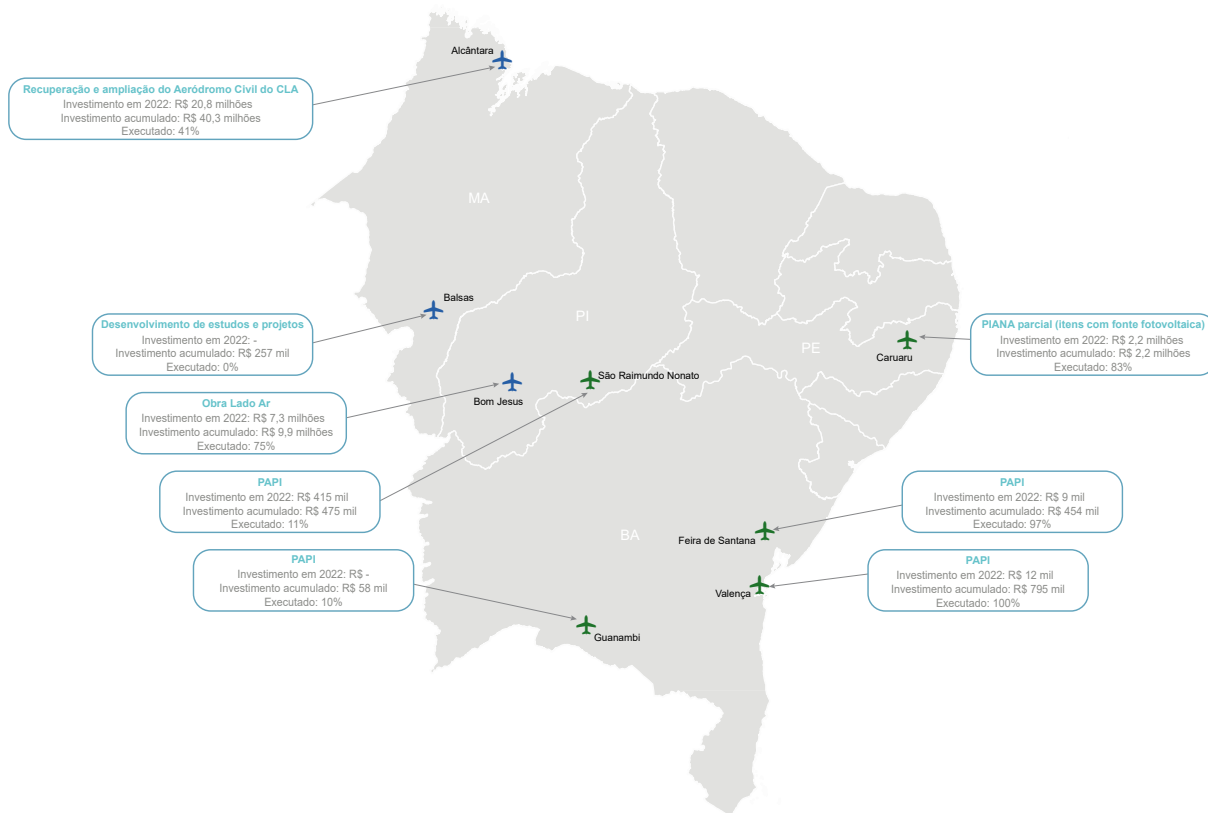
Obs.: R\$ 2,9 milhões SICRO - Diagnóstico técnico objetivando a elaboração e desenvolvimento de custos de referência.

Aeroportos regionais - Principais obras na Região Norte



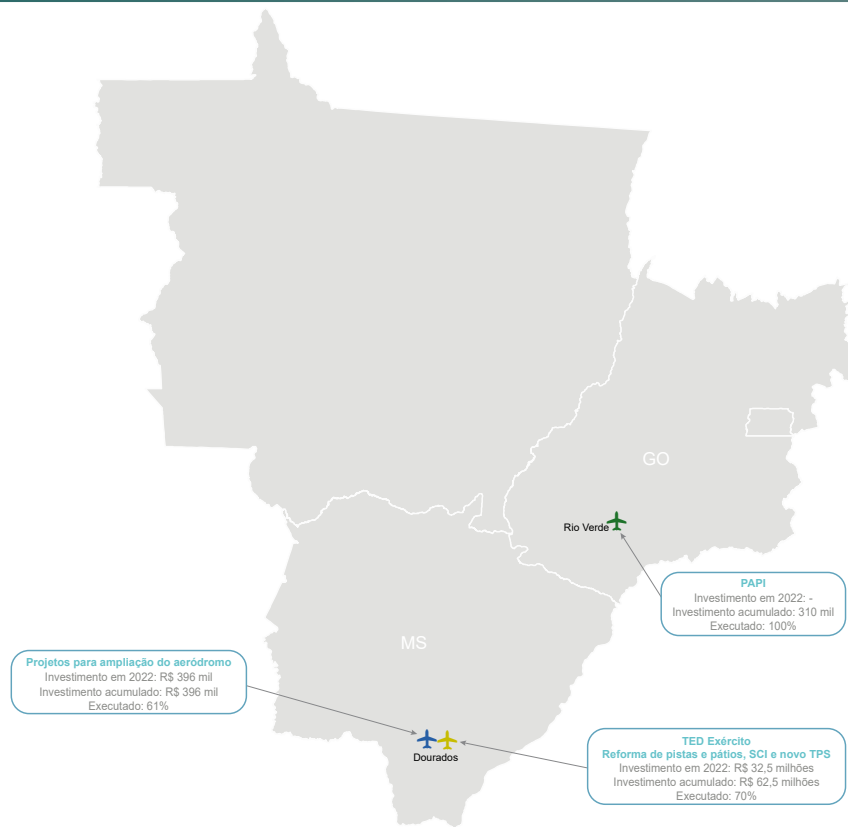
Fonte: Secretaria Nacional de Aviação Civil/MPOR

Aeroportos regionais - Principais obras na Região Nordeste



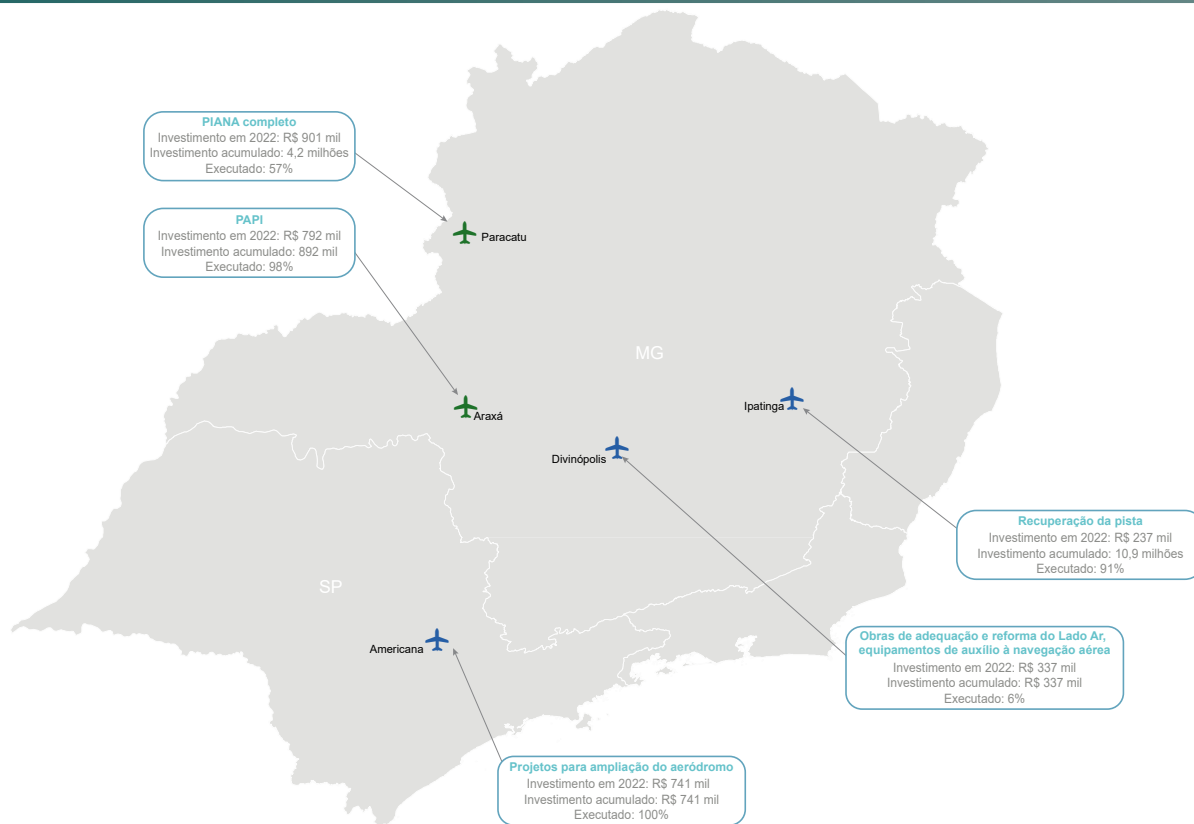
Fonte: Secretaria Nacional de Aviação Civil/MPOR

Aeroportos regionais - Principais obras na Região Centro-Oeste



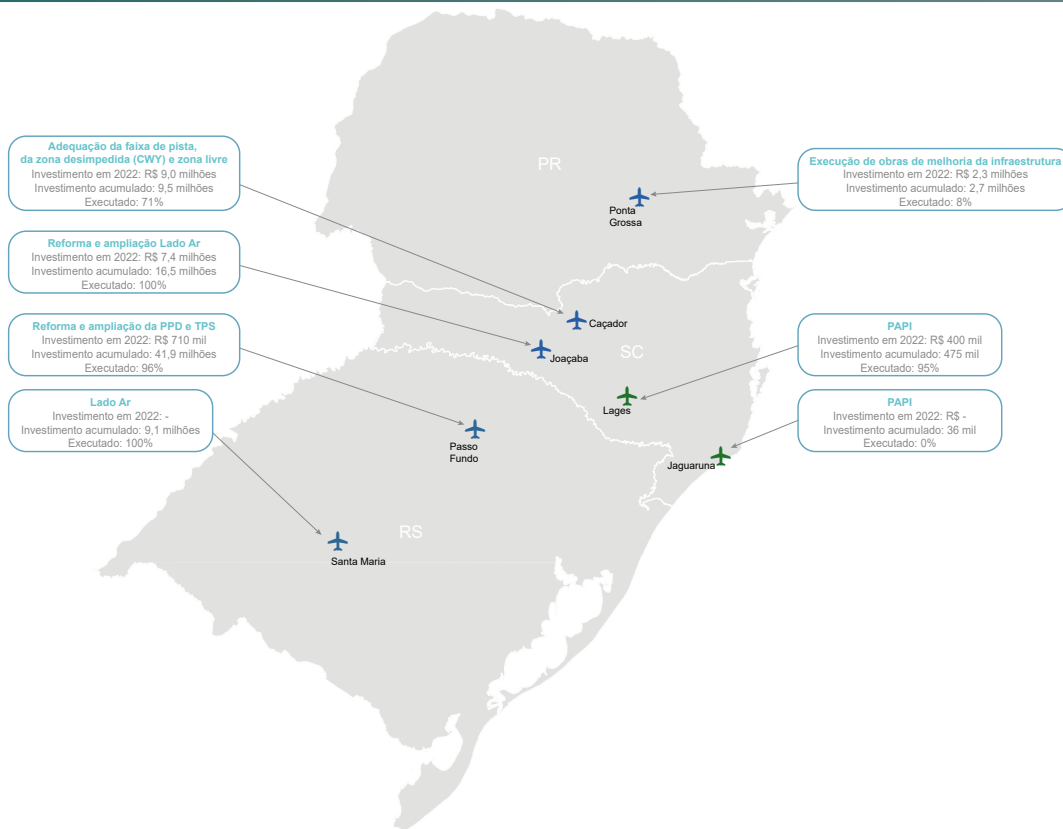
Fonte: Secretaria Nacional de Aviação Civil/MPOR

Aeroportos regionais - Principais obras na Região Sudeste



Fonte: Secretaria Nacional de Aviação Civil/MPOR

Aeroportos regionais - Principais obras na Região Sul

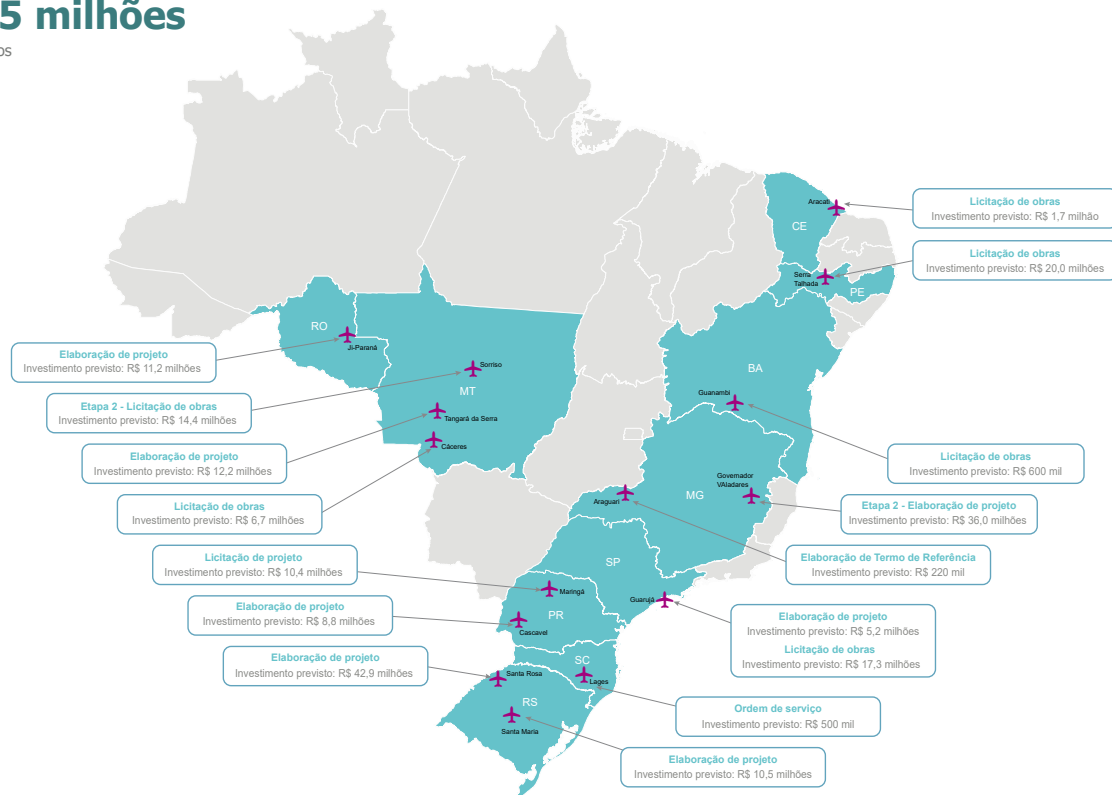


Fonte: Secretaria Nacional de Aviação Civil/MPOR

Investimentos autorizados

R\$ 198,5 milhões

Investimentos previstos



Fonte: Secretaria Nacional de Aviação Civil/MPOR

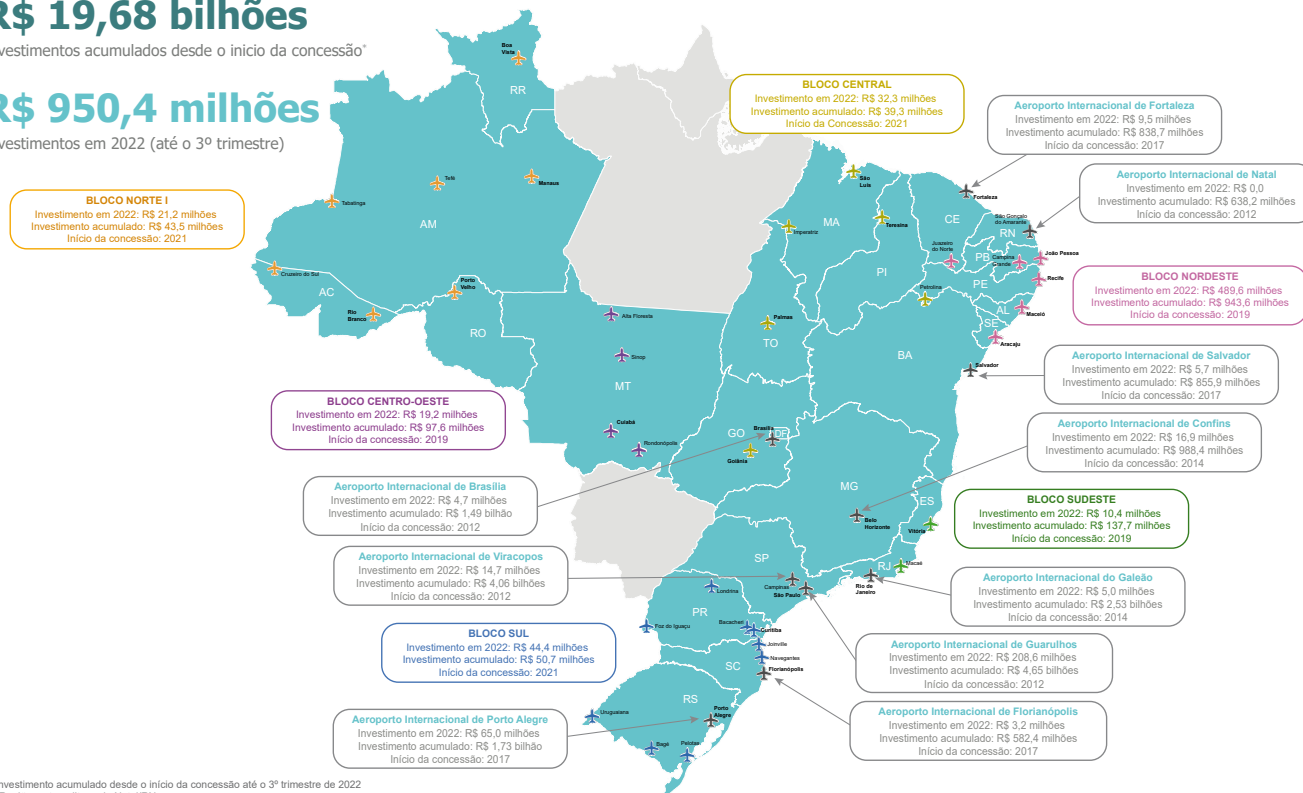
Aeroportos concedidos - Principais investimentos

R\$ 19,68 bilhões

Investimentos acumulados desde o início da concessão*

R\$ 950,4 milhões

Investimentos em 2022 (até o 3º trimestre)



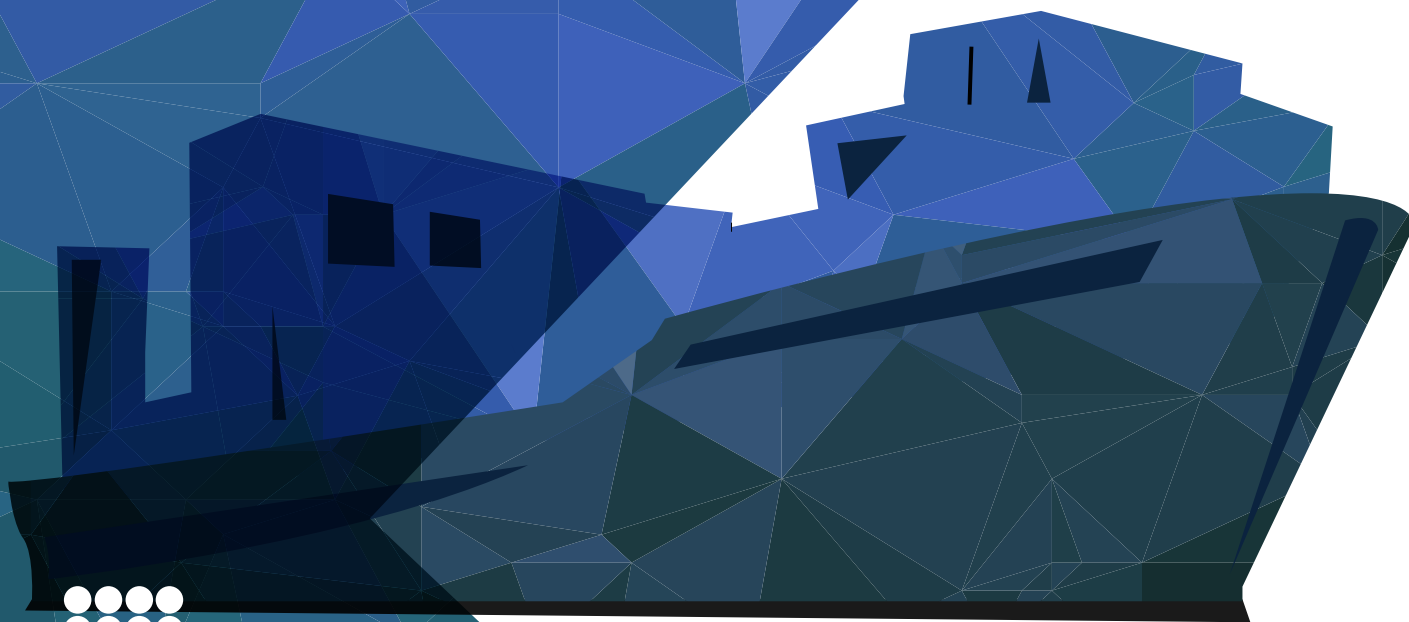
* Investimento acumulado desde o início da concessão até o 3º trimestre de 2022

** Região metropolitana de Natal/RN

Fonte: Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

Portos e Hidrovias

Principais resultados



Investimentos no setor aquaviário



Investimentos públicos*

R\$ 51,3 milhões

Hidrovias, IP4, portos fluviais e lacustres, eclusas, dragagens, portos¹
R\$ 51,3 milhões



Investimentos privados
R\$ 2,89 bilhões

TUPs
R\$ 935,0 milhões

Terminais arrendados
R\$ 1.956,1 milhões



nd - não disponível

*Investimentos públicos = Pagamento 2022 (Pagamento RAP + Pagamento LOA 2022).

¹ As obras de dragagem e de infraestrutura em portos marítimos, em virtude de reestruturação, estão sendo executadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Fonte: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/MT e Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

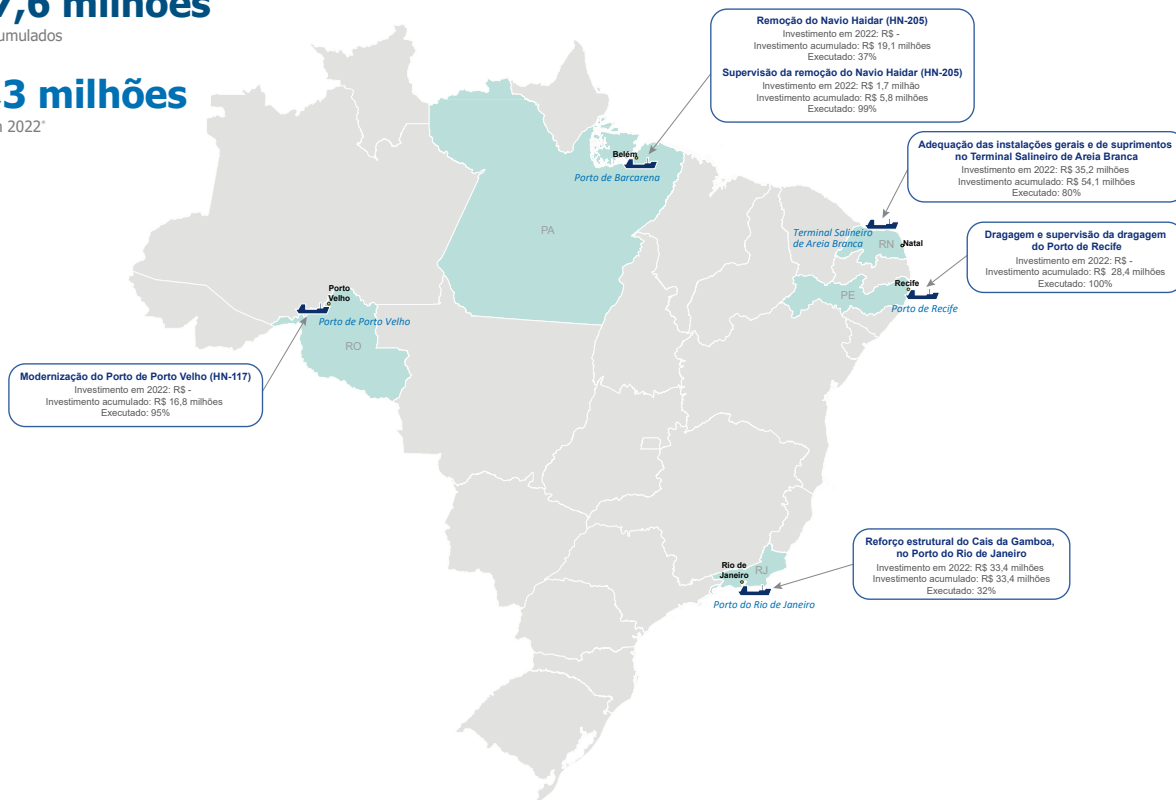
Portos públicos - Principais obras

R\$ 157,6 milhões

Investimentos acumulados

R\$ 70,3 milhões

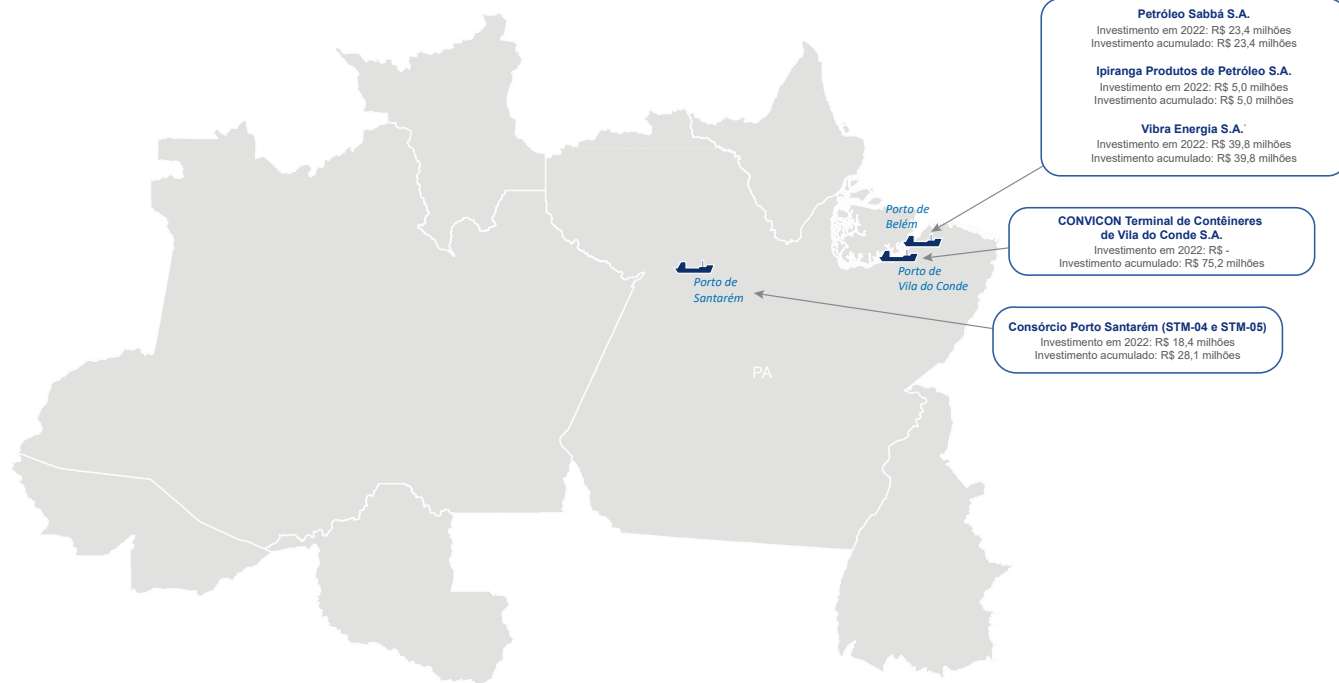
Investimentos em 2022*



*Inclui supervisão

Fonte: Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários/MPOR

Terminais arrendados - Principais investimentos na Região Norte

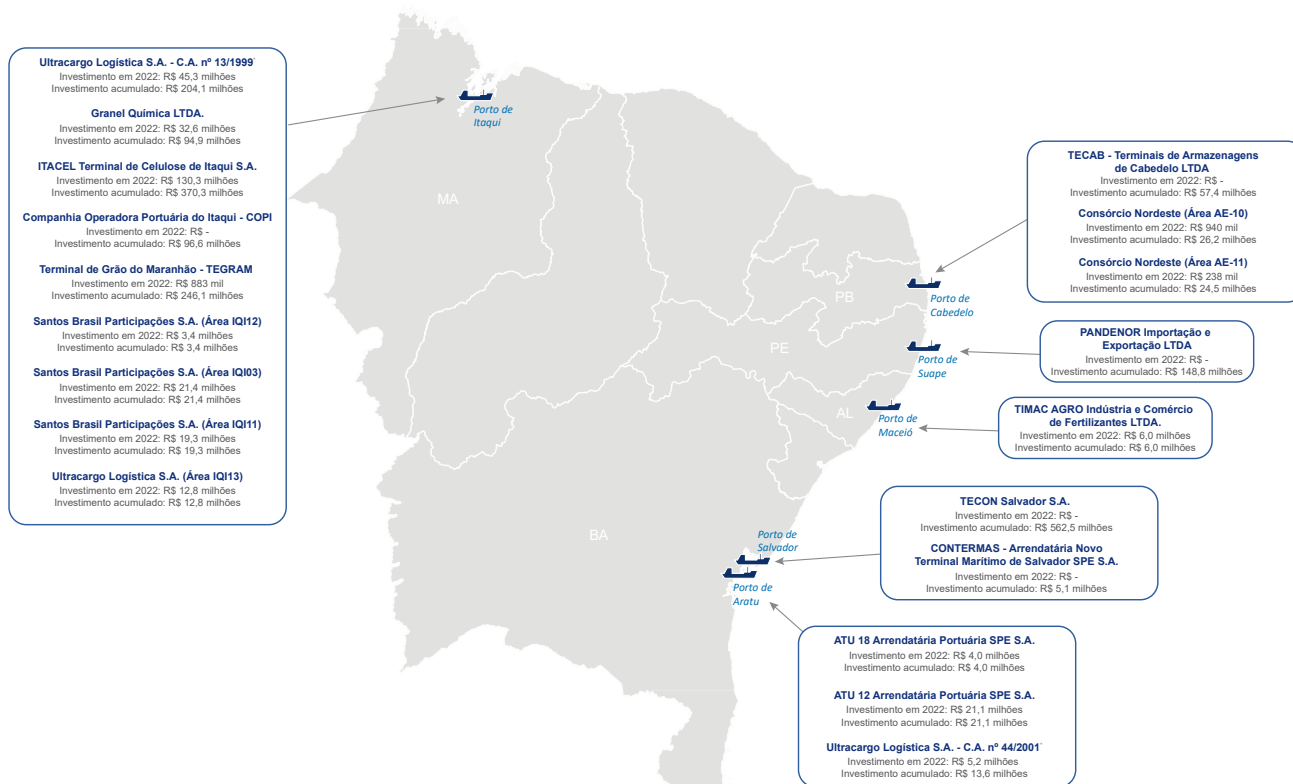


*Nova denominação da Petrobras Distribuidora S.A..

Fonte: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ



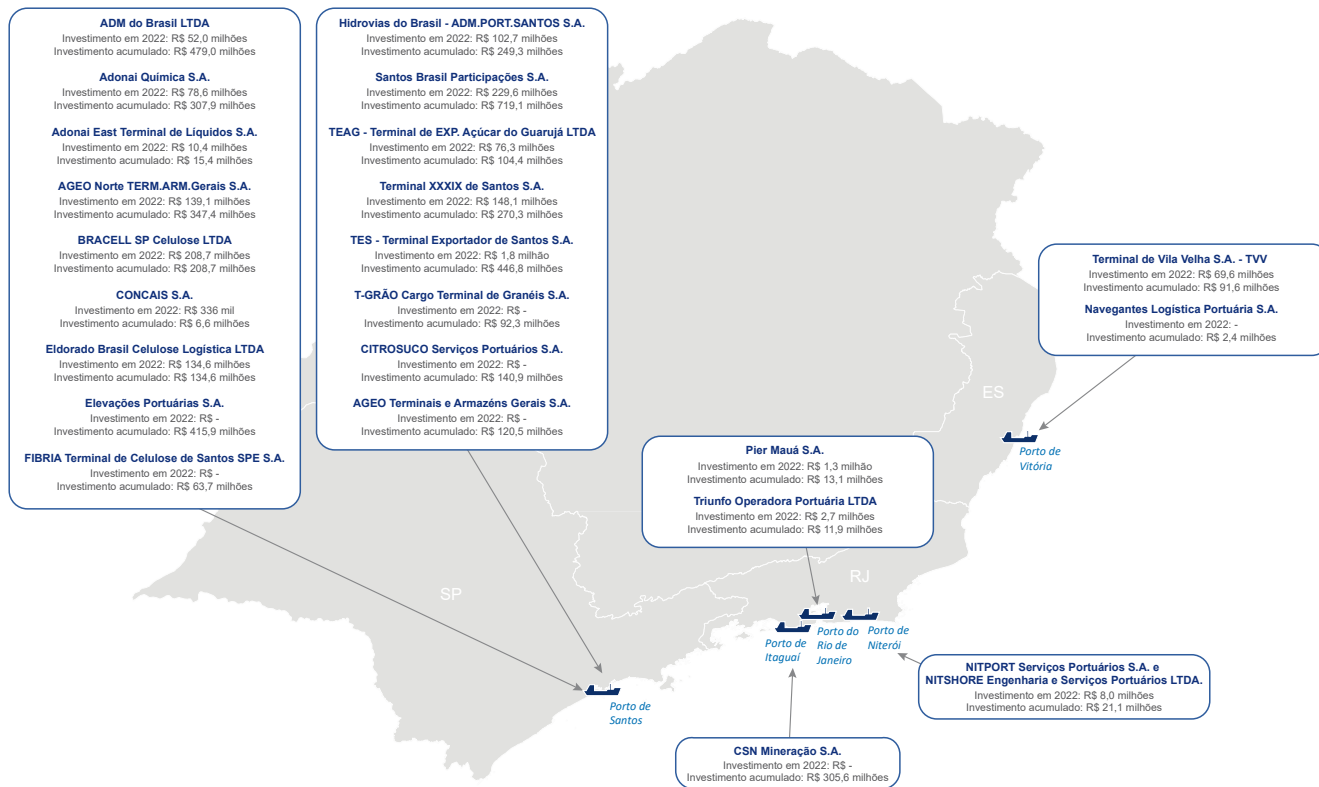
Terminais arrendados - Principais investimentos na Região Nordeste



*Nova denominação do Terminal Químico de Aratu S.A. - TEQUIMAR

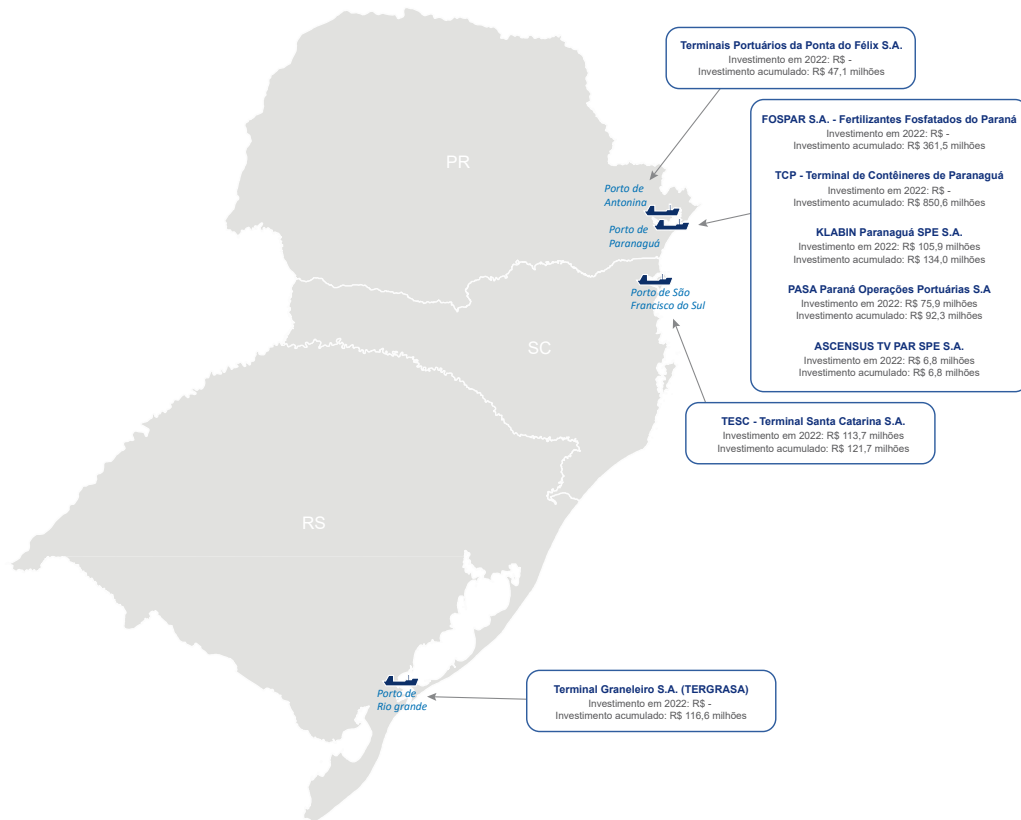
Fonte: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

Terminais arrendados - Principais investimentos na Região Sudeste



Fonte: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

Terminais arrendados - Principais investimentos na Região Sul



Fonte: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

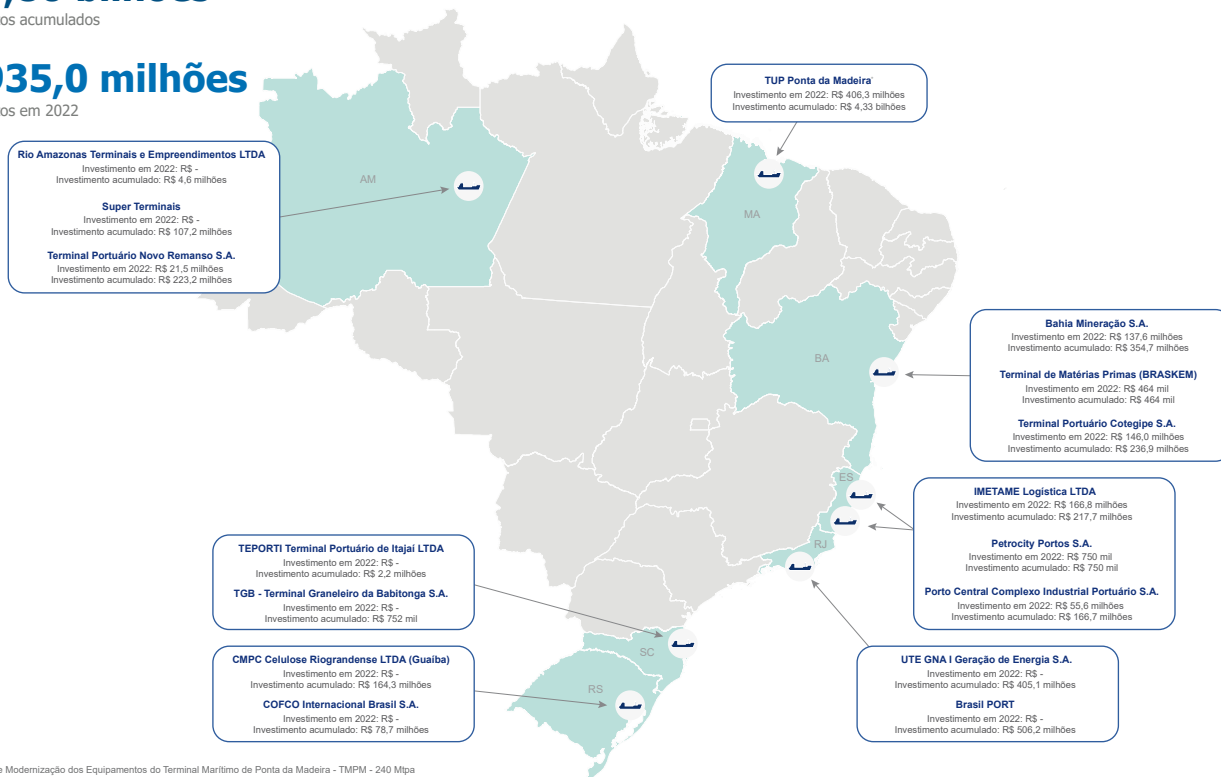
Terminais de Uso Privado (TUPs) - Principais investimentos

R\$ 6,80 bilhões

Investimentos acumulados

R\$ 935,0 milhões

Investimentos em 2022



*VALE - Projeto de Modernização dos Equipamentos do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira - TMPM - 240 Mtpa

Fonte: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

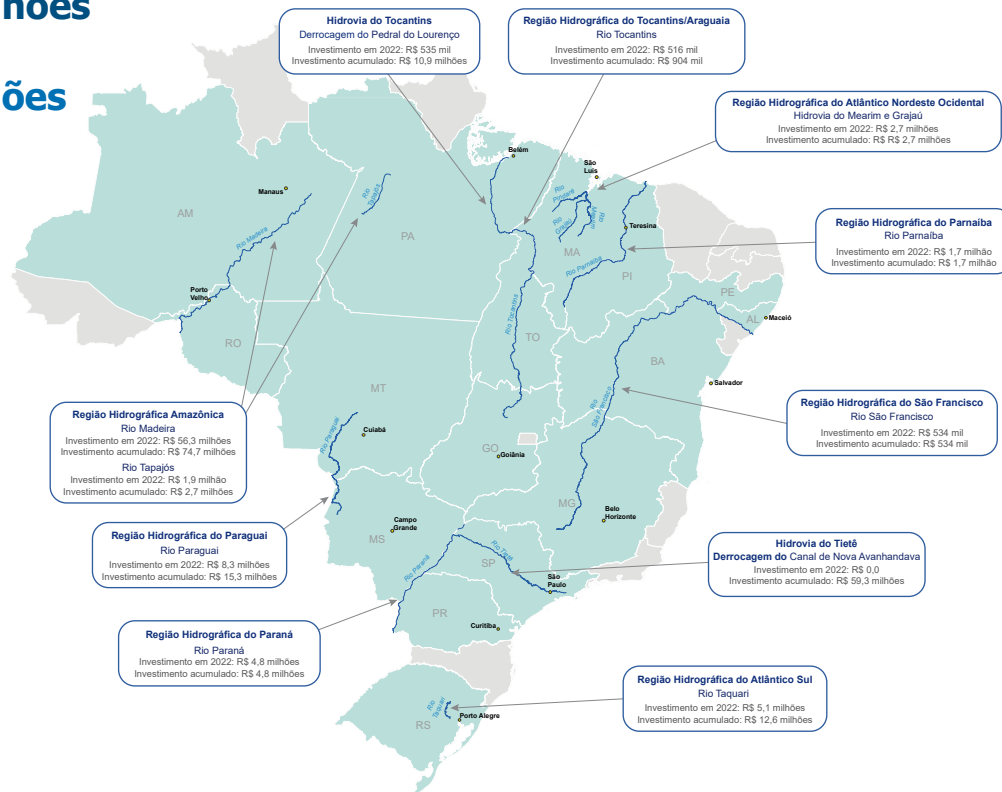
Hidroviás - Principais obras

R\$ 186,1 milhões

Investimentos acumulados*

R\$ 84,4 milhões

Investimentos em 2022*



*Inclui supervisão

Fonte: Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários/MPOR

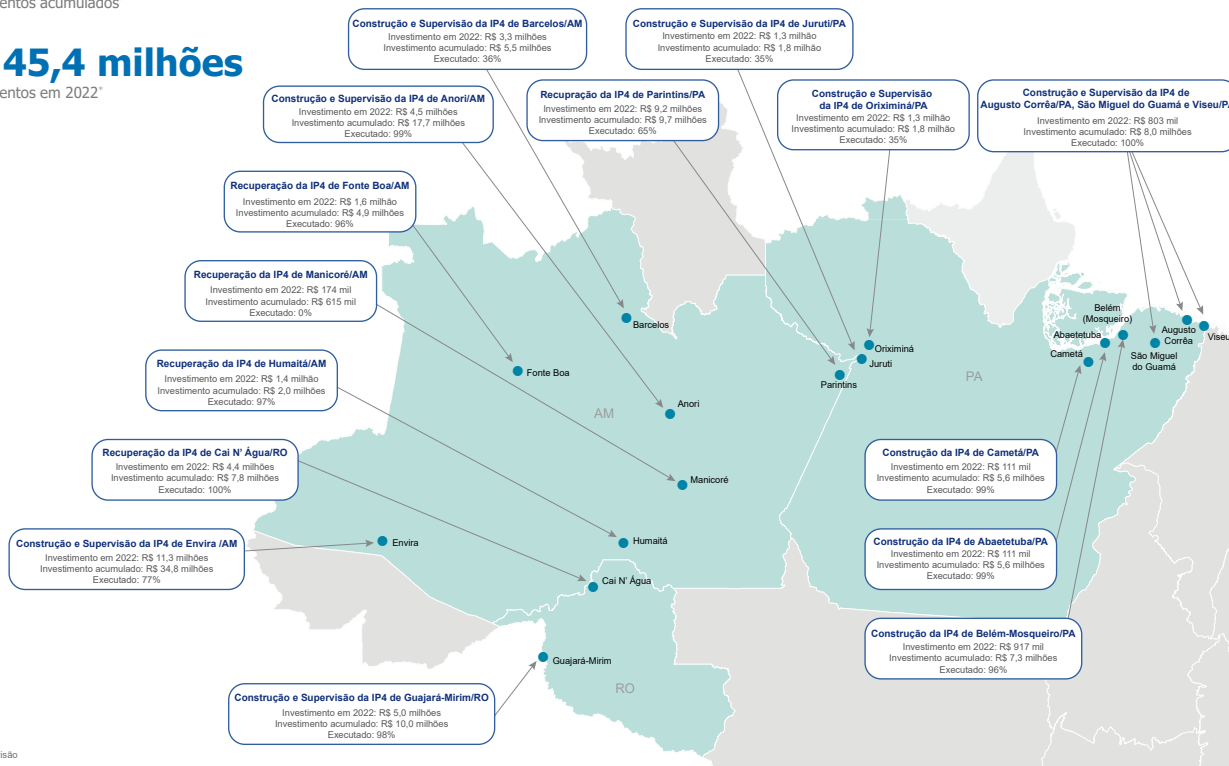
IP4 - Principais obras

R\$ 123,0 milhões

Investimentos acumulados*

R\$ 45,4 milhões

Investimentos em 2022*



*Inclui supervisão

Fonte: Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários/MPOR

Fomento

Principais resultados



Fundo da Marinha Mercante - Projetos concluídos

R\$ 672,8 milhões

Desembolsos em 2022

108

Projetos entregues

51

Reparos

45

Modernizações

7

Conversões

2

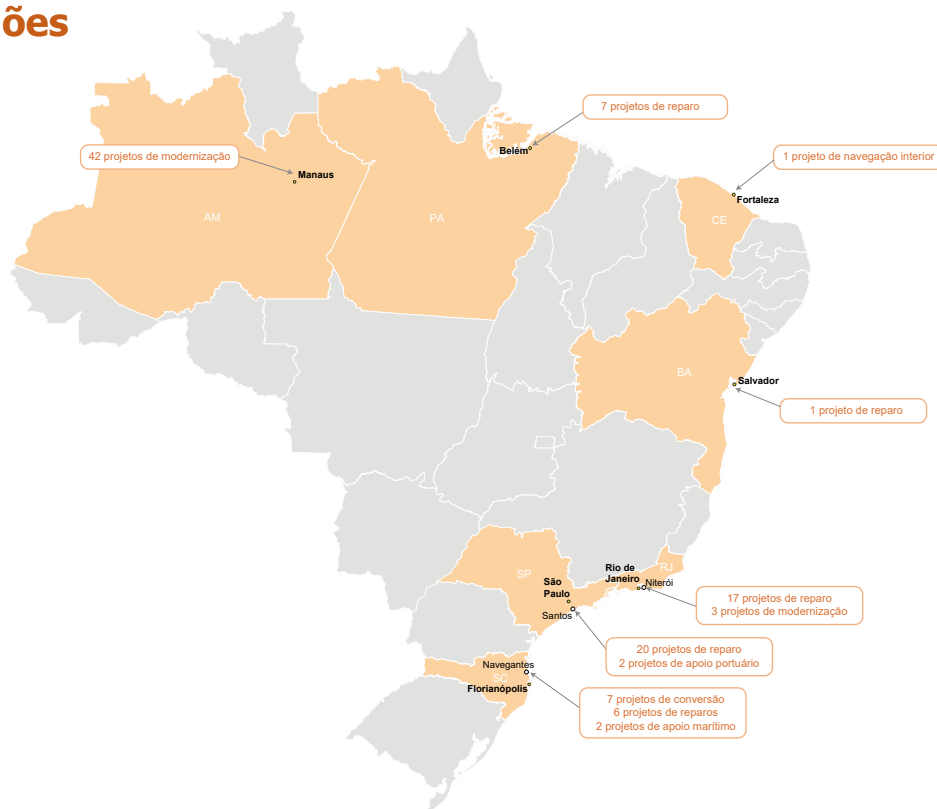
Embarcações de Apoio Marítimo

2

Embarcações de Apoio Portuário

1

Embarcação de Navegação Interior



Fonte: Subsecretaria de Fomento e Planejamento/MT

Contas vinculadas AFRMM

R\$ 684,4 milhões

Repases de 2022

264

Projetos beneficiados

35

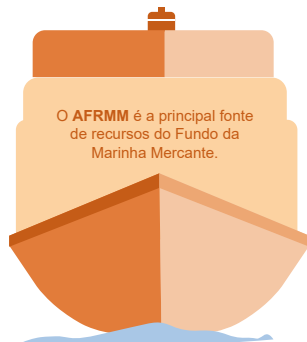
Projetos de construção

212

Projetos de reparo
(inclui 77 projetos não identificados no mapa)*

17

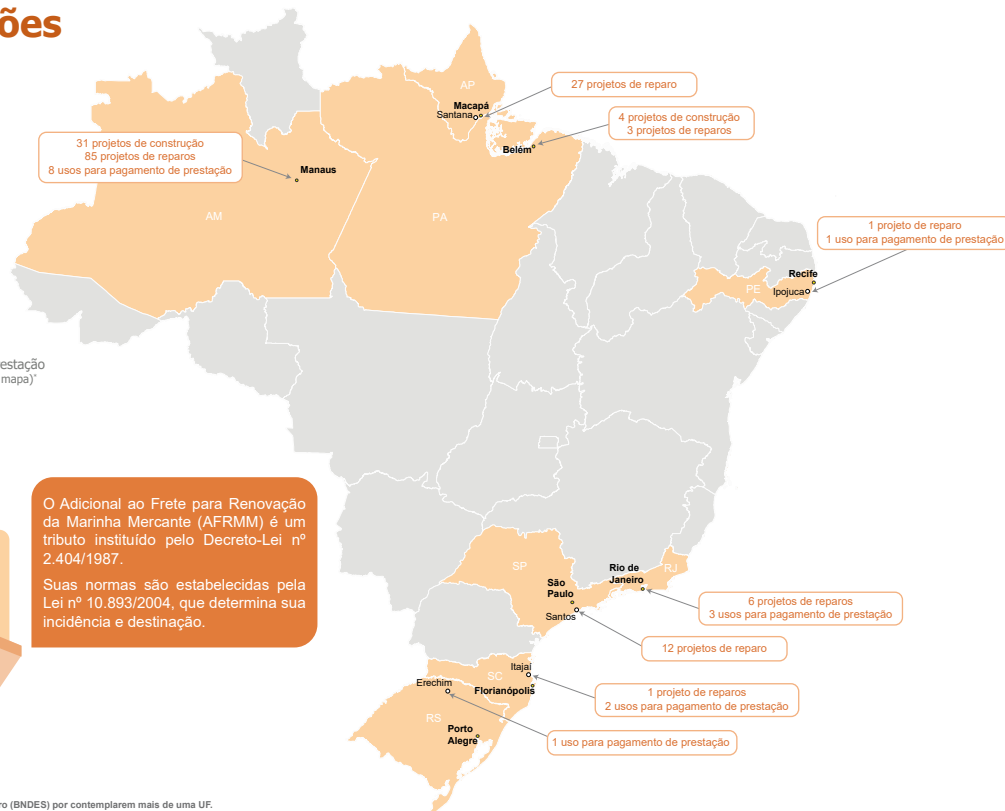
Usos de recursos para pagamento de prestação
(inclui 2 usos de recursos não identificados no mapa)*



O AFRMM é a principal fonte de recursos do Fundo da Marinha Mercante.

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) é um tributo instituído pelo Decreto-Lei nº 2.404/1987.

Suas normas são estabelecidas pela Lei nº 10.893/2004, que determina sua incidência e destinação.



*Repases não identificados no mapa pelo agente financeiro (BNDES) por contemplarem mais de uma UF.

Fonte: Subsecretaria de Fomento e Planejamento/MT

Fundo Nacional da Aviação Civil - Financiamento dos investimentos no setor

R\$ 138,9 milhões

Recursos LOA 2022 dotação atualizada

R\$ 126,2 milhões

Despesas empenhadas

90,9%

Percentual de execução
(Empenhado x dotação atualizada)

R\$ 63,4 milhões

Despesas pagas

50,3%

Percentual de execução
(Despesas pagas / empenhadas)

**Restos a Pagar (RAP)
no exercício**

R\$ 163,5 milhões

Inscritos

R\$ 83,2 milhões

Pagos

O Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) está previsto pela Lei nº 12.648/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 8.024/2013.

Objetivo

Fomentar o desenvolvimento do sistema nacional de aviação civil.



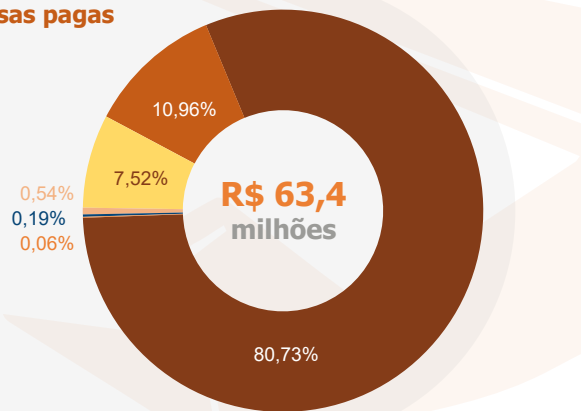
Fonte: Subsecretaria de Fomento e Planejamento/MT

10 Obras entregues

Foco na construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos de interesse regional

Despesas pagas

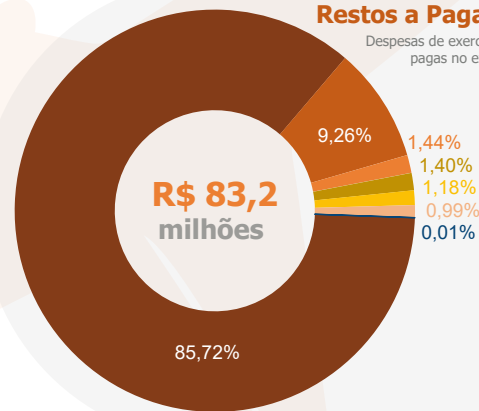
(exeto RAP)



- Reforma e reaparelhamentos de aeroportos e aeródromos
- Desenvolvimento da aviação civil
- Instalação de equipamentos de auxílio a navegação
- Formação e capacitação para aviação civil

Restos a Pagar (RAP)

Despesas de exercícios anteriores pagas no exercício vigente



- Administração da unidade
- Elaboração de estudos, pesquisas e diagnósticos sobre aviação
- Construção, reforma e reaparelhamento de infraestrutura
- Estudos, projetos e planejamento de infraestrutura de transporte

Fonte: Subsecretaria de Fomento e Planejamento/MT

R\$ 871,4 milhões

Arrecadação do FUNSET 2022

R\$ 78,0 milhões

Orçamento aprovado FUNSET 2022

R\$ 74,9 milhões

Execução do FUNSET 2022

Principais ações

Manutenção e operação da infraestrutura de TI

Execução do contrato administrativo unificado do MInfra, celebrado com o Serviço de Processamento de Dados (SERPRO) para o desenvolvimento e manutenção dos sistemas e subsistemas informatizados da Secretaria Nacional de Trânsito.

Apoio ao fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito

Programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito:

- Curso Digital Visão Zero
- Prêmio SENATRAN 2022

Incentivos ao Investimento

Principais resultados



Debêntures de Infraestrutura Incentivadas*

15 Projetos de Investimento

Aprovados em 2022

6 rodoviários

7 ferroviários

1 portuário

1 aeroportuário

R\$ 27,05 bilhões

CAPEX dos projetos aprovados

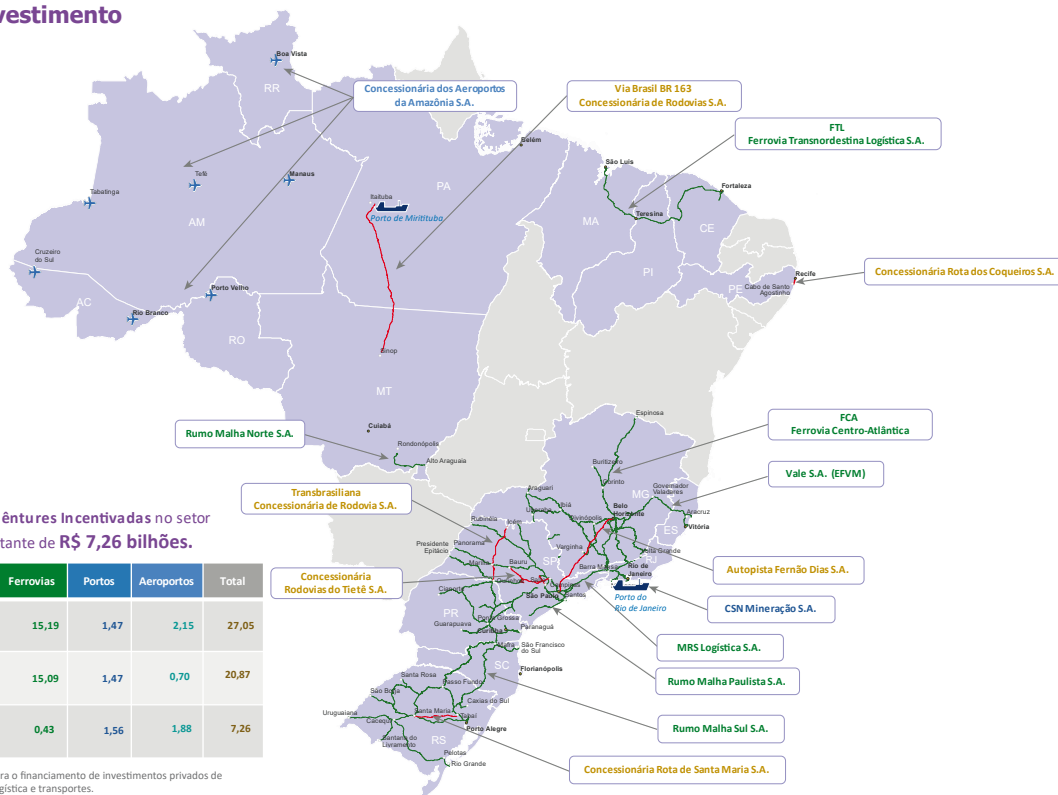
R\$ 20,87 bilhões

Valor previsto para emissão

Realizadas 14 emissões de Debêntures Incentivadas no setor de logística e transporte, no montante de R\$ 7,26 bilhões.

R\$ bilhões	Rodovias	Ferrovias	Portos	Aeroportos	Total
CAPEX dos projetos aprovados em 2022	8,24	15,19	1,47	2,15	27,05
Valor previsto para emissão de Debêntures Incentivadas	3,61	15,09	1,47	0,70	20,87
Volume de Debêntures incentivadas emitidas em 2022	3,39	0,43	1,56	1,88	7,26

*A Lei nº 12.431/2011 criou o incentivo fiscal para o financiamento de investimentos privados de infraestrutura em áreas prioritárias, inclusive logística e transportes.



Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI*

20 Projetos de REIDI

Aprovados em 2022

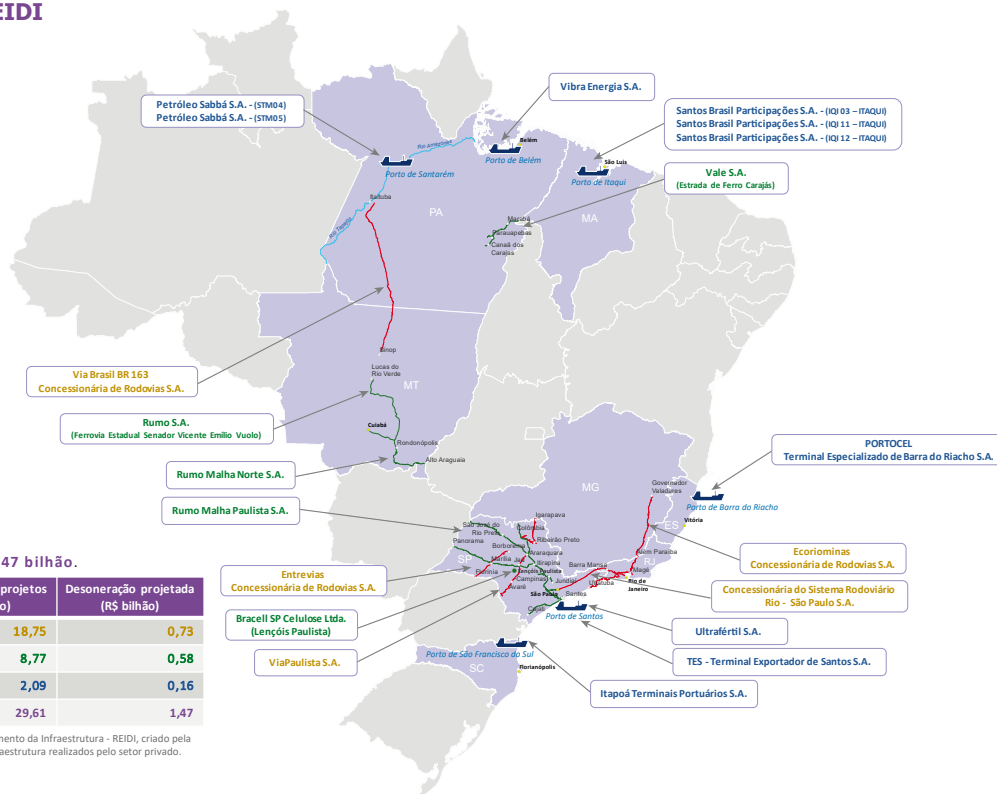
5 rodoviários

5 ferroviários

10 portuários

R\$ 29,61 bilhões

Investimentos previstos



Desoneração estimada de R\$ 1,47 bilhão.

Projetos aprovados 2022	Valor total dos projetos (R\$ bilhão)	Desoneração projetada (R\$ bilhão)
Rodovias	18,75	0,73
Ferrovias	8,77	0,58
Portos	2,09	0,16
Total	29,61	1,47

*O Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, criado pela Lei nº 11.488/2007, desonera investimentos em infraestrutura realizados pelo setor privado.

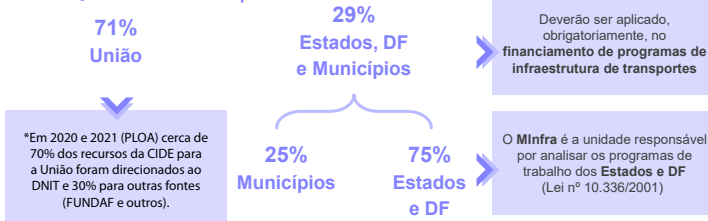
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Combustíveis

Transferências da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Combustíveis para as Unidades da Federação.



Em 2022 o total de recursos repassados às 27 Unidades da Federação foi de R\$ 520,4 milhões, em repasses trimestrais, proporcionais à extensão da malha existente, ao consumo de combustíveis, e a população, de acordo com diretrizes da Lei nº 10.336/2001 e Portaria nº 228/2007.

Distribuição dos recursos

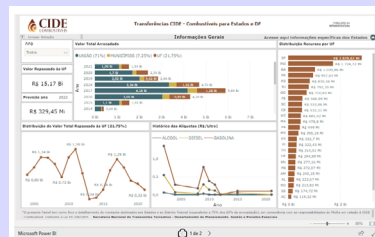


Portal da CIDE Combustíveis

Informações das Transferências CIDE Combustíveis para as UF's podem ser acessadas por meio do Portal da CIDE Combustíveis.



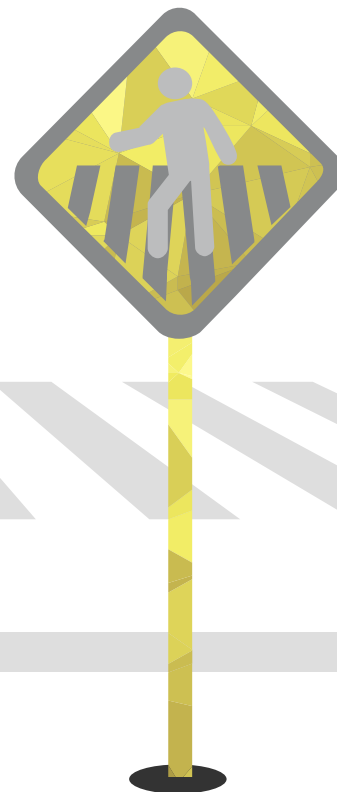
Acesse as Informações sobre o Painel e Portal disponíveis na área do Minfra no gov.br



Trânsito

Principais resultados

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Segurança viária

Publicação da Agenda Regulatória 2022

Edição de normativo contemplando 49 temas de cunho regulatório a serem debatidos pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e pela Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN no ano de 2022, com o objetivo de conferir transparência, previsibilidade e segurança jurídica no processo regulatório.

Principais Resoluções CONTRAN 2022

nº 882

Estabelece

Limites de pesos e dimensões para veículos com semirreboque dotado de 4º eixo

nº 956

Designa

Requisitos para produção de veículos tipo semirreboque com eixo elétrico auxiliar e sua instalação

nº 789

Revisa

Processo de formação de condutores

nº 973

Institui

Regulamento de sinalização viária

Desburocratização

✓ 594 Resoluções

✓ 266 Portarias

Fonte: Secretaria Nacional de Trânsito/MT



Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito - Pnatrans

Criado em 2018 para orientar os gestores de trânsito do país a implementarem ações com o objetivo de reduzir mortes e lesões no trânsito.

Contamos com o engajamento de todos, pois juntos salvamos vidas!



Fonte: Secretaria Nacional de Trânsito/MT

**SENATRAN
Itinerante**



Visitas a todas as
Unidades Federativas
para assinatura do
Termo de Compromisso
para a implantação
do Pnatrans

Câmara Temática

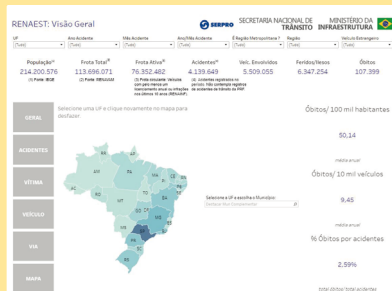
Instituída **Câmara
Temática de Gestão
e Monitoramento** do
Pnatrans



Eventos

RENAEST

Painel do **Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito** com a consolidação dos dados da base nacional.



Semana Nacional de Trânsito



Realizada **anualmente entre os dias 18 e 25 de setembro**, com ações que objetivam conscientizar todos os envolvidos no dia a dia do trânsito, sejam eles motoristas, passageiros, motociclistas, ciclistas ou pedestres

18ª edição PRÊMIO SENATRAN 2022



Prêmio SENATRAN

Tem o objetivo de incentivar a sociedade brasileira a realizar **produções técnicas, científicas e artísticas** com temáticas voltadas ao trânsito.

Pnatrans

1º Seminário Internacional de Segurança Viária



Evento para debater e compreender os elementos e processos para dinamizar as ações preventivas dos acidentes de trânsito, com o objetivo de promover a participação ativa cidadã e alcançar a meta de ZERO morte no trânsito.

Encontro Regional de Educadores do Sistema Nacional de Trânsito



Realização de eventos nas cinco regiões brasileiras com o objetivo de construir agenda conjunta de ações coordenadas para a educação para o trânsito em âmbito nacional.

Encontros Regionais de Gestão Municipal do Trânsito e Segurança Viária



Realização de eventos nas cinco regiões brasileiras com a finalidade de apresentar ferramentas de gestão, integradas aos princípios do Visão Zero e às ações do Pnatrans para fomentar a segurança no trânsito e o desenvolvimento da mobilidade urbana nos municípios.

Parcerias

Parcerias para criar conhecimento

WRI Brasil

Bases técnicas, operacionais e administrativas visando o desenvolvimento de estudos e ações conjuntas nas áreas de segurança viária, trânsito e desenvolvimento urbano sustentável para os municípios brasileiros, com objetivo de contribuir para a gestão e implementação do Pnatrans.

Associação Brasileira de Engenharia Automotiva - AEA

Bases técnicas, operacionais e administrativas para promover o desenvolvimento de estudos e ações conjuntas na área de segurança veicular, com o objetivo de contribuir para a implementação do Pnatrans.

Observatório Nacional de Segurança Viária

Aliança estratégica, no âmbito do setor de transportes terrestres e de trânsito, para desenvolver programa e ações de comunicação, educação e saúde para o trânsito; capacitação, estudos, ensaios, testes e análises técnicas na área de segurança viária; aplicação de novas tecnologias; troca de informações; realização de pesquisas; implementação e desenvolvimento de campanhas de conscientização, visando reduzir mortes e acidentes de trânsito no Brasil, tendo como parâmetro o Pnatrans.

Parcerias para promoção

Ministério da Justiça e Segurança Pública Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Política de modernização e aperfeiçoamento do acesso à justiça, bem como promover a política de tratamento de bens apreendidos, por meio da disponibilização da ferramenta eletrônica RENAJUD, versão WEB ou WS, por parte do Mlnfra, para utilização pelo CNJ.

Ministério de Desenvolvimento Regional

Ações voltadas à segurança no trânsito, ao fortalecimento e integração do Sistema Nacional de Trânsito, por meio do desenvolvimento de projetos de segurança viária, comunicação, educação e saúde para o trânsito; usuários vulneráveis; capacitação, estudos, materiais técnicos, eventos e oficinas técnicas, promovendo a gestão dessas políticas e formas para o seu financiamento, visando reduzir mortes e acidentes de trânsito no Brasil, tendo como parâmetro o Pnatrans.

Parcerias para cooperação mútua

Fundação MAPFRE

Implementação e desenvolvimento de campanhas de conscientização visando reduzir mortes e acidentes de trânsito no Brasil.

Universidade de Brasília - UnB

Compartilhamento de dados de acidentes de trânsito constantes do RENAEST para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltadas para a redução de acidentes de trânsito.

Instituto Nacional de Projetos para o Trânsito e Segurança - INPROTRAN

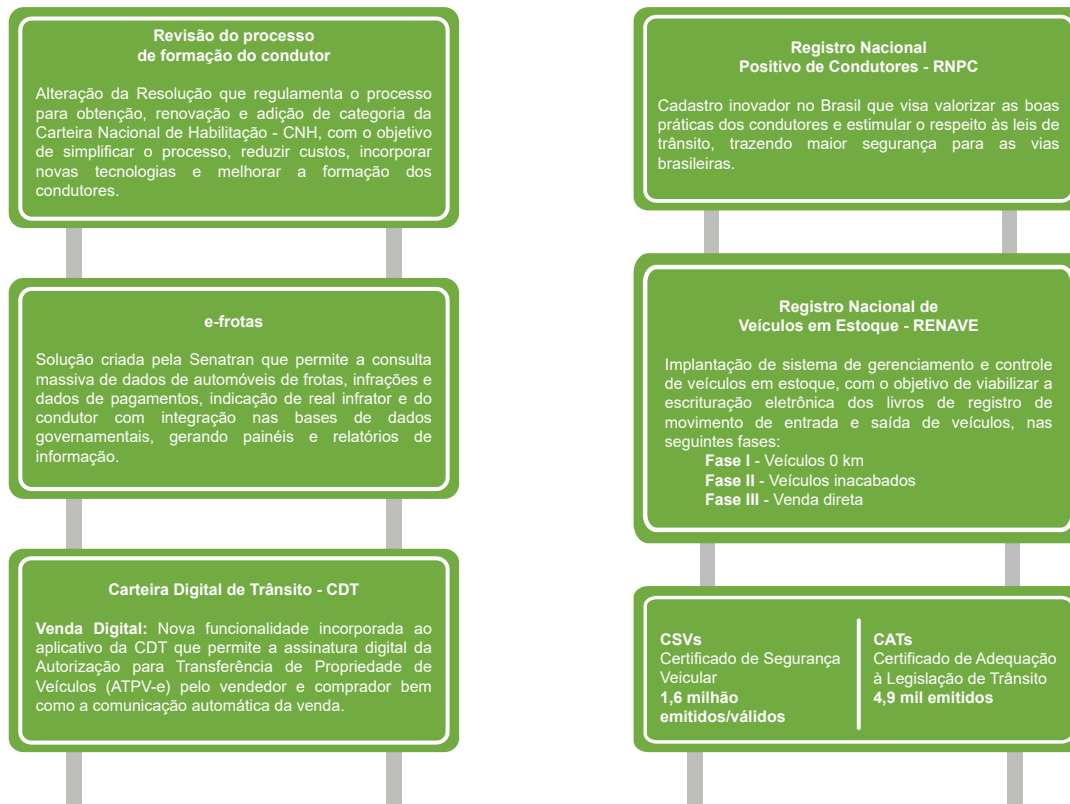
Implementação e desenvolvimento de campanhas de conscientização visando reduzir mortes e acidentes de trânsito no Brasil.

Associação Nacional de Segurança Viária - ABSeV

Promoção do diagnóstico, sensibilização e confecção de projetos sustentáveis de segurança viária, utilizando os dados estatísticos fornecidos pelo RENAEST, para o desenvolvimento de pesquisas, documentos técnicos, manuais e eventos de capacitação, tendo como parâmetro o Pnatrans.



Transformação digital e certificados



Fonte: Secretaria Nacional de Trânsito/MT

Campanhas educativas de trânsito



Fonte: Secretaria Nacional de Trânsito/MT

Ações Relevantes

Principais resultados

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Ações ferroviárias

Lei das ferrovias - nº 14.273/2021

O novo marco regulatório do setor ferroviário iniciou-se na vigência da MP nº 1.065/2021. A Lei das Ferrovias modernizou o marco regulatório do setor, possibilitando a autorização para exploração do serviço de transporte ferroviário, a devolução de trechos antieconômicos e o chamamento público de interessados na obtenção de autorização para exploração indireta de ferrovias federais não implantadas ou em processo de devolução ou desativação.

Transporte Ferroviário de Passageiros

Política Nacional

No tocante à Política Nacional de Transporte Ferroviário de Passageiros - PNTPF, foram realizadas iniciativas como:

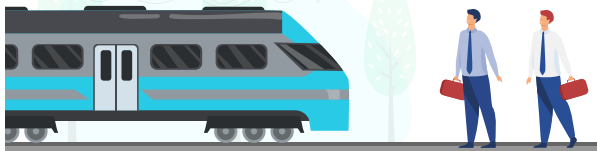
- Consulta estruturada
- Parcerias com UFSC e ANPTrilhos, entre outros, para subsidiar a elaboração de Minuta de Instrumento Legislativo para a PNTPF.

Plano de Desenvolvimento

Para o Plano de Desenvolvimento do Transporte Ferroviário de Passageiros - PDTFP, foram desenvolvidas:

- Proposta para o plano
- Modelagem socioambiental
- Modelagem financeira para exploração dos serviços de TFP

Também foi realizado estudo de desempenho operacional das ligações prioritárias para o TFP.



Contratos de adesão para exploração de serviços ferroviários

Medida Provisória
nº 1.065/2021

6

Lei
nº 14.273/2021

5

Resultados
alcançados

11

Extensão de ferrovias a ser implantada (km)

2,3 mil

1,0 mil

3,3 mil

Investimentos previstos (R\$ bilhão)

23,11

16,70

39,81

Postos de trabalho esperados, diretos e indiretos

334 mil

242 mil

576 mil

Regulamentação da Lei das Ferrovias

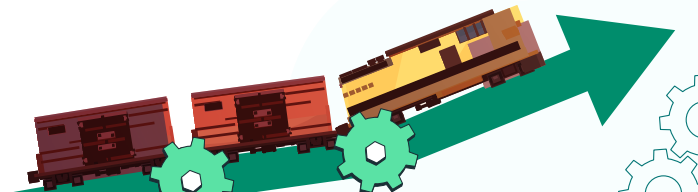
Para regulamentar a Lei nº 14.273/2021, publicou-se o Decreto nº 11.245/2022, o qual:

- Dispõe sobre a habilitação do usuário investidor e do investidor associado para viabilização de investimentos em concessões ferroviárias
- Detalha os procedimentos e os requisitos para a formulação de requerimento e para a realização de chamamento público para exploração de ferrovias mediante outorga por autorização
- Institui o Programa de Desenvolvimento Ferroviário.

Frota Ferroviária Verde

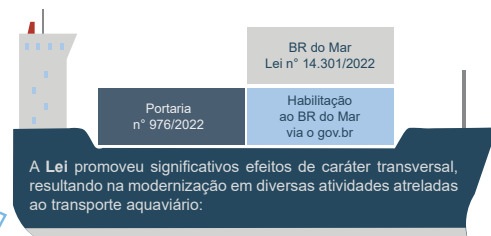


Publicada a Portaria GM/Minfra nº 1.324/2022 que instituiu o Programa Frota Ferroviária Verde destinado a promover o incremento da sustentabilidade do material rodante no âmbito das concessões e autorizações ferroviárias federais.



Ações aquaviárias

Instituição do programa BR do Mar



BR do MAR
PROGRAMA DE INCENTIVO À CABOTAGEM

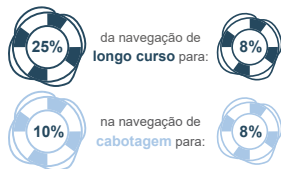


Criação da figura da empresa brasileira de investimento na navegação - EBIN, para possibilitar a estruturação de operações de leasing no setor.

Possibilidade de operação de empresas brasileiras de navegação somente com embarcações afretadas (arrendadas).

Prorrogação da política de subvenção ao transporte aquaviário para interligar o Norte e Nordeste às demais regiões do país - não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM.

Redução das alíquotas do AFRMM, que passaram de:



BR dos Rios - Programa de Fomento à Navegação Interior

Estudos da Concessão hidroviária da Lagoa Mirim e do canal de São Gonçalo

Desenvolvimento do projeto de parceria com a iniciativa privada na Hidrovia da Lagoa Mirim no trecho entre o Canal do Sangradouro (Extremo Norte) até o Canal de Acesso ao Porto de Santa Vitória do Palmar (Extremo Sul), no Estado do Rio Grande do Sul.



Qualificação do Projeto no PPI Decreto nº 10.865/2021

Entrega de estudos elaborados pela DTA em abril/2022

Criação do GT para análise dos estudos referentes a Lagoa Mirim Portaria nº 417/2022

Aprovação do Termo de Referência pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF e início dos trâmites de contratação de estudos complementares - out/2022

Proposta de criação da Conahidro e Conselhos Hidroviários

Iniciativa mediante proposta de decreto, visando melhorar a representatividade do setor hidroviário, beneficiando os usuários, embarcadores e operadores de transportes.

✓ Discussões internas sobre a proposta 2022



Política Pública de Navegação Interior

A Política busca facilitar a expansão da navegação interior. Serão necessárias revisões legislativas e de normas infralegais, além de estruturação de modelo de concessões hidroviárias permitindo que os investimentos no setor sejam de maior vulto e de natureza perene.

Essa política terá como diretrizes:

- Estabilidade regulatória
- Regularidade no fornecimento de infraestrutura adequada
- Equilíbrio da matriz de transporte brasileira
- Transparência e integridade



Ações aquaviárias



Projeto de Inovação Aberta nos Portos

Foram realizadas duas edições do Evento Inova Portos, para promover a modernização e a inovação no setor portuário nacional.

A Cultura de Inovação no Setor Portuário Brasileiro foi o tema da 1ª edição do Inova Portos, realizado no Porto de Itaquí/MA com participação de presidentes e diretores das autoridades portuárias brasileiras, além de diversos stores do setor público, privado e acadêmico.

Sua 2ª edição foi realizada na Santos Port Authority - SPA, abordando temas como:

- Desafio para inovar em empresas públicas
- Desenvolvimento de um ecossistema de inovação
- Comunidade portuária inovadora

Porto Sem Papel 2.0 - Janela Única Aquaviária

Em 2022 o MInfra realizou diversas entregas no âmbito da modernização do sistema Porto sem Papel (PSP 2.0) e do projeto Janela Única Aquaviária, para a melhoria do PSP e sua integração ao Portal Único de Comércio Exterior - PUCOMEX. As medidas implementam diversas melhorias e reduzem custos para os usuários do PSP, facilitando o trabalho dos agentes de navegação na obtenção de anuências para estadia da embarcação e na diminuição do fardo administrativo, tanto para o setor privado quanto para o setor público.

Dentre as entregas, destaca-se:

- **Criação** do Aplicativo PSP, com o objetivo de aperfeiçoar o registro de informações portuárias.
- **Adequação** do PSP à Lei BR do Mar, priorizando a anuência automática.
- **Revisão** de regras de negócios, que promoveu adequações com vistas a aprimorar a performance do sistema e melhorar a qualidade da informação.
- **Reformulação** visual em suas telas principais, para uma plataforma moderna e intuitiva.
- **Implementação** da funcionalidade de Agendamento de Vistoria da Embarcação, realizada pela Marinha do Brasil, automatizando todo o processo de agendamento.
- **Implementação** do E-DBV - Declaração Eletrônica de Bens do Viajante, permitindo que se aplique as melhores práticas de gerenciamento de riscos sobre os viajantes desse modal, tornando mais efetiva a fiscalização sobre eles.

Painel de Indicadores Portuários

O Ministério da Infraestrutura, em parceria com a Confederação Nacional do Transporte - CNT e apoio da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, desenvolveu o **Painel de Indicadores Portuários**, uma ferramenta com o objetivo de acompanhar o desempenho dos órgãos anuentes nos portos públicos, subsidiar os usuários, dirigentes e demais atores do setor portuário, permitindo a avaliação comparativa entre os portos e os órgãos anuentes, o que auxiliará na tomada de decisão de cada ator envolvido/interessado.

Prêmio Portos + Brasil 2022

A 3ª edição do Prêmio contemplou 9 categorias

A premiação tem como premissa a descentralização de competências relacionadas à exploração indireta das instalações portuárias dos portos organizados, com base em diversos indicadores de desempenho que compõem o **Índice de Gestão das Autoridades Portuárias - IGAP**. O resultado do Ranking IGAP 2022 pode ser consultado no **site do Ministério**, contendo todos os indicadores dos portos públicos brasileiros.



Modernização dos Portos Delegados

Foi aprovada minuta padrão para atualização e aperfeiçoamento dos convênios de delegação celebrados entre o Minfra e os portos sob gestão de Estados e Municípios. Além de atualizar os convênios para a legislação vigente, incorpora cláusulas que facilitam o acompanhamento e estimulam a melhoria da gestão dos portos.



Planejamento Portuário

Em 2022 o Minfra deu continuidade à realização do 4º ciclo de elaboração e atualização do planejamento portuário.

São destaques:

Processos de atualização dos Planos Mestres dos complexos portuários:

- Porto Velho/RO
- São Sebastião/SP
- São Francisco do Sul/SC
- Manaus/AM
- Cabedelo/PB

Aprovação da atualização dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ dos Portos Organizados:

- Recife/PE
- Fortaleza/CE
- Belém/PA
- Itaquí/RS
- Imbituba/SC
- Maceió/AL

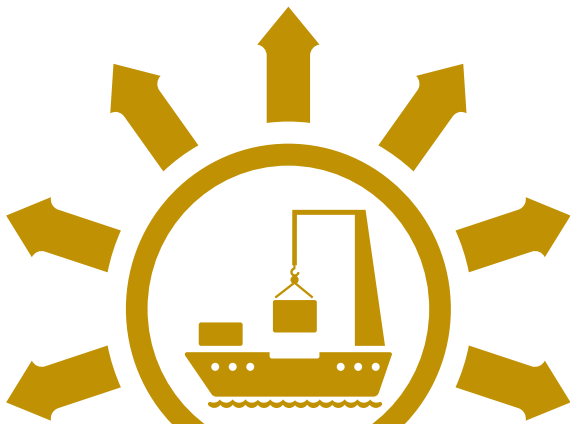


Descentralizações Portuárias

Aprimorando o modelo de gestão, tornando os portos rentáveis, competitivos, autossustentáveis e capazes de conquistar suas autonomias, o Minfra atuou na promoção da descentralização de competências relacionadas à exploração indireta das instalações portuárias dos portos organizados às respectivas administrações portuárias, além de criar o Índice de Gestão da Autoridade Portuária - IGAP.

As autoridades portuárias aprovadas podem elaborar os editais de licitação para o arrendamento de instalações portuárias, bem como celebrar, gerir e fiscalizar os respectivos contratos de arrendamento.

Foi celebrado Convênio de Delegação de Competências entre o Minfra e o Estado de Pernambuco, com a participação de SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, que delegou competências àquela autoridade portuária, permitindo a gestão descentralizada dos arrendamentos portuários com menos burocracia e mais agilidade.



Avanços na aviação civil

Novo Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC)

Em substituição ao Decreto nº 7.168/2010, entrou em vigor o Decreto nº 11.195/2022, que estabelece o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita, cujo objetivo foi incorporar os padrões e práticas recomendadas pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) desde a última aprovação do PNAVSEC, em 2010. O Decreto traz diversas inovações como definições e diretrizes de segurança contra atos de interferência ilícita, especialmente relacionadas à área pública ou aeroportuária cujo acesso não é controlado.

As inovações contribuem para a manutenção de patamares elevados de segurança no transporte aéreo para passageiros, tripulantes, aeronaves e aeroportos, alinhando a regulamentação nacional às melhores práticas do setor aéreo internacional.



Sistema Brasileiro de Informações Antecipadas de Passageiros (SISBRAIP)

No 1º semestre de 2022 teve início a operação do SISBRAIP, ferramenta de análise de risco para os órgãos de controle de fronteira idealizado pela SAC e elaborado pelo Serpro, permitindo a esses órgãos o acesso aos dados antecipados de passageiros (*Advance Passenger Information - API/Passenger Name Record - PNR*), disponibilizados pelas empresas aéreas àqueles órgãos, em cumprimento à Resolução **ANAC** nº 255/2012, bem como o cruzamento desses dados com outras bases de dados. Essa inovação possibilita uma análise rápida e eficaz de dados no interesse da segurança do setor de transporte aéreo, especialmente no controle de fronteiras.



Um sistema idealizado pelo Ministério da Infraestrutura em parceria com o Serpro e Infraero.



O sistema torna mais eficiente e seguro o processo de embarque nos aeroportos, podendo ser adotado em outros modais, garantindo a integração entre eles.



A solução encontra-se alinhada com as principais iniciativas e projetos internacionais do setor.



Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ) são os primeiros aeroportos brasileiros a implantar o embarque facial biométrico e 100% digital para passageiros e tripulantes.

É a primeira ponte aérea do mundo com acesso biométrico do check-in ao embarque

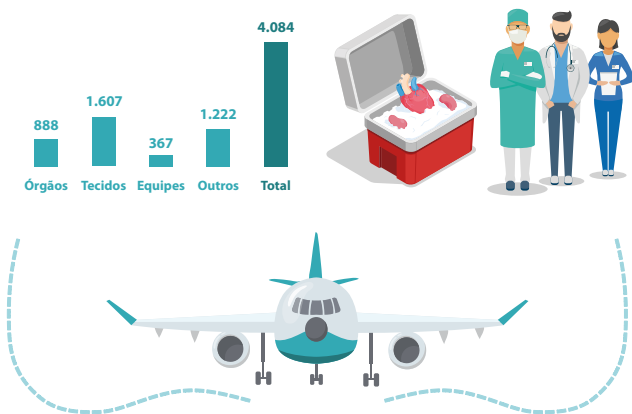


Projetos aeroportuários

Acordo de Cooperação para Transporte Aéreo de Órgãos e Tecidos

Em outubro de 2022 foi firmado, entre o Ministério da Infraestrutura e o Ministério da Saúde, o novo Acordo de Cooperação para Transporte de Órgãos e Tecidos com o objetivo de aumentar a capilaridade na distribuição de itens para transplante no território nacional e aumentar a oferta de voos para realização do transporte de órgãos e equipes médicas, bem como diminuir sua perda motivada por questões logísticas.

Quantidade de itens transportados pelo Acordo



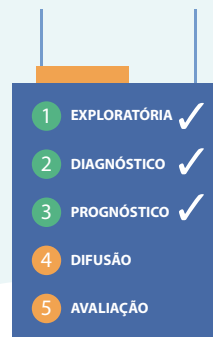
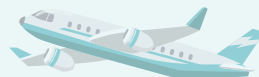
Os Acordos de Cooperação, firmados desde 2013, possibilitam ganho de eficiência na logística dos processos, principalmente por melhorarem o fluxo de informações entre a Central Nacional de Transplantes, operadores aeroportuários e empresas aéreas.

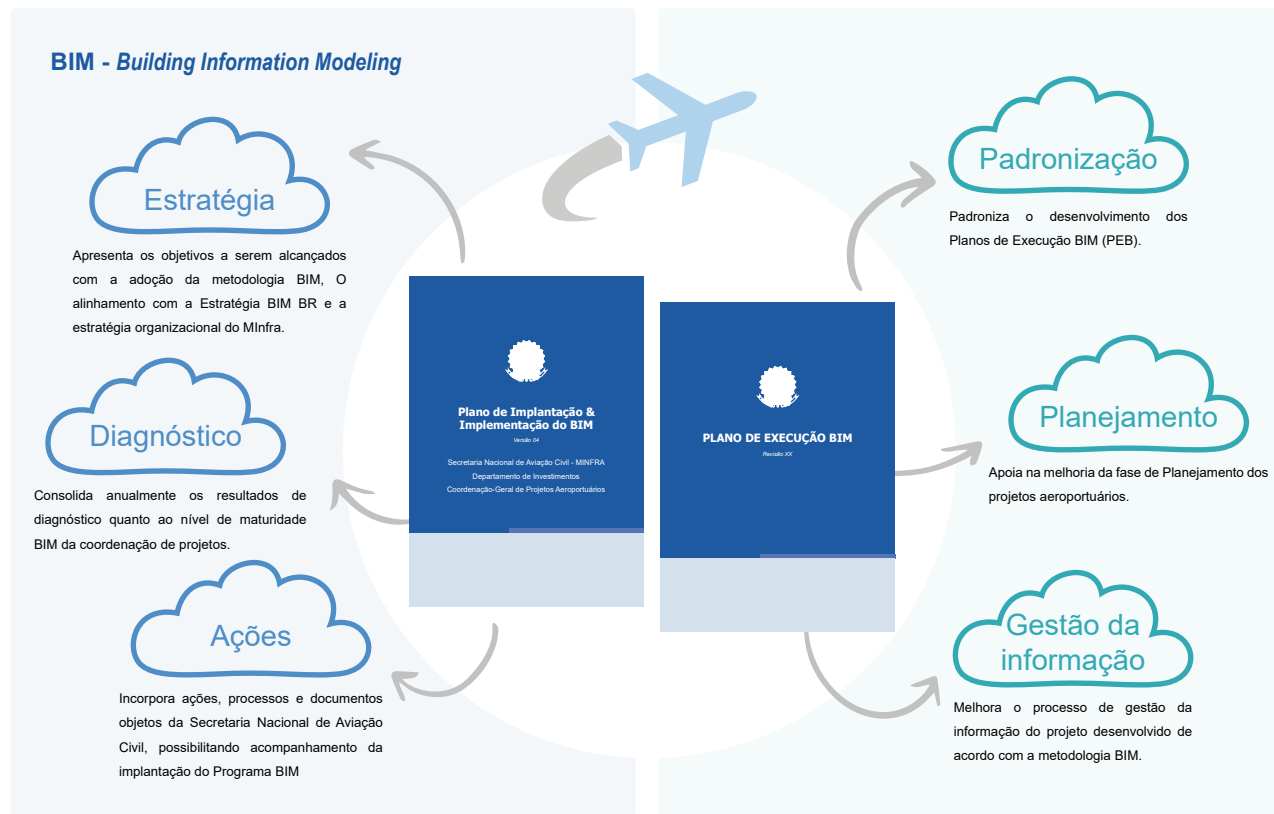
Fonte: Secretaria Nacional de Aviação Civil/MPOR

Projeto Aviação Acessível

O **Projeto Aviação Acessível**, parceria da SAC com a Universidade Federal de São Carlos, tem como objetivo compreender as principais barreiras à melhor experiência dos passageiros com deficiência ou mobilidade reduzida nos aeroportos brasileiros; desenvolver critérios, diretrizes e melhores práticas para acessibilidade no contexto da aviação civil; e elaborar material para apoiar a capacitação de operadores aéreos e aeroportuários para avaliação da acessibilidade nos aeroportos e aeronaves, verificando seu nível de adesão e implantação das práticas compulsórias e recomendadas.

Iniciado em 2018, esse projeto já teve 3 de suas 5 etapas concluídas.





Fonte: Secretaria Nacional de Aviação Civil/MPOR

Serviços Infraero

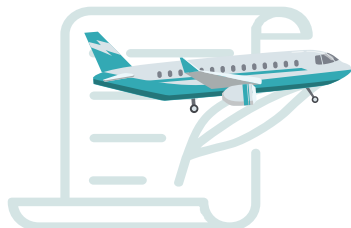
INFRAERO Serviços Aeroportuários Nova gestão da Infraero

184 contratos assinados
Em 2021 e 2022 atendendo
129 municípios



Fonte: Secretaria Nacional de Aviação Civil/MPOR

Outras iniciativas na aviação



Redução do imposto de renda incidente sobre o arrendamento mercantil de aeronaves e motores de aeronaves

Lei nº 14.355/2022

Redução da alíquota de imposto sobre a renda na fonte incidente nas operações de arrendamento mercantil de aeronaves e motores de aeronaves:

- a 0 (zero) no decorrer de 2022 e 2023
- a 1% (um por cento) no ano 2024
- a 2% (dois por cento) no ano 2025
- a 3% (três por cento) no ano 2026

A partir de 1º de janeiro de 2027 a alíquota do imposto retornará a 15% caso não sejam adotadas medidas para sua prorrogação.

4ª Edição do Plano de Ação para Redução das Emissões de CO2 da Aviação Civil Brasileira

O Plano de Ação traz um diagnóstico do desempenho da aviação civil brasileira em termos de impacto nas mudanças climáticas, bem como as ações propostas para a mitigação das emissões de gases no efeito estufa, abrangendo os seguintes aspectos:

- **Regulação responsiva** - Ações regulatórias cooperativas, com destaque para os programas Aeroportos Sustentáveis e SustentAr que incentivam boas práticas ambientais
- **Combustíveis sustentáveis de aviação** - Programa Combustíveis do Futuro estabelece, dentre outras iniciativas, estratégias para introdução dos combustíveis sustentáveis de aviação na matriz energética brasileira
- **Desenvolvimento tecnológico das aeronaves** - ações para melhoria da aerodinâmica, eficiência de motores e uso de materiais mais leves
- **Medidas de mercado** - Internalização de regras internacionais para compensação por emissões de CO2, mediante Resolução ANAC nº 496/2018 e Portaria ANAC nº 4.005/ASINT/2018, em aderência ao Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation (CORSIA) da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI)



Programa Voo Simples - Lei nº 14.368/2022

A nova Lei reduziu a burocracia e atualizou normativos, proporcionando mais modernidade, maior eficiência e aumento da capacidade de investimento para o setor aéreo.

Dentre as medidas aprovadas, inclui-se a simplificação de regras para os serviços aéreos, a eliminação de autorizações e concessões desnecessárias para a operação de novas empresas aéreas no Brasil e o ajuste em processos de certificação às necessidades dos agentes regulados, entre outros.



Parcerias da Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC

- **Universidade Federal de Juiz de Fora:** realização de estudos acerca das alternativas do setor aéreo diante dos compromissos nacionais e internacionais de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) relacionados ao uso de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF - *Sustainable Aviation Fuel*) e suas implicações.
- **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis (ANP):** compra de equipamentos de maneira que o laboratório da Agência esteja apto a realizar todos os testes necessários à certificação de qualidade dos combustíveis de aviação e o desenvolvimento de SAF.

InfraBR

O aplicativo apresenta novas funcionalidades para facilitar ainda mais o dia a dia dos **Caminhoneiros!**

Novos Módulos



inov@BR

Programa de modernização de rodovias federais

Iniciativas certificadas em 2022

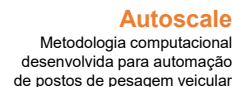


37 PPDs certificados totalizando **139 PPDs** em diversas regiões do Brasil. Informações sobre os **PPDs** estão disponíveis no aplicativo InfraBR.

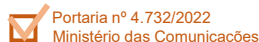


iRAP

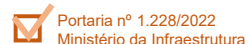
Contratação do Programa Internacional de Avaliação de Estradas, para rodovias do DNIT (*Internacional Road Assessment Programme - IRAP*)



Normativos



Estabelece diretrizes gerais e os quesitos necessários para elaboração de projeto técnico para instalação de estações para operacionalização do Serviço de **Radiovias**.



Define os procedimentos para solicitação e operacionalização do Serviço de **Radiovias** em frequência modulada, e apresenta diretrizes para as entidades vinculadas ao MInfra.

Ações rodoviárias

Convênios de delegação

Portaria nº 929/2022 - Estabelece procedimentos para a celebração de convênios de delegação de rodovias federais com estados, municípios e o Distrito Federal.

Permitirá um melhor aproveitamento da sinergia existente entre as malhas de rodovias federais e estaduais, as quais, quando avaliadas em conjunto, têm o potencial de viabilizar novos projetos de parceria com a iniciativa privada e proporcionarão maior desenvolvimento para a população, nos seguintes aspectos: maior segurança viária, mais qualidade para a infraestrutura rodoviária do país, incremento da competitividade, atração de maiores investimentos, mais empregos.

Política de outorga e Projetos de parceria

Portaria nº 1.061/2022 - Estabelece a política de outorga e os procedimentos relativos à estruturação de projetos de parceria, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal.

Define procedimentos para a análise e aprovação de projetos de parceria para a exploração da infraestrutura de transporte rodoviário e regulamenta a elaboração e aprovação dos planos de outorga permitindo a verificação da aderência da política nacional de transportes com vistas a garantir coerência técnica e congruência decisória.



Fonte: Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário/MT

Iniciativas transversais

GeoTransportes

É uma ferramenta disponibilizada pelo Ministério, visando o uso inteligente das bases georreferenciadas do Setor Transportes, proporcionando unicidade, integridade, transparência e disponibilização das informações geoespaciais, produzidas pelas secretarias e órgãos vinculados, para a sociedade.

O objetivo central é possibilitar aos usuários a elaboração própria de mapas temáticos de infraestrutura de transportes.



Automatização da CIDE Combustíveis

A plataforma facilita o envio de documentos, aprimora a tempestividade e qualidade dos serviços para as Transferências da CIDE Combustíveis para as Unidades da Federação.

Agora as Unidades da Federação podem encaminhar seus programas de trabalho e suas respectivas alterações por meio da plataforma desenvolvida e implantada no gov.br.

Informações sobre a plataforma estão disponíveis no website do gov.br, basta digitar "CIDE Combustíveis" no campo de pesquisa.

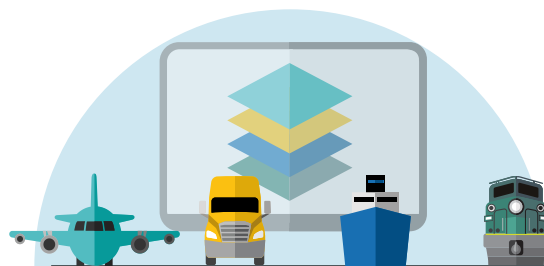


Bases Geográficas de Transportes na INDE

Modos rodoviário, ferroviário, aeroportuário e aquaviário

Em 2022 foram disponibilizados na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), as bases georreferenciadas e os metadados de ferrovias e estaleiros. Além dessas, já estavam disponíveis as bases de rodovias federais, aeródromos civis públicos e privados, instalações portuárias, vias economicamente navegadas, linhas de travessia aquaviárias federais, poligonais portuárias, hidrovias, linhas de cabotagem e navegação de longo curso.

Com a implementação do projeto de estruturação e organização das bases georreferenciadas no ambiente do Minfra, tem-se buscado facilitar a gestão e o acesso dos interessados: INDE, usuários internos, comunidade acadêmica e sociedade.



Acordo direto

Aprimoramento do dispositivo anexo ao contrato de concessão, estabelecendo procedimento para exercício dos direitos dos financiadores (Art. 27-A da Lei nº 8987/1995) de exercerem a Administração Temporária ou a Assunção do Controle Societário da Concessionária, para prevenção de que a condição econômica e financeira do projeto se deteriore a ponto de atingir um estágio de difícil reversão.



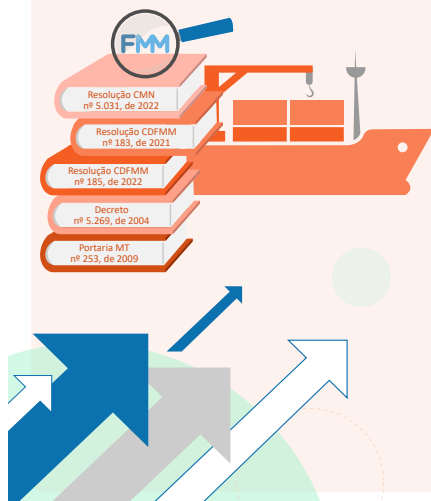
Iniciativas transversais

Revisões normativas

Fundo da Marinha Mercante (FMM)

Efetuada análises de normativos relacionados à Lei nº 10.893/2004, visando:

- ampliação das linhas de fomento
- revisão das regras para aplicação de determinados segmentos
- adequação dos normativos às implementações trazidas no bojo da Lei nº 14.301/2022 que, dentre outras providências, instituiu a BR do Mar.



Fusão institucional entre EPL e VALEC

Criada a nova empresa pública INFRA S.A. decorrente da incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) pela Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (Decreto nº 11.081/2022).

Todas as atribuições e compromissos de ambas as estatais foram absorvidas pela nova empresa. Dentre suas principais responsabilidades está o planejamento e a estruturação de projetos para o setor de transportes nacional.

A sinergia será observada pelos ganhos de eficiência com a reorganização de processos, otimização dos objetos de contratos atuais e redução de custos com a gestão administrativa e de pessoal.



Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS)

Selecionada a instituição financeira que assumirá a gestão do Fundo.

A BRL Trust, em parceria com Vinci Partners e a Ernest Young, será responsável por:

- criar a estrutura para administração, operacionalização do Fundo e gestão do patrimônio;
- gerenciar os ativos de acordo com a política de investimento; e
- elaborar os relatórios anuais de avaliação dos resultados, entre outras.

Como importante desdobramento da nova gestão, destaca-se a viabilização dos primeiros projetos com recursos do Fundo em 2023.



Governança

Aprovações no Comitê Estratégico de Governança - CEG

Regimento Interno do CEG



Manual de Avaliação da Qualidade Normativa do Mlnfra e suas Agências Vinculadas



GESTÃO DE RISCOS

Implementação da Metodologia de Gestão de Riscos nos Processos de Trabalho

Oficinas realizadas

Os gestores capacitados na metodologia se tornaram multiplicadores em sua área para a gestão de risco nos demais processos de trabalho.



Criação de Painéis BI analíticos - Nível Operacional - Processos de Trabalho

Desenvolvidos **6 painéis interativos** para melhor visualização e possibilidade de cruzamento de dados lançados no sistema Ágatha, garantindo maior potencial para análise de riscos nos processos de trabalho.



Monitoramento dos Processos de Trabalho

Em função das análises realizadas nos processos de trabalho, encontram-se em monitoramento 59 Planos de Controle para a mitigação dos riscos críticos identificados, conforme quadro a seguir:

Qtd		Órgão	Processos de trabalho em monitoramento	Planos de Controle
1	1	SETI	Gerenciar a execução financeira	2
2	2	SETI	Administrar recursos financeiros	3
3	3	SETI	Monitorar a execução financeira	1
4	4	SETI	Planejar a gestão da administração financeira	2
5	5	SETI	Realizar a gestão da administração financeira	2
6	6	SAC	Objeto Projeto no Espaço Aéreo - OPEA	9
7	7	SAC	Entrega de imóveis federais, afetos à infraestrutura aeroportuária civil, pelo Consórcio de Usinas e Saneamento	2
8	8	SEPP	Aprovação de projetos com vistas à habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI e de Isenções	2
9	9	SEPP	Desenvolvimento da infraestrutura - REIDI e de Isenções	35
10	10	SEPP	Processo de acesso à informação - PAI	6
11	11	SEPP	Tratamento de Denúncias	6
12	12	SEPP	Atendimento ao Cidadão	35



Integridade

Principais ações do Plano de Integridade 2022



- **Capacitação** sobre Governança / Gestão de Riscos / Controles Internos / Integridade Pública - Disponibilização de vídeos no Ambiente Virtual de Aprendizagem.
- **Assinatura dos RAFs** - Relatório de Análise Final das empresas que estão concorrendo ao Selo Fomento Infra+ Integridade 2022.
- **Visitas de Supervisão Ministerial** às entidades vinculadas: INFRAERO, CDC, SPA, CODEBA, CDRJ, CODERN e CDP.
- **Portaria e Edital** que estabelece a concessão do Selo Fomento Infra+ Integridade 2023.
- **Realização** de oficinas de capacitação para uso do sistema e-agendas.
- **Pesquisa sobre Integridade Pública** (3ª Edição).

Ações de comunicação institucional online sobre temas de relevância



Campanhas 2022

Gestão de Riscos para a Integridade e Conduta Íntegra (Parceria com CGU)



Boletins “Momento Integridade” 2022

Divulgação de 24 boletins, abordando temas relativos às funções de Integridade Pública, compreendendo:

- Conflito de interesses
- SIPEF para a integridade
- Código de Conduta
- Código de Ética
- e-Agendas
- SIPEF (Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal)



Radar Anticorrupção

Prevenção

O Radar tem por objetivo realizar ações de prevenção a fraudes e apurações preliminares relacionadas a situações de

Corrupção

Conflito de interesse

Nepotismo

Enriquecimento ilícito

Outras irregularidades

promovendo ambiente de
integridade institucional

Encaminhamento de denúncias

Apuradas **162 denúncias**, encaminhadas às respectivas Instituições diretamente responsáveis

Denúncias encaminhadas à PF ensejou a Operação: Livre Fluxo

Investigou crimes envolvendo servidor e ex-servidores comissionados da ANTT

Supervisões Ministeriais realizadas - Biênio 2022/2023

- ✓ INFRAERO
- ✓ CDC
- ✓ CDRJ
- ✓ CODEBA
- ✓ SPA
- ✓ CODERN
- ✓ CDP

Fórum - Boas Práticas de Governança e Integridade

Promovendo aperfeiçoamento técnico e melhores práticas ligadas às temáticas de Integridade, Riscos e Controles Internos, Governança e Recursos Humanos



Inscrições

**SELO Fomento
Infra + Integridade**

Premiou **9 empresas** comprometidas com:



Transparência



Conformidade



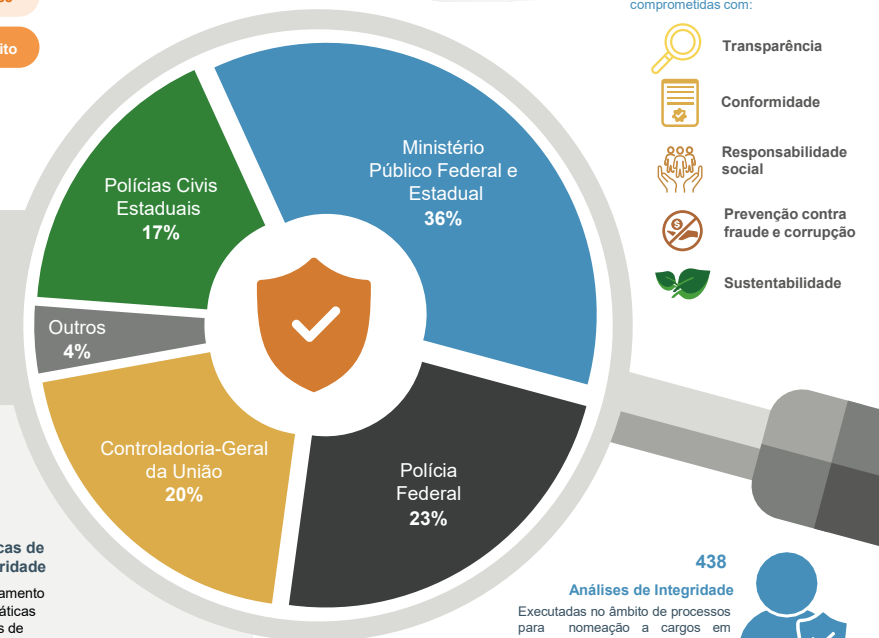
Responsabilidade social



Prevenção contra fraude e corrupção



Sustentabilidade



438

Análises de Integridade

Executadas no âmbito de processos para nomeação a cargos em comissão e funções de confiança no Ministério e suas vinculadas.



Ouvidoria

Chatbot Mauá

Novo atendente virtual, em parceria com a SGETI

Disponível no site do Minfra, no aplicativo InfraBR e, em breve, na Carteira Digital de Trânsito - CDT, Whatsapp e demais redes sociais

Diálogos inteligentes, em linguagem simples, criados e mantidos Pela própria Ouvidoria-Geral



Estará disponível em breve na forma de Voicebot, para receber manifestações por áudio e converter para texto

Solução pronta para ser compartilhada com outros órgãos e entidades públicas, proporcionando economicidade aos cofres públicos e mais facilidade aos usuários de serviços públicos

Respostas automáticas configuradas e gerenciadas pela própria Ouvidoria-Geral

Módulo para classificação e controle das demandas, para construção de painéis gerenciais consistentes

Pesquisa e Avaliação

Aeroportos concedidos: qualidade percebida pelos pilotos de aeronaves

- Questionário elaborado em parceria com a Secretaria Nacional de Aviação Civil e validado pelos atores do setor.
- Início da aplicação: janeiro de 2023



Promoção da Participação Social com parceria da Secretaria de governo da Presidência da República

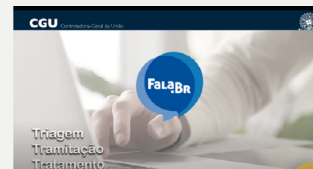
Recebidas mais de 31 mil contribuições

- 130 Consultas públicas
- 3 Opine Aqui (tomadas de subsídios)



Fala.BR

Implantado o Módulo de Tratamento de Demandas, em conformidade com a Portaria CGU 581/2021



- Maior controle sobre os dados pessoais e as informações tratadas
- Redução no tempo médio de resposta ao usuário, de 9,04 dias, em 2021, para 6,28 dias em 2022

Promoção do Acesso à Informação

parceria com a AECI (Autoridade de Monitoramento da LAI)

Elaborado Manual de Transparência Ativa e cumpridos os requisitos de Transparência Ativa do Guia de Transparência Ativa da CGU



Ações do Comitê Técnico de Integridade - CTI

Elaborado Manual de Tratamento de Denúncias



LGPD

Lei Geral de Proteção de Dados

- Consulta online Senatan: Inventário, análise de riscos e RIPD revisados com o Serpro.
- Elaborados os termos de Uso e Política de Privacidade com o apoio da Ouvidoria-Geral:
 - InfraBR
 - Tratamento de denúncias
 - Consulta Online Senatan
 - DT-e
 - Porto Sem Papel
- Iniciada campanha interna
- Elaborado fluxo do processo de tratamento de dados pessoais
- Elaborado Guia Rápido para adequação à LGPD
- Realizado piloto do fluxo de tratamento elaborado no serviço de "Atendimento a Denúncias"



Semana da Participação Social

Comitê Técnico de Ouvidorias - CTO

Apresentação de Boas Práticas sobre temas relativos a Ouvidorias:

- Transformação digital de serviços aos cidadãos
- Integridade pública
- Importância da comunicação
- Supervisão ministerial
- Mediação de conflitos
- Novo módulo de atendimento no Fala.Br
- Papel das Ouvidorias em audiências públicas
- Compartilhamento do ChatBot
- Estruturação de Ouvidorias
- Base legal para Ouvidorias
- Avaliação de usuários
- Regulamento do serviço de Ouvidorias
- Maratona dos Direitos dos Usuários de Serviço Público

2ª Edição da Maratona de Defesa dos Direitos dos Usuários de Serviços Públicos



- Participação com o apoio da Assessoria Especial de Comunicação - AESCOM

Planejamento e estratégia

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2019 - 2022 do Mlnfra trouxe como Visão o desafio de tornar o Brasil líder da América Latina em infraestrutura de Transportes.

Em 2018, o país ocupava a 9ª posição no ranking do Fórum Econômico Mundial (WEF) que mede o Índice de Competitividade Global (GCI) no Subíndice Infraestrutura de Transportes. O Brasil, em 2019, avançou para a 8ª posição do ranking. (O WEF não publicou o GCI em 2020 e 2021)

O Mlnfra consolidou o seu planejamento estratégico como ferramenta corporativa indispensável nos processos de gestão e tomada de decisão.



O Eixo Ambiente de Negócios compõe um dos cinco pilares da Política Nacional de Modernização do Estado, o **Moderniza Brasil**.

A melhoria do ambiente de negócios do país é uma prioridade também para o Mlnfra, que adotou como indicador da sua visão de futuro o **Índice de Competitividade Global**, do Fórum Econômico Mundial (WEF).

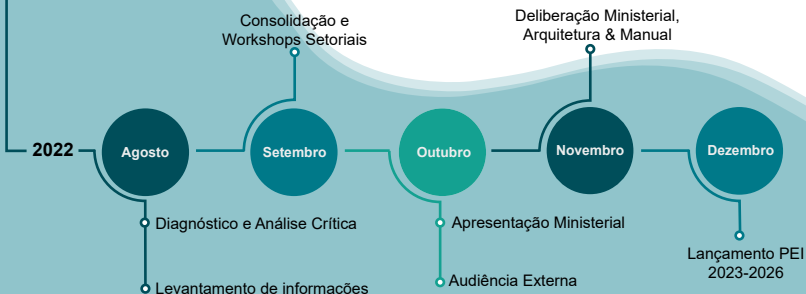
MODERNIZAÇÃO
DO AMBIENTE
DE NEGÓCIOS



Além da meta de levar o Brasil à liderança na América Latina, o Mlnfra, na condição de um dos protagonistas da melhoria dos resultados de investimentos e transformação dos serviços de infraestrutura de transportes prestados à sociedade, trabalha em conjunto com outras pastas no propósito e na meta de colocar o Brasil dentre as 50 nações com ambiente mais favorável à realização de negócios.



Em 2022, foi realizada revisão do PEI para o quadriênio 2023-2026.



Planos



O **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDITIC)** é uma ferramenta de planejamento e gestão dos recursos da tecnologia da informação fundamentais para implantação das atividades e estratégias do Minfra. A abrangência desse PDITIC visa atender às necessidades tecnológicas e de informação do Órgão.

Executado **71%** ✓



O **Plano de Transformação Digital** visa estabelecer um novo paradigma de prestação dos serviços públicos para o setor de infraestrutura de transportes e de serviços de trânsito, com foco na criação de valor e melhoria da competitividade decorrentes do aprimoramento da qualidade dos serviços e experiência dos usuários.

Executado **64%** ✓



O **Plano de Dados Abertos - PDA** para o biênio janeiro de 2022 a dezembro de 2023 atende ao disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e no Decreto nº 8.777/2016. O PDA/Minfra 2022-2023 prevê a abertura de 20 novas bases decorrentes da articulação entre todas as áreas do órgão, com vistas a garantir a essencial transversalidade de suas ações e que, por sua vez, foram confirmadas como relevantes pela sociedade após a consulta via instrumento de participação social.

Executado **78,8%** ✓



Estratégia, tecnologia da informação, inovação e transformação digital

Analytics



- 203 painéis criados no Mlnfra dos quais 45 painéis estão publicados no portal de painéis do Mlnfra
- Data Marts entregues: 11
- Compartilhamentos: 5 órgãos e 3 bases

Gestão Estratégica



- 31 Programas Estratégicos
- 394 Projetos estratégicos
- 47% Programas finalizados
- 1.206 Entregas estratégicas
- 53% Programas em execução

Normas e políticas



- Criação da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética - ETIR
- Implantação do Processo de Gestão de Mudanças de TIC - PGM

Instâncias de Governança



- Comitê de Governança Digital - CGD
- Comitê Setorial de Infraestrutura do SISP - COSETI
- Comitê de Governança de Dados e Informação - CGDI
- Comitê de Segurança da Informação - CSI
- Comitê de Setorial de Gestão Estratégica - COSEGE

Serviços e Soluções



- 58 sprints de software desenvolvidas
- 7 soluções implantadas
- 93% de avaliações positivas dos donos de produtos de software
- 97% de chamados atendidos em até 4 horas
- 95% dos atendimentos avaliados como "satisfeito" ou "muito satisfeito"
- 98% de disponibilidade das soluções críticas

Transformação Digital



- 43 Projetos concluídos
- 18 Projetos em execução
- 5 Projetos em planejamento
- 155 serviços digitais disponíveis
- 23 melhorias dos serviços digitais
- +16 milhões acessos aos serviços digitais
- 29 Entregas realizadas no PTD

Infraestrutura Tecnológica



- 233 novos notebooks distribuídos
- 1.700 usuários atendidos
- 28 salas de videoconferência adquiridas
- 3 soluções de segurança implantadas
- 2 contratos de nuvem operacionalizados

Dados



- Necessidade de Dados: 32 bases solicitadas
- Catálogo de Dados: 374 conjuntos de dados
- Data Warehouse: 790 GB
- Data Mart: 10
- Data Lake: 790 GB de dados

Gestão de Relacionamento



- 96 Demandas do PDTIC tratadas pela esteira de relacionamento
- 6 Demandas em tratamento

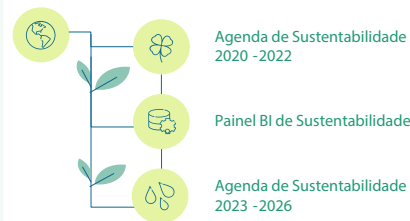
Gestão de Processos



- 9 Unidades atendidas: SAC, SE, SFPP, SNPTA, SNTT, SENATRAN, SUST, SPOA e GM.
- 36 Processos levantados:
 - 35 desenhados
 - 27 melhorados
 - 2 apps criados
 - 78 servidores capacitados (Metodologia de levantamento de processos)

Diretrizes de Sustentabilidade

As Diretrizes de Sustentabilidade do Minfra consolidam a responsabilidade socioambiental e territorial da Pasta e representam um balizador para políticas, planos e programas na expansão e integração da extensa malha dos diferentes modos de transportes de forma sustentável e socialmente responsável.



Investimentos sustentáveis

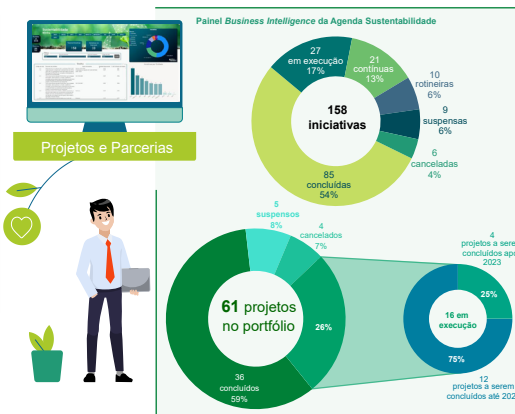
Nota Conceitual da *Climate Bonds Initiative* apoiando o Minfra em suas iniciativas de descarbonização da malha rodoviária e promoção da participação do mercado de capitais no financiamento de projetos que promovam o acesso à infraestrutura climaticamente resiliente aos cidadãos brasileiros.

Parceria BID

"Mudança Modal para Transporte de Carga e Passageiros Zero Carbono no Brasil" – BR-T1505. Assinado em 2021 Acordo de Cooperação Técnica Minfra/BID para apoiar o governo brasileiro na implementação do plano nacional de descarbonização no setor de infraestrutura de transportes.

Parceria ITF

O Brasil, por intermédio do Minfra, é membro observador do Fórum Internacional de Transporte (ITF). A parceria Minfra/ITF/BID desenvolve o "Project Finance" Perspectiva Brasileira: financiamento de projetos de infraestrutura de transporte. Oferece aos investidores e financiadores mais estabilidade e segurança no desenvolvimento de grandes projetos.



Projeto Adaptavias

O projeto em parceria com a Agência de Cooperação Alemã - GIZ levantou os impactos e riscos da mudança do clima sobre a infraestrutura federal de transportes terrestres (rodovias e ferrovias) existente e projetada, como subsídio para o desenvolvimento de estratégias para medidas de adaptação no setor.

Projeto "Impactos e Riscos da Mudança do Clima nos Portos Públicos Costeiros Brasileiros"

Estudo realizado sob a coordenação da ANTAQ, em parceria com a Agência de Cooperação Alemã - GIZ, por meio dos projetos Apoio ao Brasil na Implementação da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PROADAPTA) e Ampliação dos Serviços Climáticos para Investimentos em Infraestruturas (CSI), com apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Capacitações, eventos e PD&I



Via Viva 2022

A 6ª edição virtual do VIA VIVA abordou o tema "Na Rota ESG: Oportunidades para o Setor de Infraestrutura de Transportes."



Livro Via Viva 2022

O livro VIA VIVA, repositório anual de trabalhos técnicos científicos, foi dividido em três eixos: Ambiental, Social e Governança.



O evento apresentou os principais desafios e oportunidades para a promoção e o uso de combustíveis mais sustentáveis na aviação e de hidrogênio verde nos transportes. Parceria estabelecida entre MInfra e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear alemão, por meio da Agência de Cooperação Alemã - GIZ.



Diálogos Interdisciplinares

Incentiva a disseminação de conhecimento por especialistas nas áreas de sustentabilidade, em uma linguagem clara, atual, científica e ancorada nas melhores práticas socioambientais no âmbito do setor de infraestrutura de transportes e trânsito.

Manual PD&I

Guia orientativo para as diversas partes interessadas sobre como acessar as diferentes verbas públicas federais existentes para uso em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) nos temas de sustentabilidade e mudança do clima para a infraestrutura de transportes.



Acordo de Cooperação técnica IAU/USP e MInfra

Objetivos:

- intercâmbio de dados e informações
- elaboração conjunta de projetos de pesquisa e publicações
- organização conjunta de eventos científicos
- intercâmbio de informações e publicações acadêmicas
- compartilhamento de realização de cursos e disciplinas
- vistorias e visitas técnicas
- discussão sobre formulação de propostas e diretrizes para políticas públicas
- participação em projetos de pesquisa, formação de centros, núcleos e observatórios relacionados à instituição pública, à infraestrutura e ao desenvolvimento territorial



Uma iniciativa ENERP



Curso Mudança do Clima e Gestão de Risco Climático: Conceitos Fundamentais

Curso Resiliência Climática na Infraestrutura de Transportes

Curso de Licenciamento Ambiental Federal de Empreendimentos de Infraestrutura

Capacitação de servidores públicos e outros interessados no tema quanto aos procedimentos e exigências dos processos de licenciamento ambiental federal, com foco em empreendimentos de infraestrutura de transportes. Foram tratadas tanto a legislação geral quanto a específica, além de elementos técnicos dos estudos e programas ambientais exigidos.

O curso é online e assíncrono e está disponível na Escola Virtual de Governo - EV.G



Mudança no clima

Ações, iniciativas e estudos

A SUST está desenvolvendo ações, iniciativas e estudos relacionados à mudança do clima e ao comprometimento socioambiental dos empreendimentos de infraestrutura de transportes.



Apoio em projetos de concessão

Interlocução institucional e apoio técnico na estruturação dos aspectos socioambientais e territoriais em projetos de concessão.

Programa Minfra IDEAL



Guia Orientador de Licenciamento Ambiental de Portos

Objetiva facilitar o acesso à informação e orientar empreendedores e tomadores de decisão quanto aos trâmites ao longo do licenciamento ambiental de empreendimentos portuários.

Guia orientativo
para o Processo de
Licenciamento Ambiental
de Portos

Ministério dos Transportes



Plano Básico Ambiental do Componente Indígena

Para garantir o atendimento às necessidades das comunidades indígenas impactadas pela instalação de rodovias, além de aumentar a previsibilidade e a eficiência na assinatura de contratos, o conteúdo mínimo dos programas ambientais desses empreendimentos foi padronizado.

Índice de Desempenho Ambiental - IDA



A apuração dos resultados dos Índices de Desempenho Ambiental (IDA) em cada modo de transporte está no segundo ano e objetiva apresentar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor, servindo de parâmetro para avaliação da eficiência, das boas práticas e da qualidade da gestão socioambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes.



Programa Rodoviário BR Verde

Qualificação de empreendimentos rodoviários para implementar melhores práticas de sustentabilidade, de mitigação e de adaptação à mudança do clima e de segurança viária.

Eletromobilidade

Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica (PNME)

O Minfra se agrega a mais de 30 instituições, que incluem órgãos governamentais, agências, indústria, academia e sociedade civil, com o objetivo de construir soluções concretas e propostas de políticas públicas para a mobilidade elétrica no Brasil.



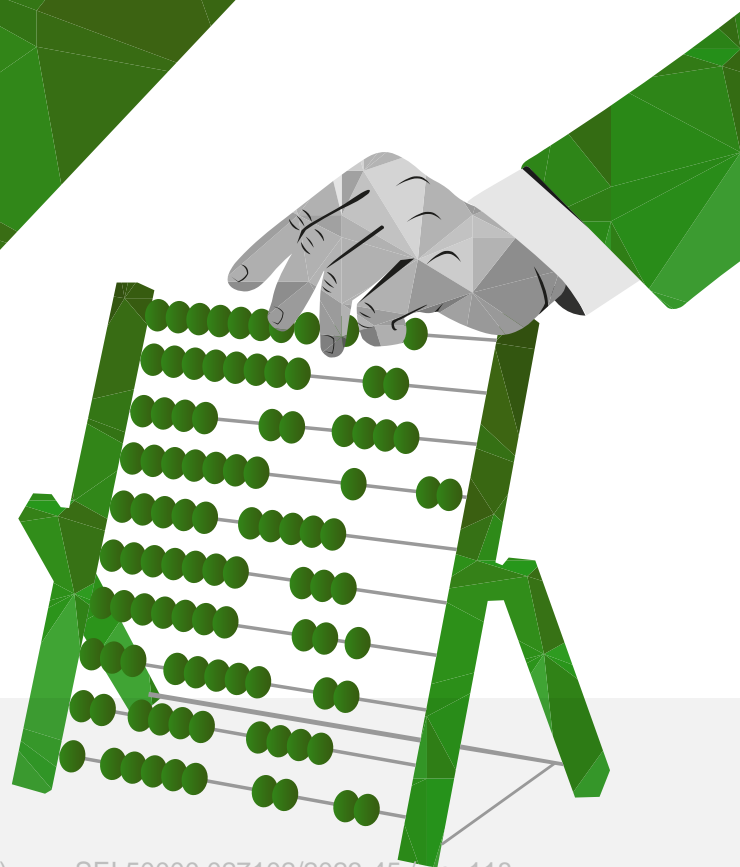
Termo de Referência para EIA/RIMA de Portos

Para otimizar o trabalho dos empreendedores e agilizar o protocolo de documentos necessários ao licenciamento ambiental, com base em documentos já aprovados pelo Ibama, foi desenvolvida uma minuta de Termo de Referência para elaboração de EIA/RIMA de portos costeiros.




Balanço 2019-2022

Principais resultados



Investimentos de 2019 a 2022



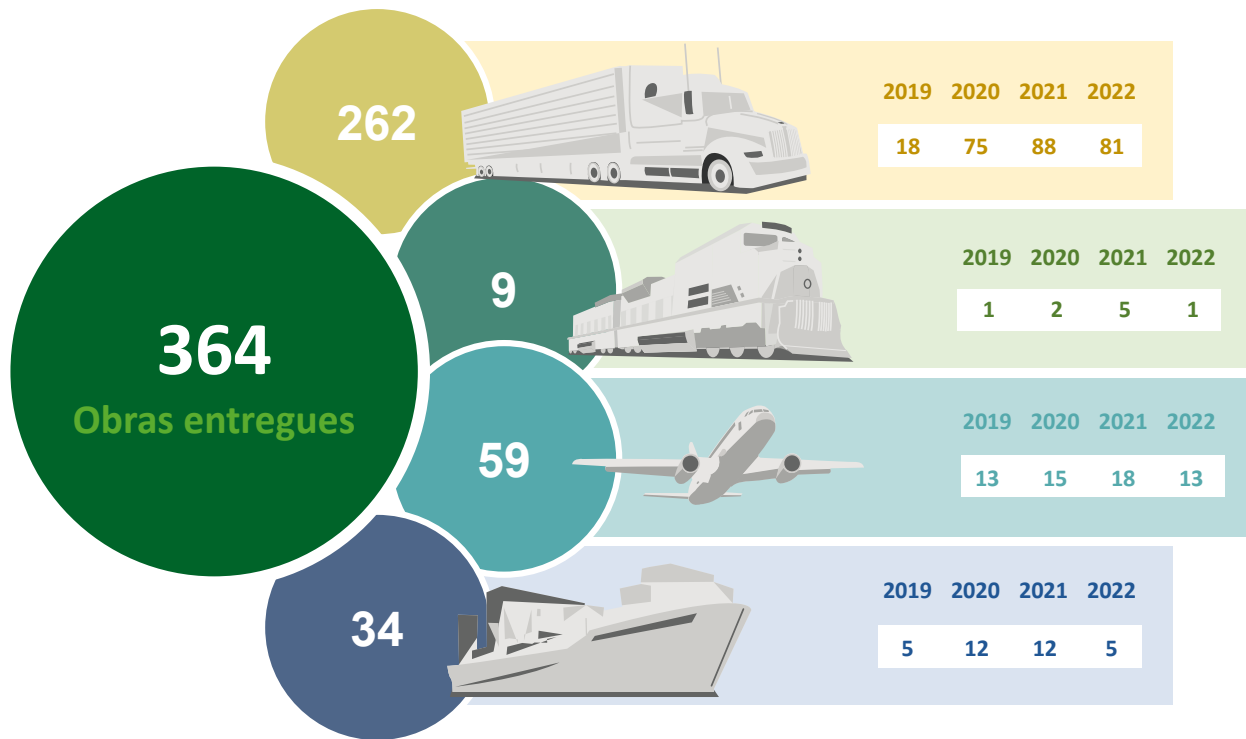
	Públicos	Privados	
Rodovias	R\$ 25,54 bilhões	R\$ 22,34 bilhões*	
Ferrovias	R\$ 1,65 bilhão	R\$ 21,44 bilhões	
Aeroportos	R\$ 2,00 bilhões	R\$ 6,05 bilhões*	
Portos e Hidrovias	R\$ 1,37 bilhão	R\$ 8,26 bilhões**	

* Investimentos privados disponíveis até o 3º trimestre de 2022.

** Investimentos privados abrangem terminais arrendados e TUPs (investimentos em TUPs disponíveis a partir de 2020).

Fonte: Dados consolidados por Subsecretaria de Fomento e Planejamento / MT

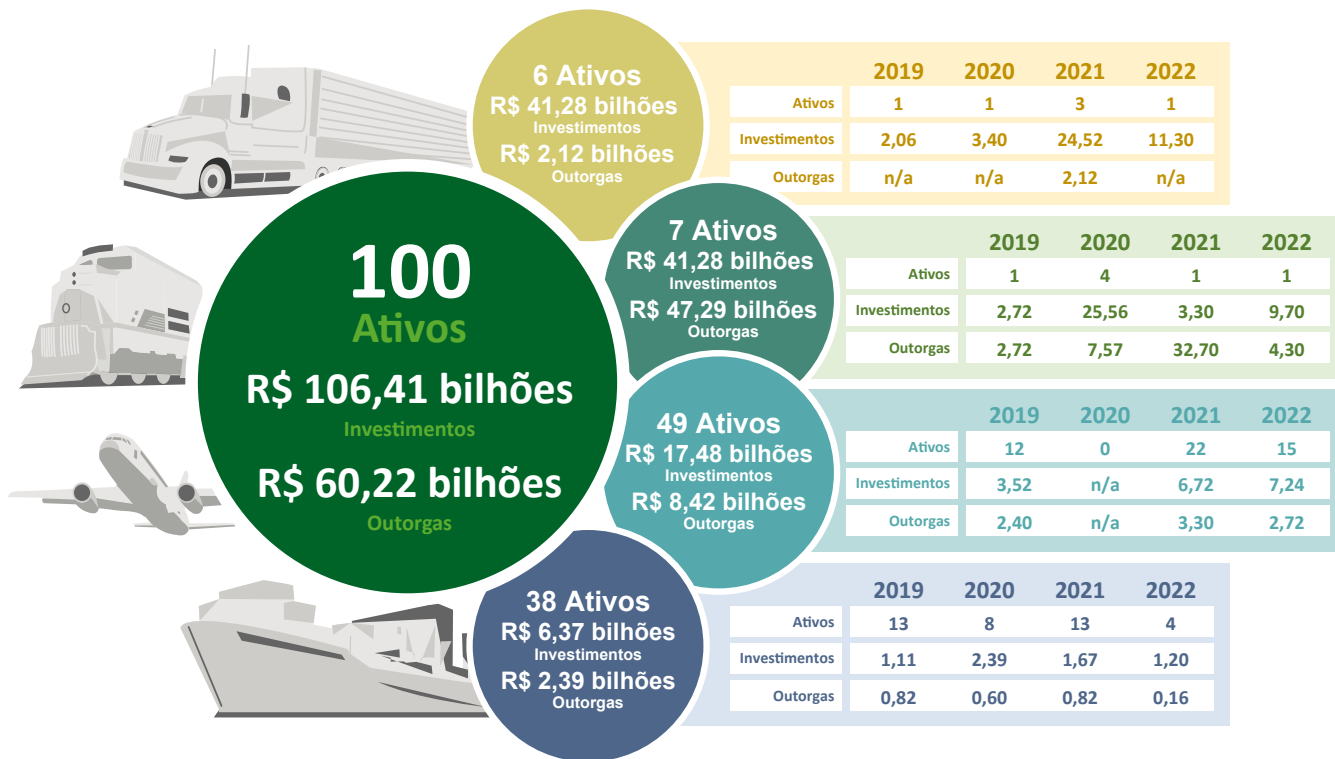
Entregas de 2019 a 2022



Fonte: Dados consolidados por Subsecretaria de Fomento e Planejamento/MT



Parcerias de 2019 a 2022



Obs.: n/a = não aplicável.

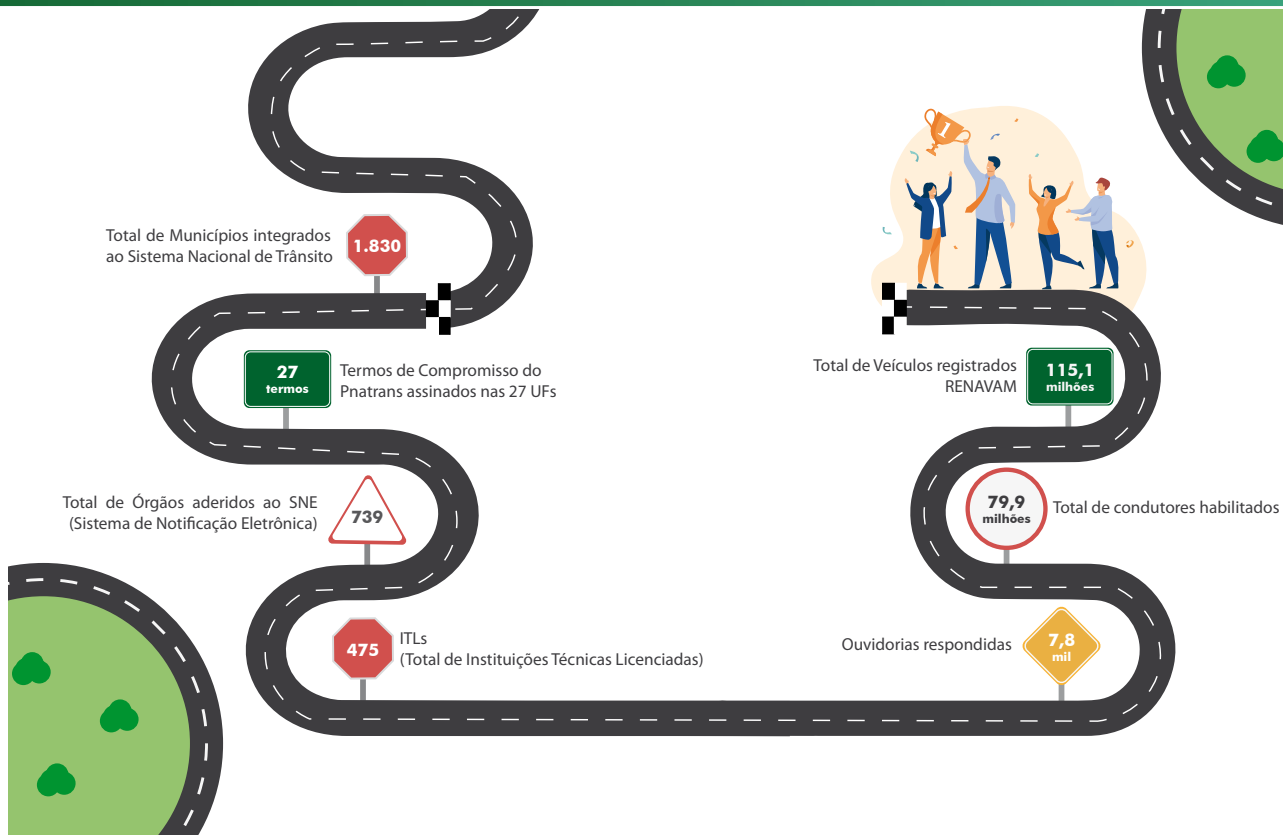
Fonte: Subsecretaria de Parcerias/MT

Trânsito de 2019 a 2022

Balanco 2019-2022



Ministério dos Transportes



Fonte: Secretaria Nacional de Trânsito/MT

Fomento e Incentivos de 2019 a 2022

Debêntures

R\$ 120,95 bilhões
CAPEX dos projetos aprovados

R\$ 62,44 bilhões
Valor previsto para emissão

R\$ 29,84 bilhões
Volume emitido

57 Emissões



REIDI

R\$ 96,97 bilhões
Investimentos previstos

R\$ 5,48 bilhões
Desoneração projetada



CIDE - Combustíveis

R\$ 1,99 bilhão
Transferências aos Estados e DF



FNAC

R\$ 487,4 milhões
Destinado ao FNAC pela LOA
(Dotação Atualizada)

R\$ 191,4 milhões
Despesas Pagas

R\$ 319,0 milhões
Restos a Pagar (RAP)



FUNSET

Arrecadação: **R\$ 2,30 bilhões**
Orçamento aprovado: **R\$ 370,0 milhões**
Execução: **R\$ 336,0 milhões**

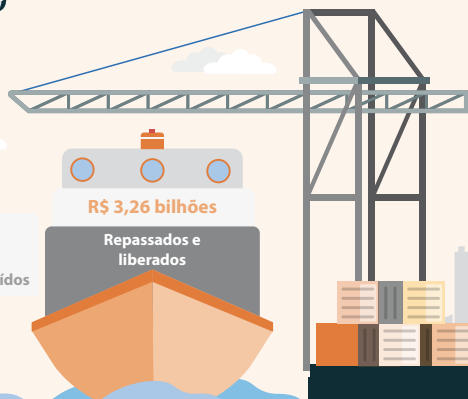


FMM

300
Projetos concluídos

R\$ 3,26 bilhões

Repassados e
liberados



Fonte: Subsecretaria de Fomento e Planejamento/MT, Secretaria Nacional de Transportes Rodoviário/MT e Secretaria Nacional de Trânsito/MT

Integridade Pública 2019-2022

4 Planos de Integridade



Veiculação de 8 campanhas sobre Integridade Pública



Desenvolvimento e veiculação de 6 vídeos sobre Conduta Ética e Integridade Pública



Veiculação de 38 boletins quinzenais sobre Integridade Pública

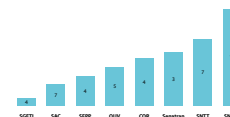


Gestão de riscos 2019-2022



Aprovado pela Resolução CEG nº 2/2021

Oficinas - Capacitação dos Gestores



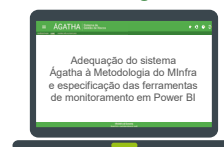
Oficinas realizadas

Os gestores capacitados na metodologia se tornaram multiplicadores em sua área para a gestão de risco nos demais processos de trabalho.

Criação de Painéis BI analíticos – Nível Operacional

Para o nível operacional foram desenvolvidos painéis, mais detalhados, em Power BI para uma melhor análise dos riscos nos diversos processos de trabalho.

Sistema Ágatha

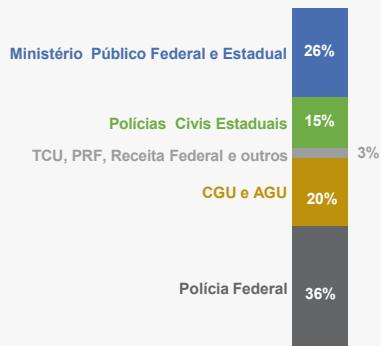


Radar Anticorrupção de 2019 a 2022

Encaminhamento de denúncias

856 denúncias

apuradas, encaminhadas às seguintes instituições



Denúncias encaminhadas à PF motivaram as Operações

OPERAÇÃO ÍNDIA
2020 - INFRAERO

OPERAÇÃO GRAVAME
2021 - SENATRAN

OPERAÇÃO DAIA
2021 - DNIT

OPERAÇÃO FREEWARE
2021 - CDRJ

OPERAÇÃO LIVRE FLUXO
2022 - ANTT



Inscrições

**SELO Fomento
Infra + Integridade**

Premiação de

12 empresas

GUIAS DE INTEGRIDADE



Supervisões ministeriais realizadas

- ✓ INFRAERO
- ✓ CDRJ
- ✓ SPA
- ✓ CDC
- ✓ CDP
- ✓ CODEBA
- ✓ CODERN
- ✓ ANTT
- ✓ DNIT
- ✓ EPL
- ✓ VALEC



1.746

Análises de Integridade

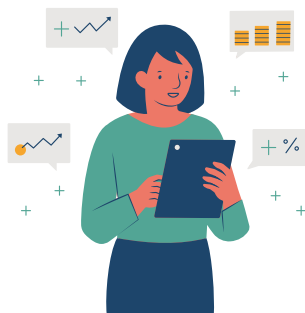
Ouvidoria de 2019 a 2022



51.449
Número de atendimentos realizados

Índice geral de satisfação dos serviços do MInfra
(escala 1 a 5)

1º ciclo 2020: 3,89
2º ciclo 2020: 3,52
3º ciclo (2/2021): 4,15
4º ciclo: 3,64



208
Consultas públicas
39.236
Contribuições



8 reuniões
Comitê Técnico de Ouvidorias - CTO
6 reuniões
Comitê Técnico de Integridade - CTI
15 vinculadas
Supervisão Ministerial

Nível de relevância das ações
Expectativas sobre Infraestrutura
(escala 1 a 7)



2019	2020	2021
5,90	5,68	5,67



20 pesquisas
Plataforma "Opine Aqui"
1.000
contribuições

Estratégia, inovação e tecnologia de 2019 a 2022

2019

- 25 Entregas Estratégicas
- Aprovação do Plano de Transformação Digital
- Atualização Carta de Serviços
- Novo PDA 2020-2021
- Publicação PDTIC 2019-2022
- 1 RAE Realizada
- 10 Projetos Estratégicos Concluídos

2020

- 113 Entregas Estratégicas
- Reposicionamento da TI na Gestão Estratégica
- Digitalização de 100% dos serviços Minfra
- Novo contrato Unificado do SERPRO
- 1ª Digital Week Minfra
- 9 RAEs Realizadas
- 40 Projetos Estratégicos Concluídos
- 4 Painéis BI Produzidos
- 1 Data Mart Entregue
- Implantação do SEI MultiÓrgãos para as unidades vinculadas ao Minfra
- 38.359 Demandas de suporte ao usuário de TI atendidas

2021

- 488 Entregas Estratégicas
- Criação do novo modelo de relacionamento com o cliente
- Criação da nova Central de Serviços
- Novo PDA 2022-2023
- Aprovação novo Plano de Transformação Digital
- 2ª Digital Week Minfra
- 15 RAEs Realizadas
- 140 Reuniões de monitoramento da estratégia realizadas
- 152 Projetos Estratégicos Concluídos
- 26 Painéis BI Produzidos
- 3 Data Marts Entregues
- Implantação Data Lake
- 29.671 Demandas de suporte ao usuário de TI atendidas

2022

- 372 Entregas Estratégicas
- Criação do Comitê de Gestão Estratégica - CGE
- Criação do Comitê Setorial de Gestão Estratégica - COSEGE
- 13 RAEs Realizadas
- 220 Reuniões de monitoramento da estratégia
- 77 Projetos Estratégicos Concluídos
- 19 Painéis BI Produzidos
- 7 Data Marts Entregues
- Criação Catálogo de Dados
- Adoção do SUPER.GOV.BR
- 14.109 Demandas de suporte ao usuário de TI atendidas
- Lançamento do ambiente Lidera Infra
- 1ª Edição do Prêmio Lidera Infra
- Revisão do PEI
- Aprovação do Novo Mapa Estratégico 2023-2026
- Implantação do Escritório Digital do Minfra
- Novos Serviços de operação e atendimento aos usuários
- Modernização dos ambientes de videoconferência do Minfra

Fonte: Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação/MT

Sustentabilidade de 2019 a 2022



2019

- Assinatura de Memorando de Entendimento com a Agência de Cooperação Alemã - GIZ
- Assinatura de Memorando de Entendimento com a Climate Bonds Initiative
- IDA 2018

2021

- Desburocratização e novos normativos
- Oficina virtual sobre planejamento, obras e segurança da navegação em hidrovias
- Webinar sobre overflow em dragagens
- Via Viva 2021
- IDA 2020
- Projeto “Impactos e Riscos da Mudança do Clima nos Portos Públicos Costeiros Brasileiros”
- Apoio em projetos de concessão
- Programa de Novas Concessões Ferroviárias - Pré-certificação de Green Bonds (CBI)
- Compromisso do setor com contribuições no documento do Brasil, apresentado na COP 26 da UNFCCC: Diretrizes para uma Estratégia Nacional para Neutralidade Climática.

2020

- Diretrizes de Sustentabilidade do Mlnfra
- Agenda de Sustentabilidade do Mlnfra 2020-2022
- Normativo de licenciamento ambiental – Profas
- Via Viva 2020
- IDA 2019
- Curso Mudança do Clima e Gestão de Risco Climático na Escola Virtual de Governo (EV.G)
- Oficina Riscos Climáticos e Adaptação

2022

- Parcerias institucionais: ITF, PNME e Nota Conceitual da Climate Bonds Initiative
- Acordo de Cooperação Técnica IAU/USP e Mlnfra
- Projeto Adaptavias
- Via Viva 2022
- IDA 2021
- Curso de Licenciamento Ambiental Federal de Empreendimentos de Infraestrutura
- Manual PD&I
- Curso Resiliência Climática na Infraestrutura de Transportes na Escola Virtual de Governo (EV.G)
- Webinar Diálogos Interdisciplinares
- Apoio em projetos de concessão

- Termo de Referência para EIA/RIMA de
- Portos
- Plano Básico Ambiental do Componente Indígena
- Guia Orientador de Licenciamento Ambiental de Portos
- Programa Rodoviário BR Verde e Programa Mlnfra IDEAL
- Parceria BID – Projeto de Descarbonização: Mudança Modal para Transporte de Carga e Passageiros Zero Carbono no Brasil” – BR-T1505.
- Agenda de Sustentabilidade Mlnfra 2023 - 2026

Agradecimentos

Agradecimento ao suporte técnico dos órgãos e seus colaboradores.

Ministério dos Transportes

Gabinete do Ministro
Secretaria Executiva
Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário
Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário
Secretaria Nacional de Trânsito
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Subsecretaria de Parcerias
Subsecretaria de Fomento e Planejamento
Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação
Subsecretaria de Sustentabilidade
Assessoria Especial de Controle Interno
Ouvidoria

Ministério de Portos e Aeroportos

Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários
Secretaria Nacional de Aviação Civil

Colaboradores

Adriana de Andrade Borgognoni; Alessandro Rodrigues de Lemos Paula Marques; Alexandre Euzébio de Moraes; Álvaro Simões da Conceição Neto; Anderson da Costa Mello; Anderson Santos Bellas; André Luis Ludolfo da Silva; Andreia Paiva Fagundes; Antonio Afonso da Silva; Antônio Marcos Ferreira de Oliveira; Augusto Maran Lins Gomes; Bruna Denise Lemes de Arruda Santoyo; Bruna Roncel de Oliveira; Bruno Picinin Fernandez; Carlos Eduardo Gomes Souza; Ciro Marques Arruda; Cláudia Regina Schoueri Colaço; Constantino Alves do Nascimento Júnior; Daniel Meireles Tristão; Daniel Ramos Longo; Dino Antunes Dias Batista; Edigar Junio da Silva Martins; Ednilson Oliveira Ferreira; Eduardo Henn Bernardi; Eduardo Rocha Praça; Eliete Ribeiro dos Santos; Emanuel Frota Fonteles; Eneas da Silva Ghiotto; Everton Correia do Carmo; Fabiano Gonçalves de Carvalho; Flavia Enedina Faray Melo; Francastoro das Neves Coelho; George Christian Linhares Bezerra; George Yun; Glauber Carvalho Cruz; Goldwin Zimmermann; Guilherme Afonso; Heloísa Spazapan da Silva; Herta de Souza Rolim; Jaqueline Neves Ribeiro; Juliana da Silva Castro Nunes; Juliana Lopes Nunes; Júlio César de Souza Dias; Keiser Silva Costa; Leandro Augusto Santos Bernardino; Lucas Sampaio Gontijo; Luis Felliipe Arrussul de Melo; Marcel Cabral Costa; Marcela Tetzner Laiz; Maria de Lara Moutta Calado de Oliveira; Mariana Bittencourt Apene; Mariana Campos Porto; Mayara Kalyne dos Reis Mendes; Patricia Theodorovski Garbin Castanha; Patrício Piaui Magalhães Silva; Rafael Inácio Marques Veloso Lemes; Rafaela Helcias Cortes Soares; Roberto Omena Barbosa da Silva; Rosana Daher Van Der Broocke; Rubem Oliveira de Paula; Sean Bittencourt Lacerda; Sérgio Ricardo Lemos de Alcântara; Shariisse de Almeida Teixeira Monteiro; Tito Lívio Pereira Queiroz e Silva; Urbano Lopes Sousa Netto; Vicente Correia Lima Neto; Wagner Alessandro Ferreira; Wagner Lima de Oliveira.



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES





BOLETIM ANUAL DOS INDICADORES DO **PROCROFE**

BR-050/MG - PONTE RIO ARAGUARI



3ª EDIÇÃO

SETEMBRO DE 2023



JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO

Ministro dos Transportes

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO

Secretário-Executivo

VIVIANE ESSE

Secretária Nacional de Transporte Rodoviário

FERNANDA DE GODOY PENTEADO

Diretora do Departamento de Outorgas Rodoviárias

ANDERSON SANTOS BELLAS

Coordenador-Geral de Concessões Rodoviárias

Colaboradores Técnicos:

CLONILLO MOREIRA SINDEAUX DE OLIVEIRA FILHO

CONSTANTINO ALVES DO NASCIMENTO JÚNIOR

EDNILSON OLIVEIRA FERREIRA

JORGE AUGUSTO DA CONCEIÇÃO

LEONARDO JOSÉ GUIMARÃES RABELO

MICAELA DE MACEDO BORGES

NATHALIA LIMA RABELO

RÁVILA LOYANI GOMES DE AGUIAR

SOBRE O BOLETIM

O Boletim Anual dos Indicadores do PROCROFE é resultado da análise dos indicadores desenvolvidos pelo Ministério dos Transportes para o acompanhamento do Programa de Concessões de Rodovias Federais - PROCROFE.

Esta publicação se baseia nas disposições expressas no Manual dos Indicadores do PROCROFE, disponibilizado [no site do Ministério dos Transportes](#).

Os resultados foram consolidados por etapa de concessão. Cada uma das 4 (quatro) etapas do Programa engloba contratos contemporâneos, que possuem características e modelos regulatórios semelhantes.

Os dados utilizados para o cômputo dos indicadores foram coletados em fontes oficiais publicadas por diversas instituições, tais como a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, a Polícia Rodoviária Federal - PRF, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com a publicação do presente Boletim, espera-se demonstrar se a política pública de concessões de rodovias federais tem contribuído para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério dos Transportes além de oportunizar à sociedade conhecer melhor o PROCROFE, seus resultados e expectativas futuras.

Por se tratar de um material em contínuo aperfeiçoamento, eventuais contribuições ou sugestões para as próximas versões são bem-vindas.



Trevo Xapetuba Ecovias do Cerrado - BR-365

RODOVIAS DO PROCROFE



LEGENDAS

1ª ETAPA:

- CONCER (BR-040/MG/RJ)
- ECOSUL (BR-116/392/RS)

3ª ETAPA:

- CONCEBRA (BR-060/153/262/DF/GO/MG)
- Rota do Oeste (BR-163/MT)
- ECO 050 (BR-050/GO/MG)
- ECO 101 (BR-101/ES/BA)
- ECOPONTE (BR-101/RJ)
- MS Via (BR-163/MS)
- Via 040 (BR-040/DF/GO/MG)

2ª ETAPA:

- Autopista Fernão Dias (BR-381/MG/SP)
- Autopista Fluminense (BR-101/RJ)
- Autopista Litoral Sul (BR-116/376/PR - BR-101/SC)
- Autopista Planalto Sul (BR-116/PR/SC)
- Autopista Régis Bittencourt (BR-116/SP/PR)
- Rodovia do Aço (BR-393/RJ)
- TRANSBRASILIANA (BR-153/SP)
- Via Bahia (BR-116/324/BA - BA-526/528)

4ª ETAPA:

- CCR RIO - SP (BR-101/116/RJ/SP)
- EcoVias do Araguaia (BR-080/153/414/GO/TO)
- EcoVias do Cerrado (BR-364/365/MG/GO)
- EcoRioMinas (BR 116/465/493/MG/RJ)
- VIA BRASIL BR163 (BR-163/230/MT/PA)
- Via Costeira (BR-101/SC)
- Via Sul (BR-101/290/386/448/RS)

- 01** **SEGURANÇA VIÁRIA**, Página 06
- 02** **QUALIDADE DO PAVIMENTO**, Página 07
- 03** **SATISFAÇÃO DO USUÁRIO**, Página 08
- 04** **TARIFAS DE PEDÁGIO**, Página 09
- 05** **PIB PER CAPITA**, Página 10
- 06** **PARTICIPAÇÃO PRIVADA**, Página 11
- 07** **SUSTENTABILIDADE**, Página 12
- 08** **ROUBO E FURTO DE CARGAS**, Página 13
- 09** **VELOCIDADE MÉDIA**, Página 14

01 SEGURANÇA VIÁRIA

DESCRIÇÃO



O Indicador de Segurança Viária (ISV) permite avaliar o impacto dos serviços e investimentos realizados pelas concessionárias na preservação de vidas ao longo do período contratual. Ele estabelece uma correlação entre a quantidade de vítimas fatais, a extensão rodoviária concedida (por 1.000 km) e a quantidade de veículos pagantes (por 1.000.000 de veículos) ao longo dos anos.

$$ISV = \frac{\sum \text{núm. de óbitos (un.)}}{\sum \text{ext. concedida (1000 km)} \times \sum \text{núm. veículos (milhões)}}$$

POLARIDADE: menor-melhor

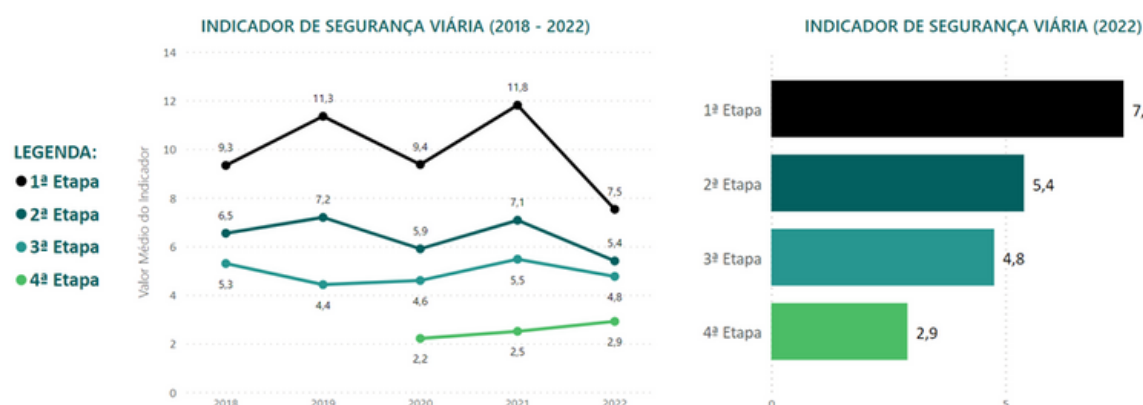
META: Redução anual de 5 pontos percentuais a partir de 2018 (baseado no que dispõe o PNATTRANS).
Redução de 50% até 2028.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS

"Promover a segurança dos usuários das vias e dos bens transportados"

RESULTADOS

Apesar do indicador ser normalizado em relação ao número de veículos que utilizam as rodovias, é observado que ele apresenta valores mais altos nos contratos mais antigos, nos quais há um maior volume de tráfego. Portanto, pode-se inferir que quanto pior for o nível de serviço da rodovia, ou seja, quanto maior for a densidade de veículos, maior será a probabilidade de ocorrência de acidentes. Isso explica a redução do valor do indicador à medida que avançamos das etapas mais antigas para as mais recentes. Tal afirmação se fortalece pelo fato das Concessionárias da 3ª e 4ª etapa do Procrofe estarem majoritariamente nas regiões Centro-Oeste e Sul, em rodovias com nível de serviço menor que a média das concessões da 1ª e 2ª etapa.



Ao analisar os gráficos, é perceptível que a 1ª e 2ª Etapas apresentam uma variação proporcional semelhante durante o período avaliado, demonstrando a característica semelhante desse grupo de contratos de concessão, qual seja: rodovias com grande quantidade de tráfego na região Sudeste do País.

Nota-se no primeiro gráfico que o ISV da 1ª etapa apresentou uma melhoria de aproximadamente 36%, de 11,8 (2021) para 7,5 (2022), resultado da redução geral do indicador e somado ao fato de ter ocorrido a retirada dos dados de acidentes de trechos rodoviários de duas concessões de rodovias federais na região sudeste.

Sobre as Concessionárias da 2ª Etapa, o ISV apresentou uma melhoria de aproximadamente 24%, de 7,1 (2021) para 5,4 (2022), refletindo a redução geral do indicador nas Concessionárias da região Sudeste do País.

As Concessionárias de Rodovias Federais da 3ª Etapa apresentaram uma variação do indicador menos acentuada, de aproximadamente 12%, de 5,5 (2021) para 4,8 no ano de 2022, demonstrando que nas rodovias da Região Centro Oeste ocorreu uma redução menos acentuada do indicador de acidentalidade nas rodovias, quando comparado às Concessões do Sudeste (1ª e 2ª Etapas).

Verifica-se no primeiro gráfico a excessiva redução do indicador em 2020 quando comparado aos demais anos, fato que decorreu principalmente devido às recomendações de isolamento social para o combate à pandemia de Covid-19. Nesse cenário, o aumento demonstrado em 2021 pode ser justificado, principalmente, pelo retorno dos veículos leves às vias após relaxamento das restrições impostas pela pandemia de Covid-19.

Em 2022, ocorreu uma redução geral no valor do indicador, com exceção da 4ª Etapa, que apresentou uma piora do ISV variando de 2,2 (2021) para 2,9 (2022). Entendemos que a piora não significa efetivamente que ocorreu uma degradação nos indicadores de acidentes nos referidos trechos concedidos, visto se tratar de etapa que no ano de 2022 aumentou sua malha rodoviária proveniente de rodovias federais concedidas da 1ª Etapa, como a BR-116/RJ/SP que apresenta elevado nível de serviço e de acidentalidade. Essa situação impossibilita uma avaliação precisa do indicador e dos ganhos relacionados à segurança viária decorrente.

Apesar da melhora geral do indicador, é recomendável que o Governo Federal e demais Entes Federativos permaneçam com ações de educação que visem à redução de mortes no trânsito, tais como: "Maio Amarelo"; "Semana Nacional de Trânsito"; trabalhos pautados no aprimoramento da segurança veicular; da engenharia de tráfego e na modernização das rodovias.

Nesse sentido, o Governo Federal tem desenvolvido atividades com o objetivo de aprimorar os instrumentos de Política Pública de Transportes, que visa à promoção de novos investimentos nas rodovias federais concedidas, o que proporcionará a implementação de obras de segurança viária nas rodovias, trazendo grande impacto na redução da quantidade de acidentes nos próximos anos nas rodovias concedidas.

02 QUALIDADE DO PAVIMENTO

DESCRIÇÃO



O Indicador de Qualidade de Pavimento (IQP) compara a regularidade da superfície dos pavimentos dos trechos rodoviários federais concedidos com os não-concedidos mediante a verificação do Índice Internacional de Regularidade ou IRI – “International Roughness Index”.

$$IQP = \frac{IRI_m}{IRI_{esp}} \times 100\%$$

POLARIDADE: menor-melhor

META: IRI médio das rodovias concedidas $\leq 90\%$ do IRI médio das rodovias não-concedidas, bem como o IRI médio levantado na malha concedida seja $\leq 90\%$ do valor médio esperado.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS

“Priorizar a manutenção, restauração, sinalização e operação das rodovias federais”

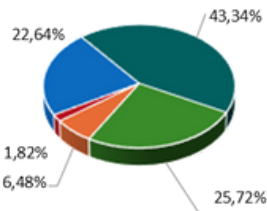
“Assegurar a qualidade da infraestrutura de transportes”

RESULTADOS

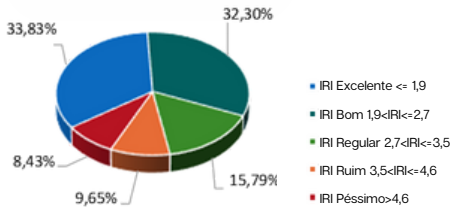
Para o cômputo desse indicador foram utilizados os levantamentos mais recentes disponibilizados pela ANTT, os quais foram realizados em 2022 junto às seguintes concessionárias: Autopista Fernão Dias, Autopista Fluminense, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul, Autopista Régis Bitencourt, Concebra, Concer, CRT, Eco050, EcoPonte, Ecosul, Ecovias do Cerrado, Rodovia do Aço, Rota do Oeste, RioSP, Transbrasiliana, Via040, Via Brasil, Via Costeira, Via Sul.

Para o cálculo do indicador das rodovias federais não concedidas foram utilizados os levantamentos mais recentes disponibilizados pelo DNIT, também realizados durante o ano de 2022.

IRI RODOVIAS CONCEDIDAS

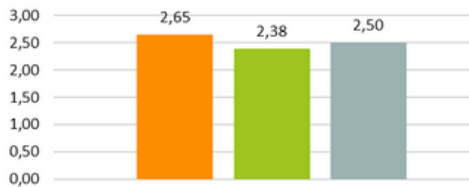


IRI RODOVIAS NÃO CONCEDIDAS



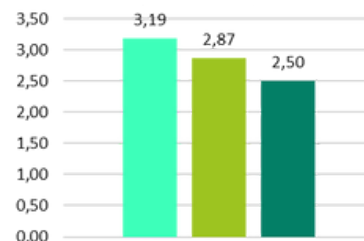
- IRI Excelente $\leq 1,9$
- IRI Bom $1,9 < IRI \leq 2,7$
- IRI Regular $2,7 < IRI \leq 3,5$
- IRI Ruim $3,5 < IRI \leq 4,6$
- IRI Péssimo $> 4,6$

IRI MÉDIO (PROCROFE VS RODOVIAS NÃO CONCEDIDAS)



■ IRI médio Não concedidas (m/km) ■ Meta IQP (m/km) ■ IRI Médio Concedidas (m/km)

IRI MÉDIO OBSERVADO VS IRI MÁXIMO ESPERADO (PROCROFE)



■ IRI Máximo esperado ■ Meta IQP ■ IRI Médio Observado

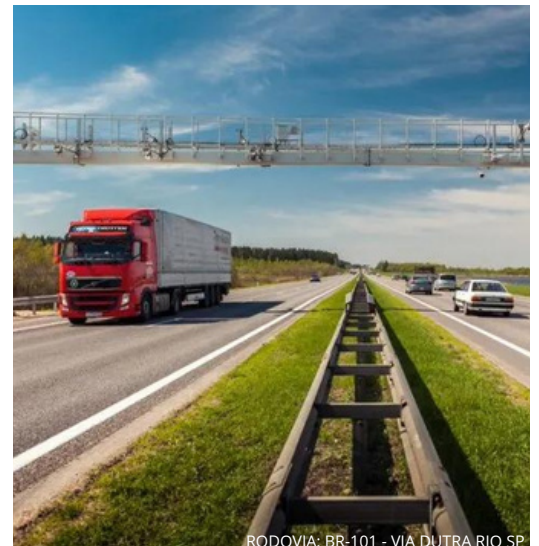
Observa-se que o IRI médio encontrado nos trechos rodoviários concedidos corresponde a 94,34% da irregularidade medida nos trechos não concedidos, o que demonstra que, a exemplo do ocorrido nos anos anteriores, as concessões federais avaliadas se mantiveram próximas, mas aquém da meta estabelecida de obter o IRI médio abaixo de 90% quando comparada com as rodovias não-concedidas.

Em relação ao índice IRI máximo esperado nos contratos, que remete à média dos índices máximos tolerados para o ano vigente de cada contrato de concessão, verifica-se que o IRI médio observado nas concessões superou a meta esperada de no máximo 90%. Isso demonstra que, na média, os segmentos rodoviários concedidos estão atendendo em sua maioria ao parâmetro de desempenho exigido nos contratos. O IQP das rodovias concedidas apresentou o valor de 78,37%, atendendo a meta estipulada do indicador.

Outro fato que merece destaque é que os trechos com pavimento em más condições funcionais (IRI ruim ou péssimo) foi 54% menor nas rodovias do PROCROFE, quando comparadas aos trechos concedidos, indicando maior conforto de rolamento aos usuários que pagam tarifa de pedágio.

Vale lembrar que o valor do IRI máximo esperado de 2022 está superior ao de 2021, face à entrada de novas concessões no Programa – Ecovias do Araguaia, RioSP e Via Brasil – bem como pela flexibilização de critérios para as Concessionárias que estão em relicitação – Via 040, Concebra e MS Via, reduzindo a qualidade esperada do IRI no programa de concessões.

Por fim, espera-se que os recursos investidos pelas novas concessionárias (4ª Etapa) e no âmbito do TAC da CRO, contemple a recuperação do pavimento, melhorando significativamente a qualidade do pavimento e a segurança viária, resultando em menores custos logísticos dos bens transportados, face à redução dos tempos de viagem e dos gastos com manutenção veicular e consumo de combustível pelos usuários.



RODOVIA: BR-101 - VIA DUTRA RIO SP

03 SATISFAÇÃO DO USUÁRIO

DESCRIÇÃO



O indicador correlaciona a quantidade de reclamações recebidas anualmente pelos canais de ouvidoria da ANTT e a quantidade de veículos (em milhões) que circulam nas praças de pedágio de cada concessão.

ISU = $\frac{\text{reclamações na ANTT no ano}}{\text{milhões de veículos pagantes}}$

POLARIDADE: menor-melhor

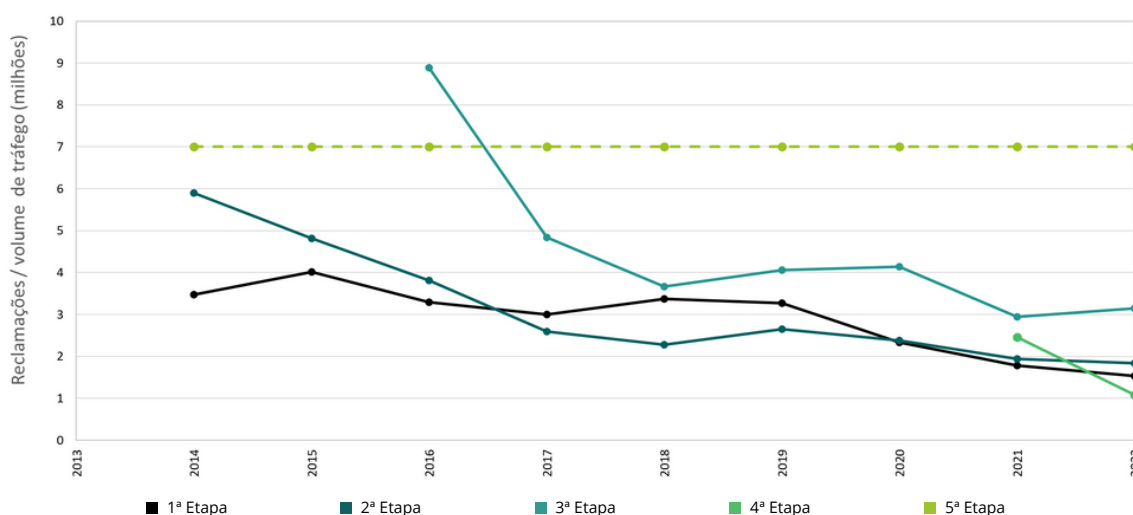
META: ISU ≤ 7 para a média aritmética dos resultados encontrados para cada concessão

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS

"Melhorar o nível dos serviços de transportes"
"Aperfeiçoar continuamente o modelo de concessão rodoviária, considerando a expectativa dos usuários e da iniciativa privada"

RESULTADOS

EVOLUÇÃO ANUAL DO ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (ISU) POR ETAPA DE CONCESSÃO

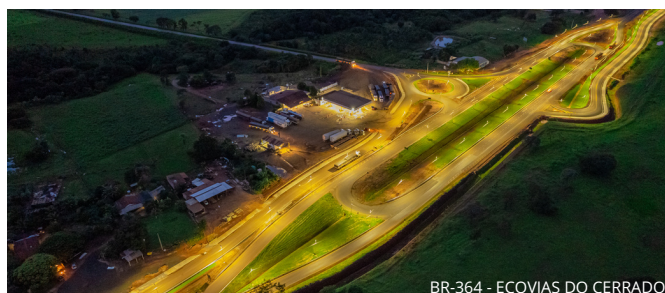


O indicador apresentado não avalia o conteúdo das reclamações protocoladas pelos usuários, sendo uma avaliação quantitativa dos dados coletados pela ANTT. Entende-se que os fatores preponderantes para o desempenho das concessões quanto à satisfação dos usuários, sejam a variação nas tarifas de pedágio praticadas, o índice de execução das obras de ampliação de capacidade previstas nos contratos, o estado geral de conservação das rodovias e o nível de impacto das intervenções feitas pelas concessionárias na fluidez do tráfego.

O cenário da série histórica 2014-2022, demonstra que a 3ª etapa de concessões apresenta desempenho inferior às demais. O fato é devido às diversas concessionárias que apresentaram baixos níveis de cumprimento das obrigações contratuais, resultando em 4 trechos concedidos que estão atualmente em processo de relicitação. A expectativa frustrada dos usuários dessas rodovias contribui para níveis mais elevados de insatisfação, somada à elevação das tarifas de pedágio decorrentes do processo de relicitação.

Além de as quatro etapas de concessões avaliadas terem se mantido dentro da meta estipulada (abaixo de 7), como ocorre a cada ano desde 2017, destaca-se que 2022 foi o ano de melhor desempenho deste indicador ao longo de toda a série histórica, tanto no combinado das quatro etapas de concessões (ISU = 1,97) quanto para as etapas 1ª, 2ª e 4ª consideradas individualmente (ISU respectivamente = 1,53; 1,83 e 1,08). Destaque ainda mais enfático merece o desempenho da 4ª Etapa, que conseguiu sair da 3ª posição (2021)* para a posição de melhor índice já em seu segundo ano (2022) integrando a série histórica, considerando todas as etapas e todos os anos do levantamento.

Considera-se esse excelente desempenho da 4ª Etapa de concessões como um importante indicativo de que a Política Pública de concessões de rodovias federais desenvolvida a nível ministerial, juntamente com o constante aprimoramento da modelagem regulatória pela agência reguladora, caminham na direção de oferecer uma infraestrutura rodoviária cada vez mais aderente às expectativas da sociedade.



BR-364 - ECOVIAS DO CERRADO

*No Boletim/2022, percebe-se um ajuste na base de dados da ANTT referente ao volume de tráfego. Efetuou-se a adequação retroativamente aos índices dos anos anteriores, o que, no geral, provocou alterações mínimas nas curvas de cada Etapa – sem comprometer o histórico das análises – e alterou para melhor os índices de 2021 da 1ª, 2ª e 3ª etapas (respectivamente de 1,93 para 1,53; de 2,11 para 1,83 e de 3,25 para 3,15) e para pior o índice da 4ª etapa (de 1,98 para 2,46).

04 TARIFAS DE PEDÁGIO

DESCRIÇÃO



O Indicador de Tarifa de Pedágio Quilométrica (ITPQ) permite comparar a variação da Tarifa de Pedágio Quilométrica (TPQ) com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no período

$$TPQ = \frac{\text{Tarifas nas praças de pedágio de veículo leve}}{\text{Extensão contratual da rodovia (km)}}$$

$$ITPQ = \frac{\Delta TPQm}{\Delta IPCA}$$

META: Não há meta estipulada para este indicador.

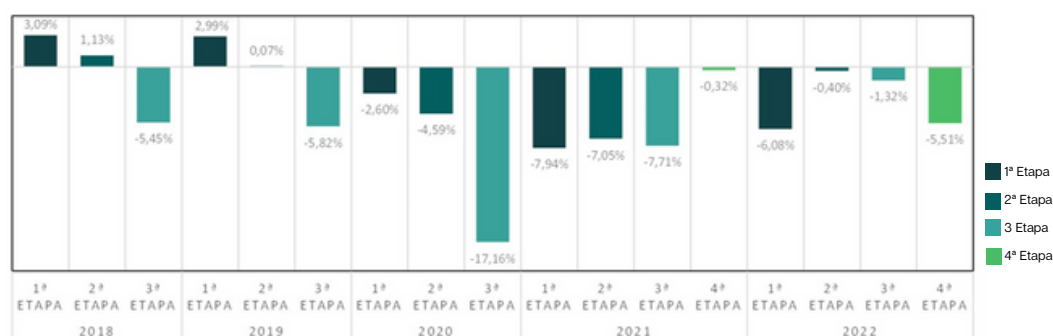
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS

“Acompanhar e monitorar, de modo efetivo, os serviços de transporte prestados à sociedade”

“Aperfeiçoar continuamente o modelo de concessão rodoviária, considerando a expectativa dos usuários e da iniciativa privada”

RESULTADOS

VALORES DO INDICADOR SOBRE O IPCA



O gráfico deste indicador permite comparar a variação anual da tarifa de pedágio quilométrica com a variação anual do índice de preço ao consumidor do grupo de concessões da 1ª a 4ª etapas do PROCROFE, considerando os períodos do anual de 2018 até o período anual de 2022.

Outro ponto a ser considerado é que foram utilizados como regra os valores de tarifa calculados e aprovados pela ANTT, de forma que eventuais diferenças decorrentes de decisões judiciais em algumas concessionárias foram desconsideradas do cálculo.

Observa-se em 2022 que as concessões da 1ª e 4ª etapas de concessão apresentaram na comparação do ano de 2021 – 2022, variação tarifária abaixo da inflação do período analisado. Destacamos que a 2ª etapa de concessões apresenta variação praticamente idêntica à variação da inflação no período, semelhante ao indicador da 3ª etapa de concessão que apresentou variação negativa próximo de 1%.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, por meio dos instrumentos regulatórios, busca garantir o cumprimento das cláusulas contratuais que estabelecem o reequilíbrio econômico-financeiro das concessões em função das inexecuções contratuais verificadas, representadas no contrato pelo fator D, que pode impactar na tarifa de pedágio avaliada das 3ª e 4ª etapas.

Ressalta-se que a variação média de -6,08% entre a variação da tarifa de pedágio e a variação do IPCA na primeira etapa, foi impactada pelo congelamento da tarifa da Ecosul em processo de Tomada de Contas do TCU, bem como pela manutenção da tarifa de pedágio da Concer no período avaliado.

A diferença média de -5,51% entre a variação da tarifa de pedágio e a variação do IPCA, para a quarta etapa, se deu principalmente em razão da aplicação pela ANTT de cláusulas contratuais que reduzem a tarifa de pedágio em razão de descumprimentos de obrigações de implantação de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Neste ano de 2023, está previsto o encerramento de mais um contrato de concessão da 1ª etapa, ficando em vigência somente um contrato de concessão da 1ª etapa - Ecosul. Tal fato deve influenciar o resultado da 4ª etapa para o próximo ano.

Outro aspecto que deve impactar razoavelmente o Indicador de Tarifas de Pedágio da segunda e terceira etapa é a possibilidade de aprovação de novos investimentos no contrato em razão de medidas de segurança viária em andamento na União.



RODOVIA: BR-101 - VIA DUTRA RIO SP

05 PIB PER CAPITA

DESCRIÇÃO



O Indicador é uma ferramenta que acompanha o crescimento anual do PIB com base em publicações do IBGE, objetivando destacar sua taxa de crescimento em municípios abrangidos por concessões rodoviárias, comparando-a à média nacional.

PIB Per Capita = PIB do Município / População

POLARIDADE: maior-melhor

META: não há uma meta estipulada para este indicador.

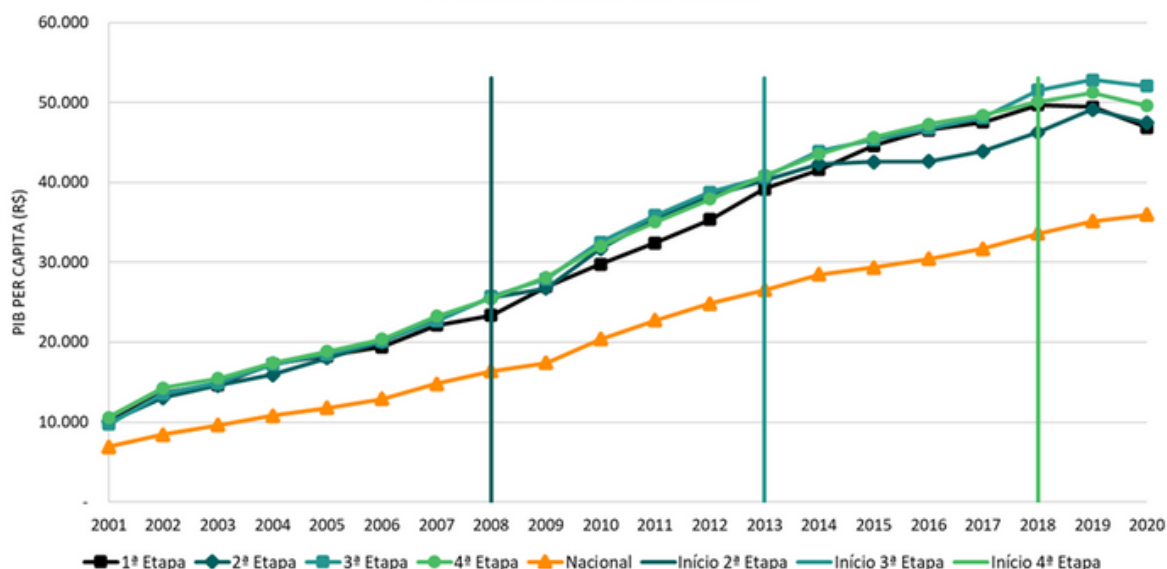
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS

"Melhorar a competitividade da infraestrutura logística nacional"

"Considerar, nos projetos rodoviários, os impactos socioeconômicos da não implantação e da não adequação da infraestrutura"

RESULTADOS

INDICADOR PIB PER CAPITA (IPP)



Na atualização do IPP foram excluídas as Concessionárias CRT e NOVADUTRA, por terem sido encerradas. Por outro lado, foram adicionadas as informações referentes às concessionárias RIO SP, ECO RIO-MINAS, VIA BRASIL e VIA COSTEIRA, por terem iniciado a exploração da concessão. Da mesma forma, foram adicionados os dados referentes ao ano de 2020 na série histórica, ampliando assim seu espectro de observação.

Diante destas alterações, a 4ª Etapa deixou de ser a que possui a menor média dentre todas as Etapas do PROCROFE, sendo agora disputado entre a primeira e a segunda etapas. No entanto, continuam possuindo em média IPP maior que a média nacional, embora algumas concessões individualmente persistam abaixo desta linha comparativa.

Conforme preconizado na edição anterior deste Boletim, é nítida a tendência de queda do índice no ano de 2020 em todas as etapas do PROCROFE, em relação ao ano anterior, fruto da incidência dos impactos econômicos provocados pelas medidas de isolamento social para o combate à pandemia de Covid-19. No entanto, nota-se que a média nacional manteve uma tendência de crescimento geral, embora em ritmo menos acelerado.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Desta forma, para o ano de 2021, uma vez que o mesmo ainda se encontrava sob tais medidas, espera-se que a tendência de queda persista para todas as etapas, embora em menor ritmo, uma vez que nesse ano se começou a abrandar as medidas de combate à Covid-19 em virtude do sucesso da adesão da população às campanhas de vacinação contra esta doença.



RODOVIA: BR-101 - VIA DUTRA RIO SP

06 PARTICIPAÇÃO PRIVADA

DESCRIÇÃO



O indicador mensura, por meio da análise dos demonstrativos financeiros anuais das concessionárias, a participação privada no setor de infraestrutura rodoviária, relacionando a soma do custo operacional e de investimento com a extensão concedida.

$$IPPI = \frac{\sum \text{Valor total de investimentos}}{\sum \text{Extensão do trecho concedido (km)}}$$

POLARIDADE: maior-melhor

META: não há meta estipulada para este indicador.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS

Aperfeiçoar as medidas institucionais, legais e regulatórias com vistas ao aumento da participação da iniciativa privada nos projetos de infraestrutura
"Incrementar a participação privada no setor"

RESULTADOS

A participação financeira das concessionárias do PROCROFE no setor de obras e serviços em rodovias federais pode ser dividida em dois parâmetros distintos: investimentos e custos operacionais.

Os investimentos estão relacionados às obras de construção realizadas pelas concessionárias, como ampliações de capacidade, construção de novas passarelas e viadutos, bem como serviços de recuperação do pavimento e outros elementos da rodovia.

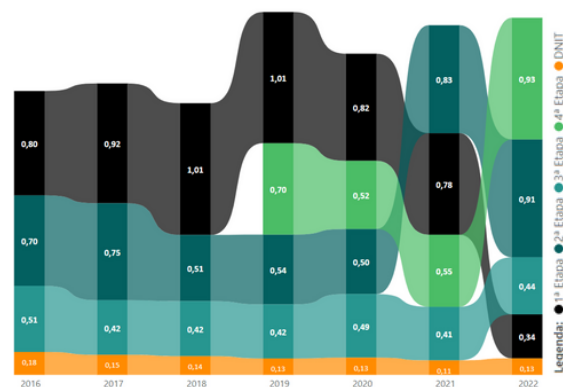
Já os custos operacionais se referem aos recursos alocados pelas empresas para a conservação da infraestrutura e para a operação da rodovia. Isso inclui serviços de atendimento médico e mecânico, bem como um monitoramento constante das pistas.

Informamos que neste boletim foram realizadas algumas correções, incluindo valores da CONCEPA nos anos de 2016 e 2017. Essas correções podem resultar em pequenas modificações no histórico de dados apresentado.

VALORES APLICADOS NAS RODOVIAS (BILHÕES DE REAIS)



VALORES APLICADOS POR EXTENSÃO DA RODOVIA (R\$ MILHÕES/KM)



Acima, segue um gráfico que demonstra o resultado do indicador para o período de 2016 a 2022, classificado por etapa. Ademais, também é informado o valor correspondente para as rodovias não concedidas.

Observa-se um notável aumento nos valores aplicados nos últimos anos, especialmente no que se refere ao investimento. Esse crescimento é justificado pelo início da quarta etapa e pela execução do contorno de Florianópolis, que atualmente é a maior obra rodoviária em execução no país.

O indicador de participação privada realiza uma ponderação entre o valor financeiro e a extensão das rodovias. Isso nos permite fazer comparações entre diferentes contratos e etapas do PROCROFE. Além disso, é possível verificar essa relação também em rodovias não concedidas, considerando os valores pagos pelo DNIT divididos pela extensão não concedida.

Verifica-se ao longo da série histórica retratada que as concessionárias têm dispendido anualmente mais recursos por quilômetro de rodovia em comparação com a União. Essa constatação permite concluir que, além de melhorar as condições de conforto e segurança nas estradas, o PROCROFE traz previsibilidade ao setor e garante a existência de recursos para investimento na infraestrutura rodoviária federal. Isso contribui diretamente para alcançar os objetivos estratégicos do Ministério dos Transportes.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Em 2022, foi observado um aumento considerável do indicador para a quarta e segunda etapa, o qual pode ser justificado pelos investimentos dos novos contratos de concessão e pelas obras do contorno de Florianópolis.

Essa tendência de crescimento tende a evoluir nos próximos anos em razão do incremento de novos contratos de concessão, associados ao início das grandes obras de ampliação de capacidade

07 SUSTENTABILIDADE

DESCRIÇÃO



O Indicador de Sustentabilidade (IS) tem o objetivo de verificar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental promovidos pelas concessionárias das rodovias federais concedidas, avaliando e estimulando boas práticas em gestão socioambiental, tendo como referência o Índice de Desempenho Ambiental (IDA), regido pela Portaria ANTT nº 376, de 18 de outubro de 2021.

$$IS = \bar{X}_{IDA}$$

POLARIDADE: maior-melhor

META: IS \geq 0,70 em cada ano

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS

"Assegurar a responsabilidade socioambiental"

"Considerar os aspectos socioambientais, econômicos, políticos e culturais no planejamento de transporte"

RESULTADOS

Inicialmente, cabe destacar que os resultados do IDA obtidos pelas concessionárias referem-se ao período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Nas primeiras edições do IDA, para os anos de 2020 e 2021, a metodologia de cálculo baseava-se na Portaria ANTT/SUOD Nº 396/2019. No entanto, após a identificação de ajustes necessários ao aprimoramento da metodologia, foi instituída a Portaria ANTT/SUOD Nº 376/2021 em substituição à Portaria Nº 396/2019.

Dessa forma, a edição da Portaria Nº 376/2021 permitiu um aprimoramento da avaliação do resultado do IDA, que passou a apresentar a pontuação na forma de porcentagem, permitindo o enquadramento das concessionárias em classes de acordo com os resultados, diferentemente da Portaria Nº 396/2019, que apresentava os resultados em números absolutos.

Esta metodologia está descrita no Anexo I da Portaria supracitada, nos seguintes termos:

$$(\sum i=1^c c / 33) \times 100$$

- Onde c = pontuação do critério (0 ou 1).

A partir do resultado em porcentagem, as concessionárias são distribuídas em 3 (três) classes de acordo com o resultado obtido, conforme a categorização abaixo:

- Classe A - Pontuação entre 80% e 100%;
- Classe B - Pontuação entre 60% e 80%;
- Classe C - Pontuação abaixo de 60%."

EVOLUÇÃO DO IDA				
Discriminação	2020	2021	2022	2023
Normativo	Portaria SUINF Nº 396/2019		Portaria SUINF Nº 376/2021	
Número de Concessionárias elegíveis por ano	18	19	21	22
Número de Concessionárias que aderiram ao IDA	6	15	18	19
Participação Percentual (%)	33%	79%	86%	86%
Pontuação Média no IDA	24,83	25,00	19,61	22,21
Indicador de Sustentabilidade	0,730	0,735	0,594	0,673

ETAPA	Quantidade de Concessionárias	Somatório dos Pontos	IS (%) 2023	IS (%) 2022
1ª Etapa	2	45	68,2	51,5
2ª Etapa	6	138	69,7	56,1
3ª Etapa	7	159	68,8	65,7
4ª Etapa	4	77	58,3	61,6
Total Geral	19	422	67,3	59,4

Observando a tabela de Evolução do IDA apresentada, pode-se elencar algumas observações. Para o ano de 2023, o número de concessionárias que aderiram ao IDA foi o maior da série histórica, superando o número do ano anterior (2022). Colocando-o em relação ao número de concessionária elegíveis, a participação percentual manteve-se em 86% - mesmo percentual de 2022.

Cabe ressaltar que a participação no indicador do IDA ocorre de forma voluntária por parte das concessionárias. Nesse contexto, consideramos uma adesão bastante significativa para o ano de 2023.

Quanto à pontuação média no IDA, as concessionárias tiveram desempenho em 2023 (22,21) superior a 2022 (19,61), o que acarretou aumento do Indicador de Sustentabilidade (IS) em relação ao ano anterior (0,673 contra 0,594). No entanto, apesar da melhora, o IS de 2023 ainda permanece levemente abaixo da meta (0,70), não conseguindo recuperar o patamar de 2020 e 2021.

Por último, observando o quadro de desempenho do IS por Etapas de Concessões e em comparação ao ano anterior (2022), observa-se que todas as Etapas antigas de concessão (1ª, 2ª e 3ª) obtiveram melhores IS em 2023 em comparação a 2022, e a melhora foi proporcional à antiguidade da Etapa. No caso da 4ª Etapa, esta foi a única que não conseguiu melhorar seu IS comparado ao ano anterior, ficando o IS de 2023 levemente abaixo de 2022, mas ainda assim em patamar semelhante. Observando esse desempenho por Etapas, podemos suspeitar que a antiguidade da Etapa de concessão é um fator que incide a favor da melhoria do Índice de Sustentabilidade, na medida em que o tempo de concessão contribui para o amadurecimento da Concessionária em atender, manter e aprimorar em seus serviços os requisitos de sustentabilidade ambiental – fator este que ainda não se mostra consolidado nas concessões da 4ª Etapa.

PERSPECTIVAS FUTURAS

O que se pode constatar com os resultados é o crescente aumento de concessionárias que tem aderido voluntariamente ao programa. Isso demonstra uma mudança de cultura na forma de inserir as questões ambientais na empresa. Assim, espera-se que todas as concessionárias adiram às boas práticas no âmbito da gestão socioambiental de suas rodovias.

08 ROUBO E FURTO DE CARGAS

DESCRIÇÃO



O indicador permite acompanhar a variação absoluta do número de ocorrências de roubo e furto de cargas nas rodovias federais concedidas, baseado nos registros fornecidos pela Polícia Rodoviária Federal (PRF).

IFR = Indicador de Furto e Roubo de Cargas e Veículos

POLARIDADE: menor-melhor

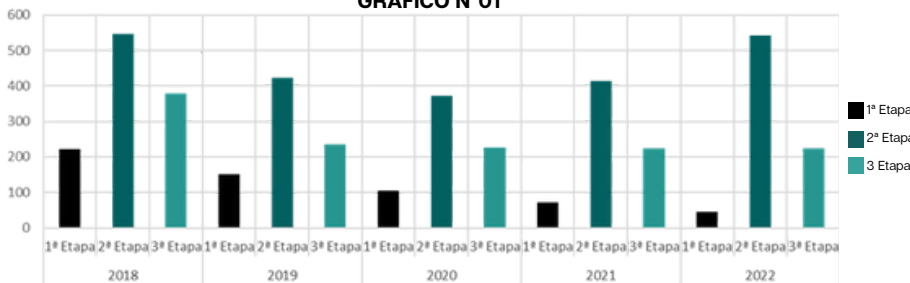
META: não há meta estabelecida para este indicador.

OBJETIVO ESTRATÉGICO RELACIONADO

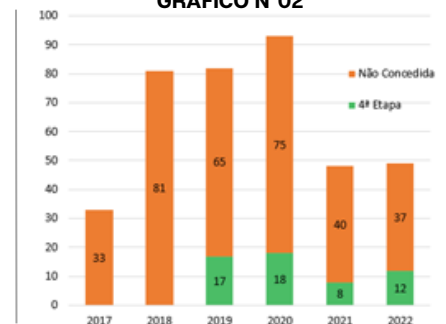
“Acompanhar e monitorar se os sistemas viários concedido federal integrado são eficientes e seguros, com vistas ao aperfeiçoamento da mobilidade de pessoas e bens, à redução dos custos logísticos e ao aumento da competitividade”.

RESULTADOS

**OCORRÊNCIAS DE ROUBOS E FURTOS DE CARGA
GRÁFICO Nº01**



**OCORRÊNCIAS DE ROUBOS E FURTOS DE CARGA
GRÁFICO Nº02**



A Política Pública estabelecida pela Lei Complementar nº 121, de 9 de fevereiro de 2006, criou o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas. Por sua vez, o Decreto nº 8614, de 22 de dezembro de 2015, regulamentou a Lei Complementar nº 121/2006, e instituiu a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas.

As concessionárias do PROCROFE estão estabelecidas nos principais corredores logísticos do país, motivo pelo qual são as rodovias mais visadas no contexto de roubo e furto de cargas. O momento atual de implantar novas concessões rodoviárias federais deve refletir, num primeiro momento, no aumento de número de roubos. Após o sistema estabilizar, estima-se que as ocorrências de furto e roubo devam diminuir.

No Gráfico nº 01 pode-se observar a evolução, entre os anos de 2018 e 2022, das ocorrências de roubo e furto de cargas nas rodovias concedidas da 1ª, 2ª e 3ª Etapas. A 2ª Etapa apresenta os maiores índices de roubos e furtos por possuir cinco concessões na região sudeste que, sozinha, é responsável por 82% desse tipo de delito no país.

No Gráfico nº 02, pode-se observar uma estabilidade no número de ocorrências entre os anos de 2021 e 2022. Cabe ressaltar que o número de concessões da 4ª etapa tem aumentado nos últimos anos.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Acredita-se que o avanço tecnológico nas ações de monitoração e segurança nas rodovias contribuirá de maneira relevante para a diminuição de ocorrências de roubos e furtos de cargas, tendo como desafio estabelecer marcos regulatórios que balizem o equilíbrio entre o direito à privacidade e à intimidade com o direito à segurança pública.



CARGAS QUE FORAM ESCOLTADAS PELA POLÍCIA DURANTE O PERÍODO DE BLOQUEIO

09 VELOCIDADE MÉDIA

DESCRIÇÃO



O Indicador de Velocidade Média (IVM) é representado pela média simples da velocidade média dos veículos passando nos trechos compreendidos entre praças de pedágio contíguas, ou seja, sem que haja outra praça de pedágio entre as avaliadas.

$$IVM = \frac{\sum(VMn \times qn)}{\sum qn}$$

POLARIDADE: maior-melhor

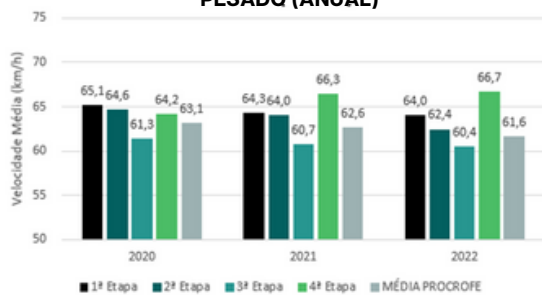
META: não há meta estabelecida para este indicador.

OBJETIVO ESTRATÉGICO RELACIONADO

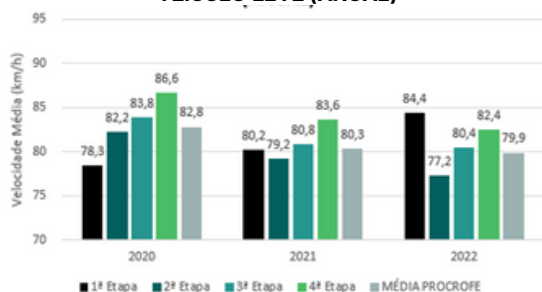
“Aperfeiçoar continuamente o modelo de concessão rodoviária, considerando a expectativa dos usuários e da iniciativa privada”

RESULTADOS

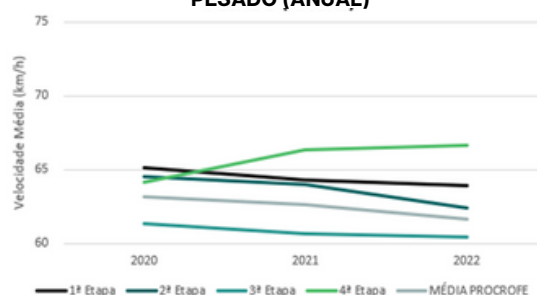
INDICADOR DE VELOCIDADE MÉDIA - VEÍCULO PESADO (ANUAL)



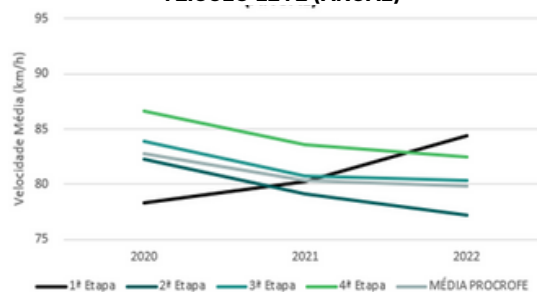
INDICADOR DE VELOCIDADE MÉDIA - VEÍCULO LEVE (ANUAL)



INDICADOR DE VELOCIDADE MÉDIA - VEÍCULO PESADO (ANUAL)



INDICADOR DE VELOCIDADE MÉDIA - VEÍCULO LEVE (ANUAL)



Na atualização deste indicador foram acrescentadas as informações de velocidade média referentes ao ano de 2022. Adicionalmente, foram excluídas as informações da concessionária CRT, no ano de 2022, por ter sido encerrada. Esta concessão foi assumida pela concessionária Eco Rio-Minas, mas esta possui uma extensão superior à da CRT. No entanto, ainda não foi possível obter os dados de velocidade da Eco Rio-Minas.

Diferentemente, embora a concessionária NOVADUTRA também tenha sido encerrada no ano de 2022, seus dados ainda foram considerados, uma vez que houve apenas a substituição pela concessionária RIO-SP, cujos dados de velocidade média foram adicionados nesta atualização do indicador. Desta forma, os dados de velocidade média da rodovia BR-116 (Via Dutra), que liga Rio de Janeiro a São Paulo passaram da etapa 1 para a etapa 4.

Esclarece-se que a RIO-SP também engloba a BR-101, entre Rio de Janeiro/RJ e Ubatuba/SP, mas a concessionária ainda não havia começado a cobrar pedágio nesta rodovia, de maneira que não há dados de passagem registrados por ela neste trecho.

Pode-se observar que a 4ª Etapa perdeu o status de melhor desempenho deste indicador para a 1ª Etapa, quanto à veículos leves, mas manteve esse status para veículos pesados. Isso decorreu pela alteração do trecho concedido à Via Dutra, atual RioSP, para a 4ª etapa. Como o referido trecho apresenta velocidade média inferior às demais concessionárias das 1ª e 4ª etapas, a mudança impactou significativamente no aumento do indicador de velocidade média da 1ª etapa e redução na 4ª etapa.

Pode-se perceber, ainda, uma tendência de redução deste indicador, pela Média PROCROFE, com uma taxa de redução maior para veículos pesados. Isso pode ser explicado, em parte, pelas medidas de isolamento social para o combate à pandemia de Covid-19 no ano de 2020, que resultou na redução de tráfego nas rodovias e aumentou sobremaneira a velocidade média nestes trechos, efeito paulatinamente revertido na medida da involução das medidas sanitárias da pandemia.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Como o ano de 2023 foi caracterizado pelo fim da pandemia de Covid-19, as atividades voltaram ao normal. Dessa forma, espera-se que o indicador volte a refletir as velocidades médias desenvolvidas antes da pandemia. Com isso, entende-se que este indicador deve continuar tendo uma redução do seu valor médio geral. Assim, espera-se ser possível ter uma avaliação melhor da realidade brasileira sobre este indicador, sem o impacto da pandemia de Covid-19.

BOLETIM ANUAL DOS INDICADORES DO PROCROFE

O Boletim foi elaborado pela equipe técnica da Secretaria Nacional de Transportes Rodoviário - SNTR do Ministério dos Transportes.

A Secretaria é responsável por "coordenar e acompanhar os assuntos do setor de transporte rodoviário que necessitem de posicionamento do Poder Executivo federal junto aos organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados, respeitadas as competências legais dos demais órgãos e entidades governamentais".

Este Boletim não informa todos os Indicadores propostos no Manual de Transporte e Logística elaborado na parceria formalizada entre o Ministério dos Transportes e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para desenvolvimento do “Plano Estratégico e Sustentável da Infraestrutura de Transporte e Logística”.

O referido Manual teve sua versão definitiva entregue em agosto de 2023, e os indicadores propostos serão objetos de avaliação da Secretaria Nacional de Transportes Rodoviários para definição da conveniência e oportunidade do momento de implementar cada indicador.

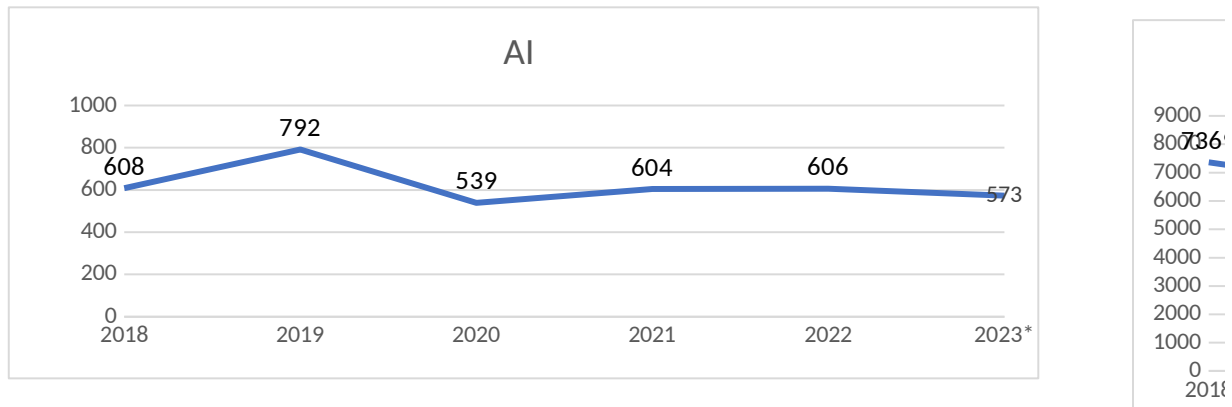
SETEMBRO 2023



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS RODOVIÁRIAS

ANOS	2018	2019	2020	2021	2022
AI	608	792	539	604	606
TRO	7369	6460	5241	5694	7901

*Dados até Setembro de 2023



2023*	TOTAL
573	3722
7281	39946

